

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIA HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



LUCAS MANOEL CARDOSO DE OLIVEIRA

**ÁREAS VERDES E BEM-ESTAR EM AMBIENTE URBANO DE PORTE MÉDIO:
USOS E TIPOLOGIAS DAS ÁREAS LIVRES E AS PERCEPÇÕES DE SAÚDE NA
CIDADE DE DOURADOS – MS**

**DOURADOS – MS
2021**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIA HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



LUCAS MANOEL CARDOSO DE OLIVEIRA

**ÁREAS VERDES E BEM-ESTAR EM AMBIENTE URBANO DE PORTE MÉDIO:
USOS E TIPOLOGIAS DAS ÁREAS LIVRES E AS PERCEPÇÕES DE SAÚDE NA
CIDADE DE DOURADOS – MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como um dos pré-requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Adeir Archanjo da Mota

**DOURADOS – MS
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

O48á Oliveira, Lucas Manoel Cardoso De
Áreas Verdes e Bem-estar em Ambiente Urbano de Porte Médio: Usos e Tipologias das Áreas Livres e as Percepções de Saúde na Cidade de Dourados - MS [recurso eletrônico] / Lucas Manoel Cardoso De Oliveira. -- 2021.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Adeir Archanjo da Mota.
Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Geografia da Saúde. 2. Área livre. 3. Área verde urbana pública. 4. Promoção da saúde. I. Mota, Adeir Archanjo Da. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**ÁREAS VERDES E BEM-ESTAR EM AMBIENTE URBANO DE PORTE MÉDIO:
USOS E TIPOLOGIAS DAS ÁREAS LIVRES E AS PERCEPÇÕES DE SAÚDE NA
CIDADE DE DOURADOS – MS**

BANCA EXAMINADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente/Orientador

Prof. Dr. Adeir Archanjo da Mota

1º Examinador

Prof. Dr. Samuel do Carmo Lima

2º Examinador

Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti

3º Examinador

Prof. Dr. Mário Cezar Tompes da Silva

Dourados, 07 de dezembro de 2021

AGRADECIMENTOS

A dedicação ao mestrado não é fácil, principalmente para quem tem o sonho de receber esse título, mas tem que conciliar trabalho e estudo para conseguir desenvolver a pesquisa. É o caso do mestrando que trabalha no mínimo 44 horas semanais, sem auxílio de bolsa, mas com o sonho e a persistência para a finalização dessa etapa.

No caminho houve vários desafios, entre eles a distância geográfica da universidade, a conciliação do trabalho e do estudo, e principalmente o início de uma pandemia que assolou o mundo todo, ceifando milhões de vidas. No decorrer dessa caminhada, o plano inicial teve que ser revisto várias vezes, revisando e adaptando-se as estratégias para que conseguíssemos preservar nossa saúde e dos participantes. Um caminho nada fácil, mas, com o apoio de algumas pessoas importantes nessa jornada, está aqui a finalização de mais uma etapa.

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família, que sempre me apoiou na jornada rumo ao tão sonhado título de mestre. A minha mãe Maria de Fátima, por todos os ensinamentos, incentivo e por acreditar junto comigo que esse sonho era possível. Agradeço imensamente a meu pai Manoelito, que não mediu esforços para me auxiliar a chegar onde estou hoje. Meu irmão e meus amigos que me auxiliaram e me deram total apoio quando necessário.

Agradeço também ao meu orientador, o professor Adeir Archanjo da Mota, por todos os direcionamentos e ensinamentos ministrados ao longo desses dois anos e meio de caminhada rumo à finalização do mestrado. Orientador que me propôs e aceitou desafios, auxiliando-me sempre que necessário, buscando os desenvolvimentos desse projeto de pesquisa. Foram muitas orientações a distância, e muitas horas empenhadas em finalizar, da melhor forma possível, esse projeto. Agradeço por deixar seus momentos de descanso para me auxiliar em dúvidas e para nortear o melhor caminho a ser trilhado. Mas principalmente por ter acreditado e depositado sua confiança em mim nesses anos de trabalho árduo.

Agradeço à universidade pública que proporciona conhecimento de qualidade e acessível a todos. E conjuntamente agradeço também as contribuições dos professores Edvaldo Moretti, Samuel Lima e Mário Tompes na banca de qualificação de mestrado.

Não posso esquecer de agradecer a todas as pessoas que participaram da pesquisa, dedicando um pouco do seu tempo para responder o questionário proposto, auxiliando grandemente na finalização do projeto.

Enfim, gratidão a todos que fizeram parte dessa caminhada, professores colegas, amigos, família, participantes da pesquisa. Meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A industrialização e a rápida e precária urbanização reuniram condições para promover ambientes urbanos cada vez mais insalubres. No final do século XIX, para mitigar a ausência da primeira natureza na cidade, iniciaram-se os esforços para que “o verde”, a segunda natureza que faz referência à primeira natureza, passasse a participar da paisagem da cidade. Na atualidade, as cidades jardins continuam a ser exceção, inacessíveis para quase a totalidade dos(as) trabalhadores(as), que usufruem das poucas áreas livres de edificação no espaço público. Estas áreas livres são utilizadas para lazer, prática de exercícios, contemplação da natureza, cenário de relações sociais e necessária para garantia da qualidade de vida. A pesquisa teve por objetivo analisar as relações entre os indicadores de usos das áreas livres e de condições de saúde percebida entre moradores(as) da cidade Dourados. Esta cidade, uma capital regional de médio porte populacional, situa-se no quadrante sul do estado de Mato Grosso do Sul e conta, em 2021, com apenas 28 áreas livres, com predominância de infraestrutura precária, manutenção insuficiente e desigual distribuição espacial. A metodologia se constituiu de levantamento de dados primários, com a aplicação de questionário eletrônico desenvolvido no *Google Forms*, com amostragem pelo método *Snowball*, divulgado e respondido por meio da rede mundial de computadores, uma estratégia para desenvolver o estudo durante a pandemia da CoVID-19. O questionário buscou caracterizar o perfil sociodemográfico, a frequência de uso, as motivações e a distância da moradia em relação às áreas livres, contendo 32 questões, além das 26 do WHOQOL–bref, desenvolvidas pela OMS para dimensionar a qualidade de vida. Obtivemos 326 participantes, e após aplicar os critérios de exclusão, realizamos as medidas em planilha eletrônica, computando uma amostra de 319 questionários preenchidos adequadamente, o que resultou num estudo com 95% de nível de confiança e 5,5% de margem de erro. Os dados secundários para desenvolvimento dos mapas de NDVI e de uso do solo, no ArcGIS 10.5, são de fontes públicas: as imagens dos satélites do “Google Imagens” e do Landsat 8 (INPE); as bases cartográficas do IBGE e da Prefeitura Municipal de Dourados; e a caracterização da infraestrutura das áreas livres dos resultados de Araújo (2019). Os principais resultados são: das 28 áreas livres identificou-se apenas duas áreas verdes urbanas públicas (AVUP), o Parque Antenor Martins e o Parque Ambiental Rego D’água; e a proximidade associada à frequência de uso das áreas livres, pela população, resulta em melhor condição percebida de saúde, principalmente de adultos. Na inter-relação entre a frequência de uso, a distância e as condições percebidas de bem-estar, os participantes que frequentam áreas livres demonstraram percentuais de satisfação significativamente mais elevados dos que não frequentam. Com os resultados obtidos, pode-se identificar uma diferença significativa entre as faixas etárias de adultos e adolescentes, onde a faixa etária de adultos mostrou-se mais frequente nessas áreas e com valores mais positivos de saúde e bem-estar. Demonstrando assim que morar mais próximo e/ou frequentar habitualmente praças, parques urbanos e AVUP resulta em melhor nível de percepção de bem-estar e saúde, em especial para faixa de adultos.

Palavras chaves: Geografia da Saúde. Área livre. Área verde urbana pública. Promoção da saúde.

ABSTRACT

Industrialization and rapid and precarious urbanization gathered conditions to promote increasingly unhealthy urban environments. At the end of the 19th century, to mitigate the absence of the first nature in the city, efforts started so that "the green", the second nature that refers to the first nature, could participate in the city landscape. Today, garden cities are still the exception, inaccessible to almost all workers, who enjoy the few areas free of buildings in public space. These free areas are used for leisure, practice of exercises, contemplation of nature, scenario of social relations, and necessary for the guarantee of quality of life. The research aimed at analyzing the relations between the indicators of use of open areas and the perceived health conditions of the residents of the city of Dourados. This city, a regional capital of medium population size, is located in the southern quadrant of the state of Mato Grosso do Sul and has, in 2021, only 28 open areas, with a predominance of precarious infrastructure, insufficient maintenance and unequal spatial distribution. The methodology consisted of a survey of primary data with the application of an electronic questionnaire developed in Google Forms, with sampling by the Snowball method, disseminated and answered through the world wide web, a strategy to develop the study during the CoVID-19 pandemic. The questionnaire sought to characterize the socio-demographic profile, the frequency of use, the motivations, and the distance from home to free areas with 32 questions, in addition to 26 from the WHOQOL-bref, developed by the WHO to measure the quality of life. We obtained 326 participants, after applying the exclusion criteria, we performed the measurements in an electronic spreadsheet with a sample of 319 properly filled out, a study with a 95% confidence level and 5.5% margin of error. The secondary data for developing the NDVI and land use maps, in ArcGIS 10.5, are from public sources: the satellite images from Google images and Landsat 8 (INPE); the cartographic bases from IBGE and Dourados City Hall; and the infrastructure characterization of the free areas from the results of Araújo (2019). The main results are: of the 28 free areas only two public urban green areas (AVUP) were identified, the Antenor Martins Park and the Rego D'água Environmental Park; and the proximity associated with the frequency of use of free areas by the population impacts on better perceived health condition, especially of adults. In the interrelation between frequency of use, distance and perceived well-being, participants who frequent open areas showed significantly higher percentages of satisfaction than those who do not. With the results obtained, it was possible to identify a significant difference between the age groups of adults and adolescents, where the adult age group proved to be more frequent in these areas and with more positive values of health and well-being. This shows that living closer to and/or frequenting squares, urban parks, and urban parks and urban parks, results in a better level of perception of well-being and health, especially for the adult age group.

Key words: Geography of Health. Open area. Public urban green area. Health promotion.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Distribuição espacial das praças da cidade de Dourados - MS.....	21
Mapa 2: Distribuição espacial dos parques urbanos da cidade de Dourados - MS...	22
Mapa 3: Localização do município e do perímetro urbano de Dourados - MS/Brasil	28
Mapa 4: Classificação do município de Dourados.....	29
Mapa 5: Distribuição espacial dos participantes do estudo no perímetro urbano de Dourados.....	41
Mapa 6: Índice de Vegetação Normalizado do perímetro urbano de Dourados de setembro de 2020	79
Mapa 7: Caracterização das praças e parques urbanos da cidade de Dourados	96
Mapa 8: Mapa de Kernel (mapa de calor) da concentração/acesso de áreas livres no perímetro urbano da cidade de Dourados-MS	98
Mapa 9: Mapa de projeto de reestruturação do sistema do transporte coletivo municipal de Dourados - MS	104
Mapa 10: Classificação do uso do solo do CEPER IV Plano e da Praça Zeca Fernandes em janeiro de 2021.....	115
Mapa 11: Classificação do uso do solo do Parque Arnulpho Fioravanti em janeiro de 2021	116
Mapa 12: Classificação do uso do solo do Parque Antenor Martins em janeiro de 2021	117
Mapa 13: Classificação do uso do solo do Parque Victélio Pelegrin em janeiro de 2021	119
Mapa 14: Classificação do uso do solo do Parque Ambiental Rego D'água em janeiro de 2021	120
Mapa 15: Classificação do uso do solo da Praça do Cinquentenário e da Praça da Juventude em janeiro de 2021	122
Mapa 16: Classificação do uso do solo do CEPER III Plano em janeiro de 2021 ...	123
Mapa 17: Classificação do uso do solo do Parque Natural Municipal do Paragem em janeiro de 2021.....	125
Mapa 18: Área de influência direta das áreas livres com área não impermeabilizada superior a 70%	128
Mapa 19: Classificação em relação à infraestrutura das áreas livres com mais de 70% da área total não impermeabilizada	134

Mapa 20: Localização e raio de maior acessibilidade das Áreas Verdes Urbanas Públicas da cidade de Dourados.....	136
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Domínios e Facetas do WHOQOL-bref	36
Quadro 2: Precisão de Interpretação de amostras	45
Quadro 3: Elementos e atributos de qualidade ambiental urbana.....	70
Quadro 4: Descrição do Grupos de Áreas Públicas com base no MCAP (Modelo de Classificação de Áreas Públicas).	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percentual de participantes por distância mínima de parques urbanos e praças da cidade de Dourados-MS	101
Tabela 2: Percentual de correlação entre as variáveis frequência e distância	103
Tabela 3: Relação entre frequência de utilização e distância das áreas livres	106
Tabela 4: Relação entre frequência e distância das áreas livres por faixa etária adulto	106
Tabela 5: Relação entre frequência de utilização e distância das áreas livres por faixa etária de adolescentes	107
Tabela 6: Relação entre frequência de utilização das áreas livres e horas de trabalho	107
Tabela 7: Relação entre frequência de utilização das áreas livres e renda familiar	108
Tabela 8: Classificação (em metros quadrados) dos espaços públicos de Dourados	111
Tabela 9: Compilado da classificação das áreas que atendem 70% de área não impermeabilizada	135
Tabela 10: Frequência, distância e autoavaliação de qualidade de vida na categoria muito boa.....	141
Tabela 11: Relação entre frequência e auto percepção de saúde	146
Tabela 12: Relação entre as variáveis distância e percepção de saúde	151

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma Teórico Metodológico	34
Figura 2: Fluxograma dos critérios de exclusão da pesquisa.....	37
Figura 3: Conexão entre os conceitos de Qualidade de Vida, Qualidade Ambiental e Qualidade Ambiental Urbana	68
Figura 4: Fluxograma de caracterização de Áreas Verdes Urbanas	84
Figura 5: Modelo de Classificação de Áreas Públicas (MCAP).....	85
Figura 6: Principais funções das áreas verdes urbanas.....	93
Figura 7: Implantação e situação fase 3 - anteprojeto Parque Natural Municipal do Paragem.....	126
Figura 8: Impactos das áreas verdes na saúde humana.....	145

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AVUP** - Áreas Verdes Urbanas Públicas
- CEP** - Comitês de Ética em Pesquisa
- CONEP** - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
- CNDSS** - Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde
- CRAS** - Centro de Referência da Assistência Social
- DSS** - Determinantes Sociais de Saúde
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IAV** - Índice de Áreas Verdes
- IMAM** - Instituto de Meio Ambiente de Dourados
- INPE** - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- NDVI** - Índice de Vegetação Normalizada
- OMS** - Organização Mundial da Saúde
- PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- SUS** - Sistema Único de Saúde
- ZEIA** - Zoneamento Ecológico de Interesse Ambiental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
3	SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA E AMBIENTE: A INTER-RELAÇÃO DOS CONCEITOS.....	48
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE SAÚDE.....	50
3.2	A SAÚDE E O AMBIENTE PARA O ALCANCE DA QUALIDADE DE VIDA	58
3.3	QUALIDADE AMBIENTAL: UM IMPORTANTE CONCEITO PARA O ENTENDIMENTO DE QUALIDADE DE VIDA	64
4	A NATUREZA PERCEBIDA NO ESPAÇO URBANO	73
4.1	ÁREAS VERDES URBANAS – “NATUREZA” NA CIDADE	82
4.2	PRAÇAS E PARQUES URBANOS COMO “NATUREZA” URBANA... ..	88
4.3	PRAÇAS E PARQUES URBANOS DE DOURADOS – MS	94
4.4	ACESSO ESPACIAL E USOS DE PRAÇAS E PARQUES URBANOS DE DOURADOS	101
5	CLASSIFICAÇÃO DO USO DE SOLO DAS PRAÇAS E PARQUES URBANOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS DA CIDADE DE DOURADOS	109
5.1	CLASSIFICAÇÃO DO USO DO SOLO DAS PRAÇAS E PARQUES URBANOS DE DOURADOS E ÍNDICE DE ÁREAS VERDES EM ÁREAS LIVRES	110
5.2	IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS NA CIDADE DE DOURADOS	127
6	CONEXÕES ENTRE BEM-ESTAR E ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS NA CIDADE DE DOURADOS.....	138
6.1	RELAÇÃO ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS E BEM-ESTAR DOS HABITANTES DE DOURADOS.....	138

6.2	RELAÇÃO ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS E SAÚDE DOS HABITANTES DE DOURADOS.....	144
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	REFERÊNCIAS.....	158
	APÊNDICE A – Questionário sobre áreas verdes urbanas e saúde em Dourados-MS	173

1 INTRODUÇÃO

A primeira natureza já esteve em todos os lugares, seja ela nas mais remotas partes da Amazônia, ou na área onde hoje estão os perímetros urbanos de grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, assim como em cidades consideradas médias, como a cidade de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul, e essa natureza, portanto, mostrando-se inicialmente presente em todos os lugares. A distinção entre duas naturezas é abordada por Lima (2015, p. 113) e discutida por vários outros estudiosos e grandes pensadores da ciência geográfica, como Milton Santos, e de outras ciências, como Marx e Lefebvre. A primeira natureza é entendida como espaço natural intocado, uma natureza não humanizada, onde não houveram alterações. Em contrapartida, há também uma segunda natureza, entendida como já humanizada, antropizada e alterada para se adequar à necessidade do ser humano. Os espaços urbanos constituem, em suma, do que é chamado pelos mesmos autores de segunda natureza, ou seja, aquela que sofreu modificações em decorrência da interação homem e meio.

Os estudos ambientais na cidade teriam, como centralidade, compreender os processos de produção da cidade e, concomitantemente, de produção da natureza, derivando para o ambiente. A dinâmica urbana transforma o sítio urbano, afoga rios, promove ilhas de calor, muda os fluxos d'água superficiais e subterrâneos, polui o ar. Ou seja, a dinâmica urbana produz uma segunda natureza, produz ambiente. (SUERTEGARAY, 2021, p. 56)

Suertegaray (2021, p. 64) aponta como base a reflexão sobre natureza de Marx e Engels, em que, ao longo da história, o ser humano passou por um processo de socialização e conjuntamente socializou a natureza. Essa natureza socializada, posteriormente, foi denominada como segunda natureza, sendo assim a natureza transformada pelo trabalho humano.

Em Smith, fica indicado que a concepção de natureza natural (primeira natureza) vem gradativamente sendo produzida, portanto, tornando-se segunda natureza ou, quiçá, mais do que isso. Para esse autor, tal ampliação da produção da natureza para além do que pensaram Marx e Engels, como produto da transformação da natureza natural, através do trabalho humano em objeto, também é perceptível, enquanto agregado, ou seja, expressa uma produção indireta, ou seja, a questão ambiental. (SUERTEGARAY, 2021, p. 75)

A relação do homem com o meio é uma das principais formas de alteração no que diz respeito à natureza, onde o ser humano adapta as condições atuais ao atendimento de suas necessidades, modificando a natureza primeira para segunda, o que claramente pode ser visto nos ambientes urbanos. Isso é salientado por Salles, Grigio e Silva (2013, p. 282), onde complementam que esses ambientes são transformados em artificiais para atender principalmente às necessidades da população como um ser social.

No decorrer da crescente onda tecnológica em que vivemos, principalmente nas áreas urbanas, poucos pensam na primeira natureza como algo importante dentro desses ambientes; o principal pensamento é, normalmente, o de expansão e crescimento, visando sempre um modelo de desenvolvimento econômico. Para isso, esses ambientes são altamente modificados e adaptados e, por muitas vezes, sufocam e reduzem os resquícios do “verde” (já entendido como segunda natureza) que deles fazem parte. Atualmente uma das principais formas de tentar compensar a falta de ambientes naturais nas áreas urbanas é a implantação de praças e parques urbanos públicos, com o intuito de socialização e, em alguns casos visam o contato da população urbana com a natureza (sendo entendida, no ambiente urbano, como contato com árvores e algumas espécies animais).

As praças são locais de convívio social e convívio com a natureza, que podem contribuir para a formação e agregação da sociedade, e representam espaços importantes para manifestações culturais, sociais e políticas. Elas nasceram de necessidades de espaços para abrigar as festividades, encontros, atividades de troca, tratando-se de lugares de fácil acesso para a sociedade realizar as mais variadas funções, como ver e ser visto, para comprar e fazer negócio, fazer política e passear. (SILVA; LOPES; LOPES, 2011 p. 198)

Assim as praças, além de ter o papel importante no dia-a-dia da população, vêm obtendo novas funções tornando-se uma importante forma de inserção do “verde” no ambiente urbano.

Indubitavelmente, não há como negar que a função da praça alterou-se ao longo do tempo. Na antiguidade, sua função era bem mais rica de significado, não se limitando a lugar de cruzamento das vias públicas, estacionamento para automóveis ou de ponto para comércio de mercadorias as mais diversas. Esse estreitamento de sua função deu-se a partir do momento em que as estruturas logísticas dos mercados, a troca de informação e a própria informatização, aliados ao processo de globalização, sem dizer do poder com seus meios e seus símbolos, distanciaram-se da dimensão comunitária da coletividade, e se aproximaram do privado na sua dimensão familiar, se não, ao seu isolamento individual. Além de seu significado social, vamos ter a praça como espaço da memória histórica que forneceu tanto a moldura quanto o fundo para discursos políticos e culturais sobre a cidade como local de identidade, de tradição, de saber, de autenticidade, de continuidade e estabilidade. (DE ANGELIS et al., 2005, p. 2)

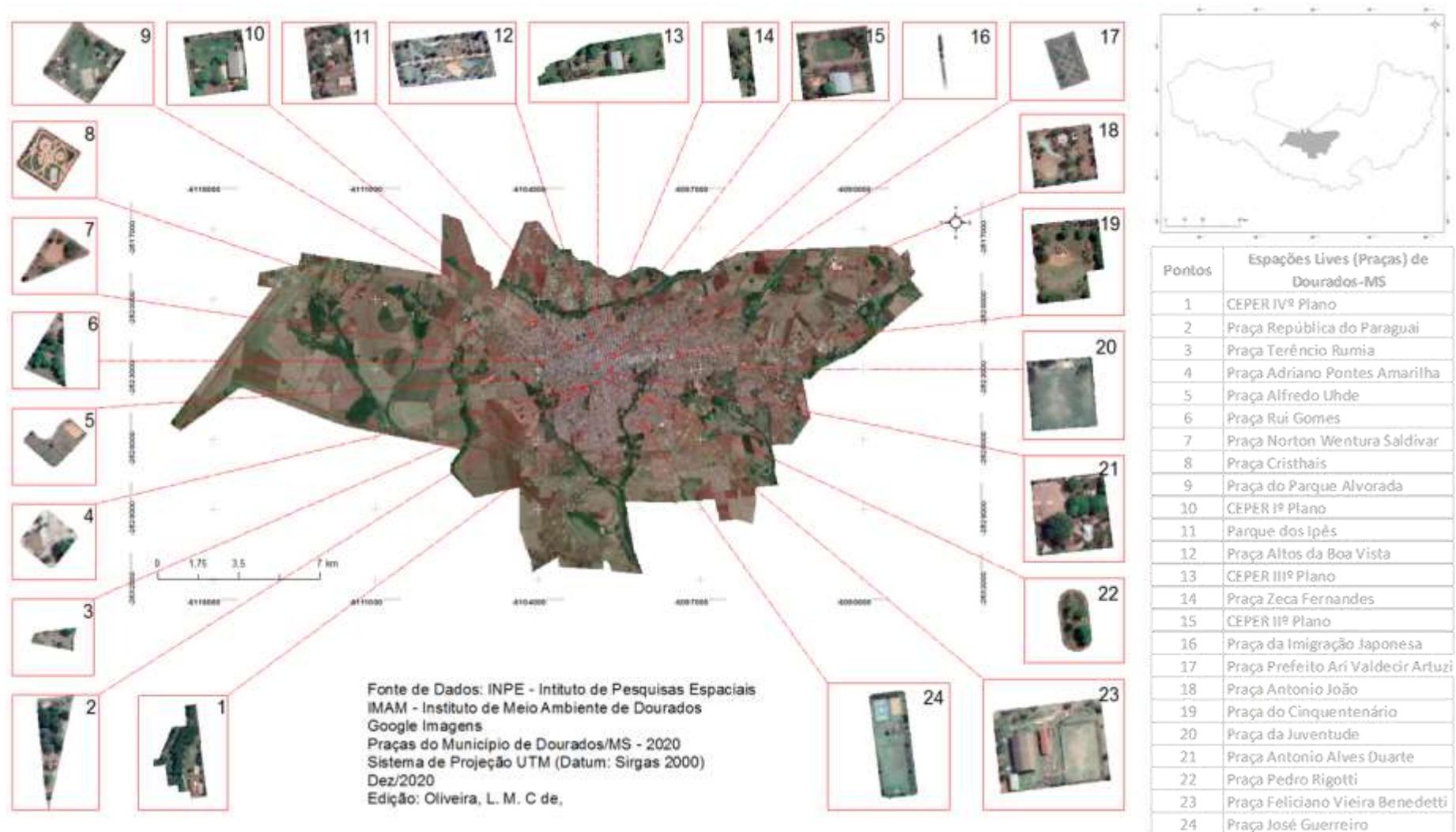
Os parques urbanos seguem basicamente as mesmas funções das praças, porém, estão estabelecidos de formas diferentes. Enquanto as praças são elementos urbanos datados de muitos séculos atrás, sendo cenário e praticamente pioneiras na concepção de algumas cidades antigas, e com uma função mais voltada aos encontros, “desencontros” e tomadas de decisões, os parques urbanos são principalmente concebidos a poucos séculos, sendo datados principalmente junto ao advento da industrialização, tendo a função principal de trazer lazer em meio ao processo de concepção das cidades industriais. Isso pode ser visto na fala dos autores Macedo e Sakada (2010, p. 7) que afirmam:

O Parque Urbano é um produto da cidade da era industrial. Nasceu, a partir do século XIX, da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social: o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao ambiente urbano. [...] É interessante observar que constituem um elemento de forte permanência, mantendo-se com suas principais características independentemente das transformações das estruturas urbanas em seu entorno. [...] Atualmente, com a temática da requalificação dos espaços urbanos, principalmente das áreas centrais das cidades, com a demanda crescente de espaços de recreação e lazer e com a introdução das dimensões ambiental e paisagística no planejamento, a temática do Parque Urbano assume papel central no desenvolvimento dos planos e projetos urbanos.

As mesmas praças e parques são utilizados nos espaços urbanos como formas de lazer, contemplação da natureza e como uma das principais formas de alcance da qualidade ambiental para a população urbana. Silva e Carvalho (2017 p. 189) argumentam que os espaços públicos (praças e parques urbanos) são elementos fundamentais das cidades e assumem funções para qualidade de vida urbana, tornando-se espaços essenciais para socialização, prática de exercícios, distração, e são fundamentais para a saúde mental da população. Na cidade de Dourados no Mato Grosso do Sul, temos instituídas praças e parque urbanos que compõem o tecido urbano.

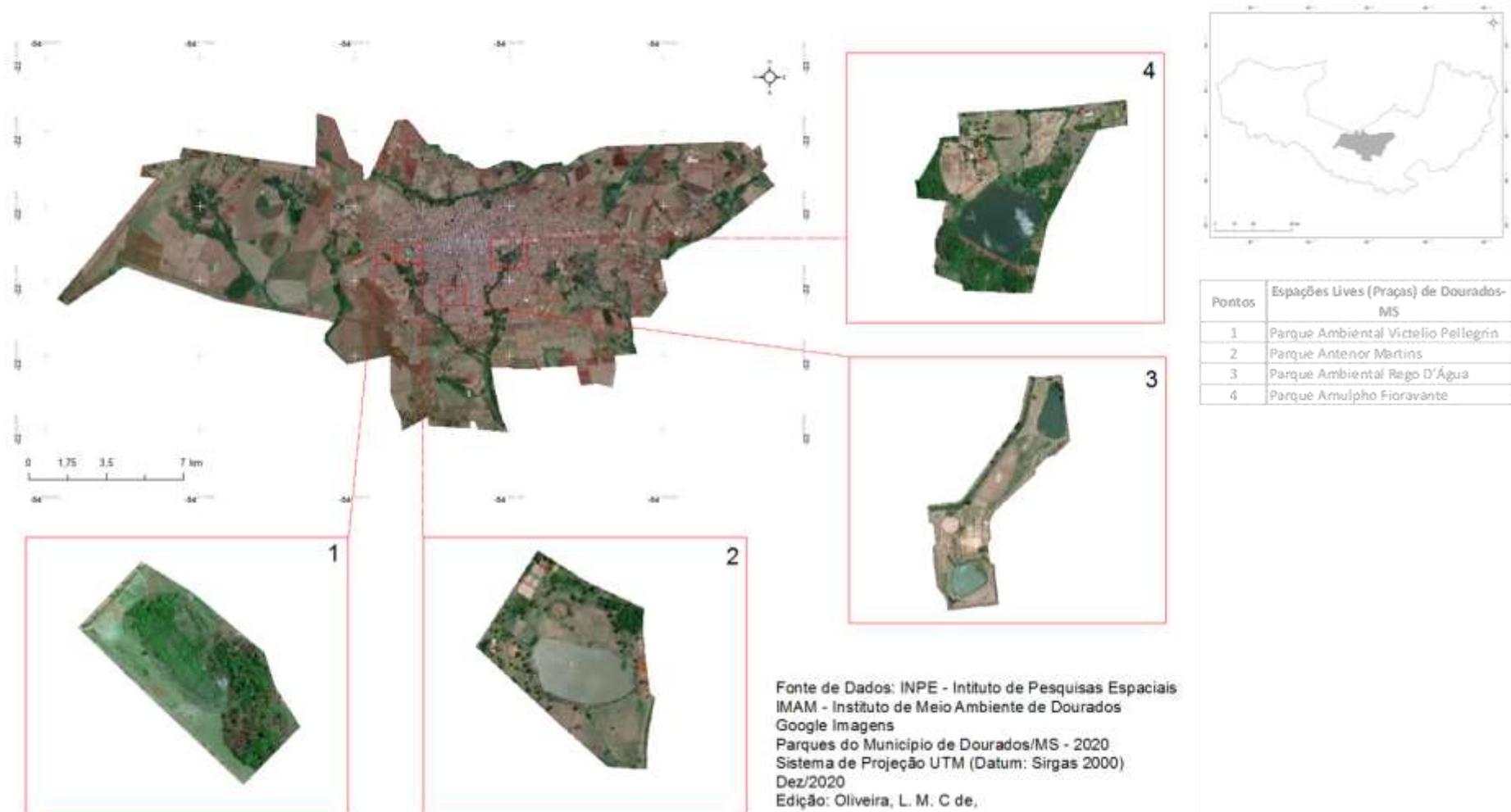
Tomando como base o estudo desenvolvido por Araújo (2019), podemos concluir que Dourados (MS) tem atualmente vinte e quatro praças, sendo elas: Praça Antônio João, CEPERs I, II, III e IV Plano, Praça Rui Gomes, Praça Zeca Fernandes, Praça do Cinquentenário, Praça Terêncio Rumia, Parque dos Ipês, Praça República do Paraguai, Praça Adriano Pontes Amarilha, Praça Pedro Rigotti, Praça da Imigração Japonesa, Praça José Guerreiro, Praça Feliciano Vieira Benedetti, Praça da Juventude, Praça Prefeito Ari Valdecir Artuzi, Praça do Parque Alvorada, Praça Alfredo Uhde, Praça Norton Wentura Saldivar, Praça Alto da Boa Vista, Praça Cristhais e Praça Dr. Antônio Alves Duarte¹. E também possui quatro parques urbanos, sendo eles Parque Arnulpho Fioravanti, Parque Antenor Martins, Parque Ambiental Rego D'Água e Parque Ambiental Victélio Pellegrin (Mapas 1 e 2).

¹ A Praça Dr. Antônio Alves Duarte no trabalho de Araújo (2019), encontrava-se em reforma na época do estudo por isso foi descartada nas análises. Porém devido a finalização da reforma, para o presente estudo foi considerada como uma das áreas livres da cidade



Mapa 1: Distribuição espacial das praças da cidade de Dourados - MS

Mapa 2: Distribuição espacial dos parques urbanos da cidade de Dourados - MS



Esses espaços públicos urbanos, que são objeto de estudo de várias ciências e conceituados de várias e diversas formas, têm papel dual na concepção dos espaços urbanos. Historicamente, assim como exposto por Mendonça (2007, p. 128), “além de melhorias na infraestrutura em geral, encontravam-se de modo especial, no rol dos projetos de modernização, intervenções nos espaços públicos, buscando entre outros aspectos, reverter, ou ao menos minimizar, o impacto que o processo de industrialização vinha impingindo sobre as cidades”.

Assim, os espaços públicos “qualificavam o ambiente com a inserção de praça, parque e a abertura de ‘boulevard’ favorecendo apropriações até então inéditas” (MENDONÇA 2007, p. 128). “O ordenamento dos espaços públicos, sobretudo os de lazer, é atualmente um dos aspectos vitais para a revitalização e a qualidade de vida no meio urbano” (MATOS, 2007, p. 18). “O espaço público é o espaço por excelência da/cidade. Conhecemos a cidade através do espaço público. Nele aprendemos a caminhar e a ver a cidade” (NARCISO, 2009, p. 266).

De qualquer forma, um espaço público é por natureza mais aberto e a primeira função que o distingue do espaço privado é a facilidade de acesso. O espaço público é de todos e de ninguém em particular, em princípio, todos o podem usar com os mesmos direitos. [...] O espaço público tem uma função e esta pressupõe um uso, a essência do espaço público está na forma como este é utilizado pelos actores sociais, ou seja, das práticas que possa acolher, que torna possível ou até favorece, podendo a sua forma, favorecer ou inibir essas práticas. Este uso já não se faz só em função das dimensões objectivas dos indivíduos, isto é, idade, género, habilitações, classe social, estilo de vida, etc., mas cada vez mais incorporam outros aspectos mais subjectivos, como as motivações, as aspirações e os valores dos indivíduos. A dimensão simbólica, ganha mais força, os espaços passam a ser utilizados também pela sua imagem, qualidade e conforto. (MATOS, 2007, p. 20)

“São os edifícios e espaços públicos da cidade – calçadas, ruas, praças e parques – que garantem ‘vida’ às cidades” (SILVA; LOPES; LOPES, 2011, p. 210). Esses espaços públicos, que são utilizados das mais diversas formas pelos atores sociais, são importantes elementos que atuam como pontos de vivência, compõem e são plano de fundo das idas e vindas, dos encontros e desencontros, da disseminação de informações na saúde, na política, no lazer, na cultura, na natureza, enfim da vida em sociedade. “A amplitude do conceito de espaço público possibilita a referência a espaços diversos (praças, parque, ruas, feiras livres, entre outros) considerados importantes na organização da vida urbana pois proporcionam a ação e expressão do coletivo” (FRANÇA, 2018, p. 136).

O espaço público pressupõe muito além da forma física. Abrange questões relacionadas diretamente à diversidade de usos e significados dados por seus usuários, sendo, portanto, considerados, uma categoria constitutiva de cidade. Neste âmbito de discussões, a conformação e reconfiguração de espaços públicos de lazer na cidade contemporânea é resultante de processos decorrentes das formas de uso espacial pela sociedade, que nele se materializa, conduzida por processos ideológicos focado no consenso sobre a necessidade de melhoria da qualidade ambiental e de vida da sociedade. (FRANÇA, 2018, p. 135)

“Os espaços livres públicos no meio urbano são um conjunto de áreas não edificadas, descobertas, inseridas na malha urbana e que tem formas, dimensões, localização e distribuição variáveis” (DEGREAS; RAMOS, 2015). “Os espaços livres, quanto ao regime jurídico, podem ser públicos ou privados. Os primeiros são abertos à população em geral, através das condições estabelecidas pelo poder público, como no caso de parques e praças” (PIZZOL, 2005 p. 24). Assim, o estudo em questão versará sobre os espaços livres públicos, a que a população do município tem acesso e que também possa utilizá-lo em seu dia a dia.

Os espaços livres como parques, praças e até mesmo as ruas podem proporcionar melhor qualidade de vida, além de contribuírem para a caracterização dos lugares onde as pessoas querem viver, trabalhar e visitar. Os espaços livres também podem fornecer o verde vital à infraestrutura das cidades, permitindo lidar de melhor forma com as inundações e com as mudanças climáticas, além de promover opções de lazer e atividades recreativas. (GARCIA E FERREIRA, 2018, p. 73)

“Os espaços livres desempenham outros papéis, independentes de suas funções características, principalmente no que diz respeito à melhoria do ambiente excessivamente impactado pela urbanização das cidades” (HANNES, 2016, p. 124-125).

No contexto urbano tem-se como espaços livres todas as ruas, praças, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios corredores externos, vilas, vielas e outros mais por onde as pessoas fluem no seu dia-a-dia em direção ao trabalho, ao lazer ou à moradia ou ainda exercem atividades específicas tanto de trabalho, como lavar roupas (no quintal ou no pátio), consertar carros, etc., como de lazer (na praça, no play-ground, etc.). (MACEDO, 1995, p. 16)

Macedo (1995) conceitua espaço livre em todos os espaços que dentro do contexto urbano, não estão contidos entre paredes e tetos de edifícios construídos

pela sociedade que tenham a função de moradia ou trabalho. Sendo assim, podemos incluir as praças, parques urbanos e áreas verdes que estão contidos na cidade de Dourados, tratando-as com áreas livres.

Os espaços livres públicos formam um subsistema dentro do sistema de espaços livres. O principal espaço livre urbano é a rua, elemento fundamental de conexão na cidade, por onde ocorre grande parte da vida cotidiana da sociedade urbana. Parques, praças, mirantes, calçadas, promenades, unidades de conservação de proteção integral, lagoas, praias, rios, etc. se constituem nos demais elementos desse sistema. (QUERIOGA, 2011, p. 29)

A coleta de informações sobre os tipos e frequência de usos dessas áreas livres públicas é de suma importância para entender a relação entre a qualidade ambiental e a qualidade de vida, bem como os reflexos na saúde da população do município.

Tanto no planejamento como na implantação de áreas verdes urbanas também devem ser considerados os fatores sociais (características, necessidades e opinião da população) e os objetivos ou funções de cada área em relação a estes aspectos. Neste sentido, para adequar função e uso, e assim obter uma maior eficiência na utilização destas áreas, é preciso ter claro quais são as necessidades e características da população atingida, sendo que pesquisas de opinião com usuários, pré e pós implantação destas áreas, podem se tornar eficientes ferramentas para o planejador. (HILDEBRAND, GRAÇA e MILANO; 2001, p.76)

Para o presente estudo, utilizaremos a denominação de áreas livres para praças e parques urbanos, o que vem em consonância ao conceito de espaços livres. O espaço livre sendo, portanto, uma categoria do espaço público. O sistema de espaços livres públicos constitui o principal subsistema de espaços livres voltados à esfera de vida pública (geral e política), notadamente os bens de uso comum do povo (QUERIOGA, 2014, p. 113).

Espaço público é aquele de uso comum, de propriedade pública. Eles podem ser abertos e de livre acesso ao público, como as vias de circulação e áreas de lazer – praças, parques e praias; espaços livres desempenham outros papéis, independentes de suas funções características, principalmente no que diz respeito à melhoria do ambiente excessivamente impactado pela urbanização das cidades. (HANNES, 2016, p.124-125)

A intenção do projeto de pesquisa, por hora, não é discutir a concepção de um espaço livres público, com todas as dinâmicas envolvidas, e sim discorrer sobre a influência que a presença de áreas (dimensão relacionada à quantidade matemática

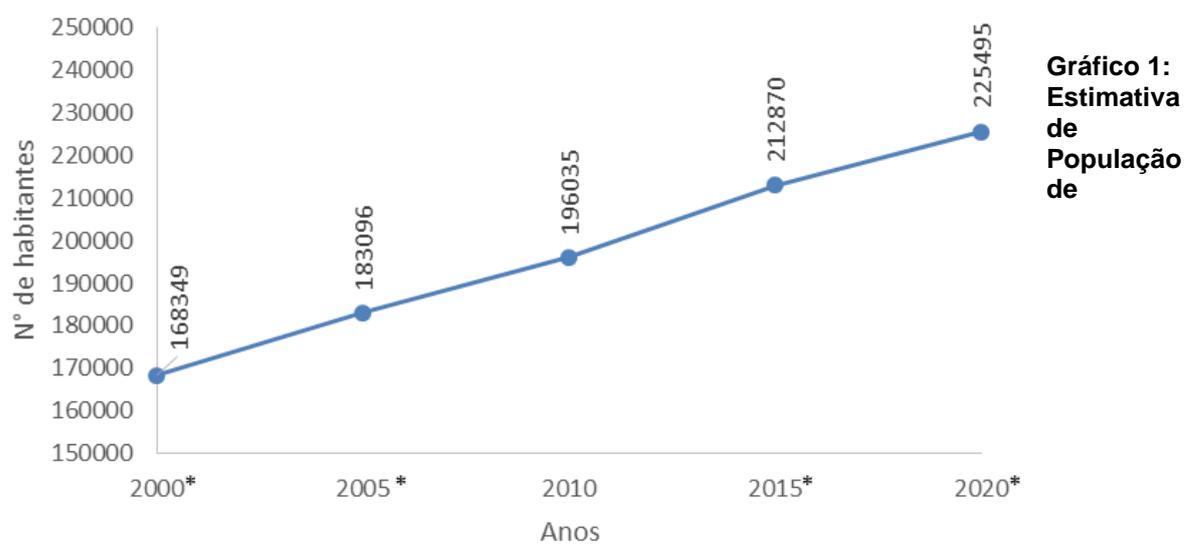
do território) de acesso ao público têm na vida dos que as frequentam. Porém, mesmo não discutindo todas as dinâmicas presentes nos espaços livres, a correlação com as áreas livres é evidente, principalmente no que diz respeito a suas categorias.

Para o desenvolvimento da dissertação elencou-se, como objetivo geral, analisar as relações entre os indicadores de uso das áreas livres e de saúde e bem-estar de moradores da cidade de Dourados (MS). E conjuntamente com esse objetivo geral, elencou-se também como objetivos específicos:

1. Classificar e quantificar o uso do solo das praças e parques urbanos da cidade de Dourados;
2. Mapear as áreas de influência direta das praças e parques urbanos com área livre de edificação superior a 70%;
3. Identificar as Áreas Verdes Urbanas Públicas (AVUP) da cidade de Dourados;
4. Analisar os indicadores de saúde e bem-estar de adolescentes e adultos, em relação ao uso/não uso de áreas públicas da cidade Dourados (MS).

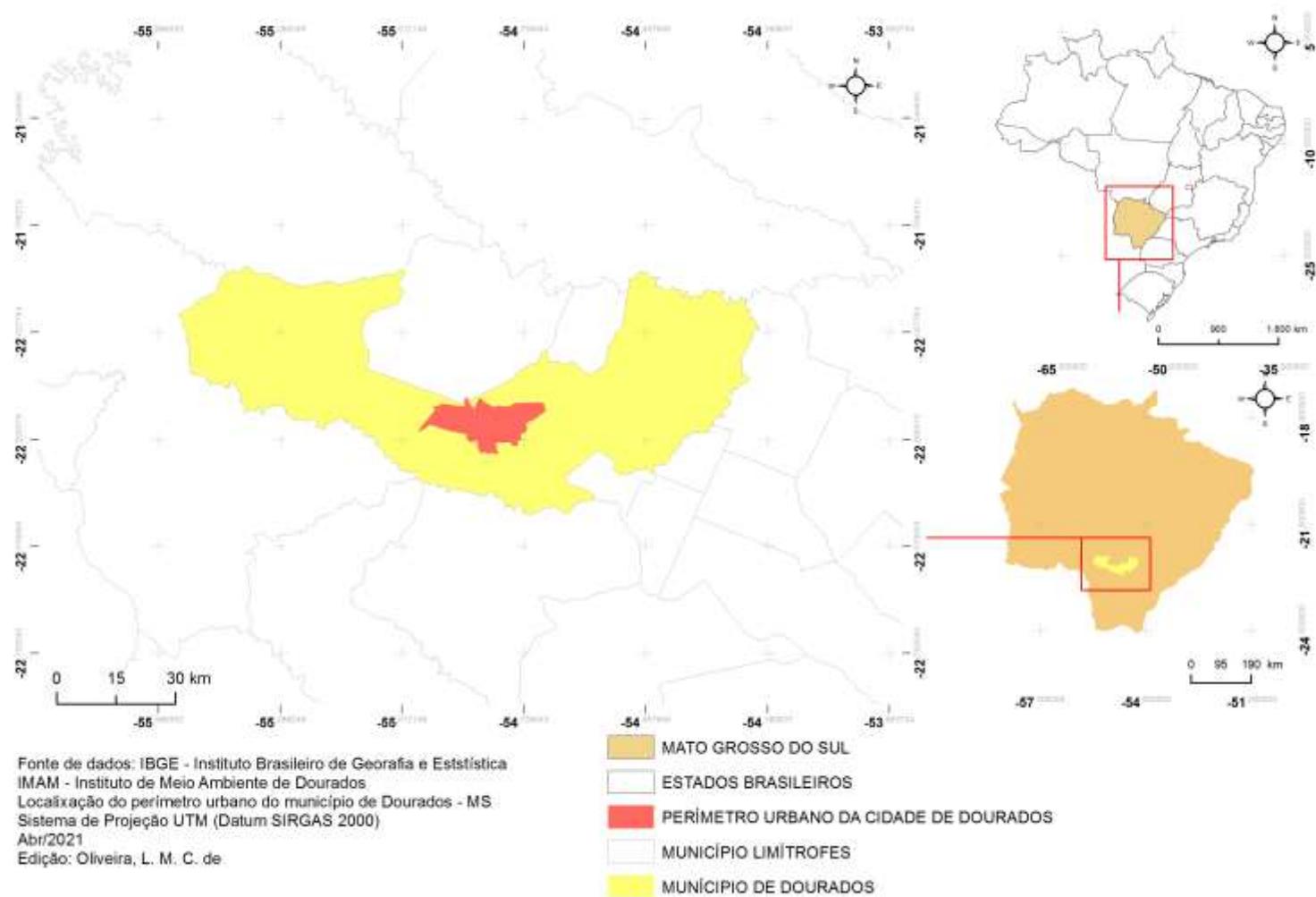
Como hipóteses iniciais para o início de desenvolvimento da pesquisa, acredita-se que o percentual de frequência da população nas áreas livres públicas da cidade seja superior a 70%. Outra hipótese a ser confirmada é a de que quanto mais próximos os moradores estão das áreas livres públicas, maior será a sua frequência nestes. E ainda também que a frequência e proximidade com essas áreas influencia positivamente a saúde e bem-estar da população.

O estudo foi desenvolvido em contexto urbano, em uma cidade média, que possui o segundo maior nível de centralidade da rede urbana sul-mato-grossense, a cidade de Dourados. O município de Dourados está localizado a centro-sul do estado de Mato Grosso do Sul (Mapa 3), com população estimada em 227.990 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Dourados é uma cidade que vem crescendo rapidamente, e teve um incremento populacional de quase 34% em apenas 20 anos (Gráfico 1). Como a pesquisa versará sobre as áreas livres públicas urbanas, o recorte espacial do estudo *a priori* é o perímetro urbano vigente situado no distrito sede de Dourados, que foi atualizado pela Lei nº 3.844, de 24 de novembro de 2014 (Mapa 3).

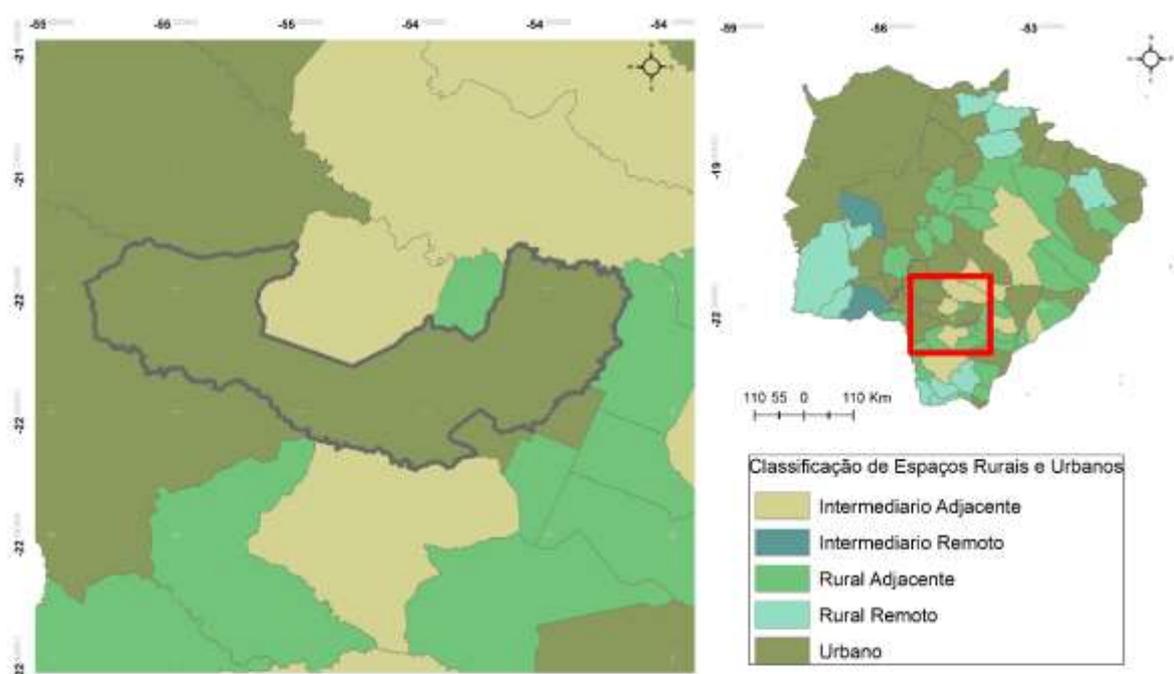


Dourados/MS

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2010 e Estimativas populacionais anuais. Organizado pelo autor.

Mapa 3: Localização do município e do perímetro urbano de Dourados - MS/Brasil

O município é considerado predominantemente urbano pelo estudo de classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil do IBGE (2017), o qual caracterizou os municípios, utilizando como base os critérios de população em áreas de ocupação densa, proporção da população em áreas de ocupação densa em relação à população total e localização. Dourados tem suas principais atividades voltadas à agropecuária, comércio e serviços, e indústrias que visam e almejam o crescimento da região. Pelo estudo, o município é classificado como urbano, configurando-se como um dos maiores da região sul do estado, sendo cercado basicamente por municípios considerados rurais adjacente e intermediário (mapa 4).



Mapa 4: Classificação do município de Dourados

Dourados é uma cidade média em constante crescimento socioeconômico. Calixto (2019, p. 582) argumenta que a cidade exerce uma influência pelo conjunto de dinâmicas, articulando-se em escalas que fogem apenas do local, chegando ao global. A mesma autora afirma que Dourados é a principal centralidade urbana no quadrante sul do estado e cumpre papéis característicos de cidade média. Além de porte

populacional, como contribui Spósito (2010), uma cidade média também desempenha papel importante na intermediação do sistema urbano, tornando-se uma das principais interligações de várias cidades pequenas com outras tipologias de cidades.

A condição de centralidade de Dourados, construída espaço-temporalmente, se fez e se faz a partir de um processo que envolveu diferentes etapas e foi marcado por interações ou articulações estabelecidas em diferentes escalas espaciais. Assim, consideram-se não apenas sua centralidade na rede urbana do sul do estado de Mato Grosso do Sul, mas também sua posição mais ampla, visto que a própria divisão territorial do trabalho implica uma complexidade funcional dos centros urbanos, articulando-os a escalas mais abrangentes. (CALIXTO, 2019, p. 591)

Decorrente do acelerado processo de crescimento populacional do município, o processo de adequação do espaço urbano às necessidades sociais, torna-se inevitável, sendo uma modificação regada por pressões político-sociais e investimentos econômicos, visando a busca pela modernidade. A modificação do espaço urbano ocorre constantemente; o mesmo sofre metamorfoses incessantes tornando esses espaços altamente artificiais e tecnológicos, e as condições básicas necessárias para garantir a qualidade de vida acabam ficando em segundo plano.

Diante de um desenvolvimento sócio espacial sempre precedente às iniciativas de reestabelecimento da ordem urbana, havia (e ainda há), sobretudo, um desafio claro de compreensão da espacialidade criada pelo conteúdo social que na cidade moderna passa não apenas a preencher o espaço, mas a produzir rapidamente novas formas urbanas. (CUNHA, 2008, p. 133)

“No caso das cidades médias brasileiras, pouco se realizou até o momento, no sentido de se preservar seus patrimônios naturais e de se pensar um projeto urbano que não tenha como princípio filosófico a adaptação da natureza à cidade” (SPOSITO, 2006, p. 149). “Uma forma de amenizar sua artificialidade e os problemas que isso gera na vida das pessoas é o planejamento e constituição das áreas verdes urbanas” (GONÇALVES et al., 2008). As praças e parques urbanos são os principais elementos de inserção de áreas verdes no perímetro urbano. Agregando a essas áreas livres importantes funções no desenvolvimento do cotidiano de uma cidade. Essas áreas, constituídas e desenvolvidas como áreas livres públicas (praças e parques urbanos), são inseridas nos espaços urbanos e desempenham funções imprescindíveis no que diz respeito à qualidade de vida.

As funções que as áreas verdes e os espaços livres desempenham no meio urbano podem ser agrupadas em três conjuntos: O primeiro diz respeito aos valores visuais ou paisagísticos, em senso estrito. O segundo aos valores recreativos. O terceiro aos valores ambientais. Estas funções não são excludentes: um determinado espaço pode desempenhar papel relevante nas condições ambientais de uma cidade e ao mesmo tempo ter um grande potencial recreativo e ser um elemento de destaque na paisagem urbana. (BARTALINI, 1996, p. 49)

Para Lodoba e Angelis (2005), as áreas verdes urbanas estão diretamente ligadas à qualidade de vida da sociedade, agindo nas questões físicas e psicológicas inerentes ao ser humano, como, por exemplo, auxiliando nos fatores físicos a partir da absorção de calor e ruídos, e nos fatores psicológicos para atenuar o sentimento de opressão trazido pelas cidades. Mas para que se consiga desempenhar esses papéis, faz-se necessário um planejamento adequado dessas áreas, para que a população conheça, tenha acesso e saiba valorizá-las.

Para discorrer sobre esses temas, no item intitulado “Saúde, Qualidade de Vida e Ambiente: A Inter-Relação dos Conceitos” realizou-se a aproximação dos conceitos de saúde, qualidade de vida e ambiente, buscando trazer quais as principais variáveis que influenciam na inter-relação desses conceitos. Discorrendo sobre as principais definições de cada um deles e qual o motivo de se estudar os conceitos como conceitos conectados, no qual há a necessidade de sinergia de ambos, para que os fluxos consigam ocorrer de forma correta. Através da análise de vários pensadores desses conceitos foi possível observar a intensa conexão entre os conceitos estudados. A saúde e o ambiente são variáveis importantes na implementação da qualidade de vida de uma população, e por isso são passíveis de estudos mútuos para auxílio na melhoria da percepção de qualidade de vida da população. Incluindo na discussão um conceito chave que está presente, sendo a conexão de todos os outros conceitos já listados, o conceito de qualidade ambiental.

No item da dissertação intitulado “Natureza percebida no espaço urbano”, busca-se apresentar a importância da presença do “verde” no ambiente urbano. Demonstrando a inserção da segunda natureza (disfarçada de primeira) no ambiente urbano. A implementação de praças e parques urbanos, sendo esses as principais ferramentas de demonstração da segunda natureza na cidade, ao trazer um contato da população com o “verde”, mesmo que modificado e/ou artificializado. Nesse item ainda são apresentadas as principais características das praças e parques urbanos

da cidade de Dourados, e os principais usos feitos dessas áreas. Abordando a influência da natureza no espaço urbano, visando identificar quais os papéis desempenhados pela mesma nas cidades, e quais as implicações geradas pela sua negação. O intuito é demonstrar a importância que as áreas livres (praças e parques urbanos) tem na vida cotidiana da sociedade.

O quinto item dessa dissertação, intitulado “Classificação de uso de solo das praças e parques urbanos para identificação de áreas verdes urbanas públicas da cidade de Dourados”, traz a compilação de dados para identificação de quais das áreas livres da cidade atendem às premissas trazidas pelos autores apresentados nesse item, que auxiliam na classificação das áreas verdes urbanas públicas. Para isso são trazidas as variáveis para a caracterização do uso do solo das praças e parques urbanos, para a classificação da infraestrutura desses espaços, realizada por Araújo (2019), e, conjuntamente, os dados de utilização dos espaços oriundos do questionário aplicado nessa pesquisa. Visando identificar a quantidade em metros quadrados de área não impermeabilizada de cada uma das áreas públicas da cidade, evidenciando principalmente os objetos de estudo que são as áreas verdes presentes nas praças e parques urbanos do perímetro urbano do município, classificando os espaços que atendem aos critérios em áreas verdes urbanas públicas (AVUP).

Para o sexto item, “Conexões entre bem-estar/saúde e áreas verdes urbanas públicas na cidade de Dourados”, temos a compilação e correlação dos dados do questionário proposto, identificando as principais inter-relações existentes entre a utilização das AVUP e a qualidade de vida da população da cidade. Nesse capítulo, podemos identificar que a proximidade com as praças, parques urbanos e as AVUP, trazem uma melhor percepção de bem-estar e saúde, demonstrando principalmente que, na faixa etária de adultos, essa inter-relação se mostra mais evidente. E também que a proximidade com as praças, parques urbanos e áreas verdes tem grande correlação com a percepção positiva de saúde dos participantes.

Nas considerações finais chega-se à conclusão de que as áreas livres em geral (considerando praças, parques e AVUP) têm grande influência na qualidade de vida da população. Na cidade de Dourados, temos muitos espaços com grande potencial para ser considerado como AVUP, porém, a falta de manutenção e investimento por parte do poder públicos, acaba por inviabilizar os usos desses locais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo do pressuposto da importância das áreas verdes no ambiente urbano, teremos como base para identificação das praças e parques urbanos da cidade de Dourados, o estudo desenvolvido por Araújo (2019), que realizou a identificação e avaliação da infraestrutura das praças e dos parques urbanos de Dourados, obtendo assim visualização da distribuição espacial e o estado das praças e parques urbanos da cidade.

A metodologia adotada para o desenvolvimento do projeto baseou-se nos referenciais teórico-metodológico, empírico e técnico, conforme a metodologia de Mendes (1992). A pesquisa foi realizada através do desenvolvimento do referencial empírico e teórico metodológico acerca do objeto de estudo, onde para o referencial empírico pode-se elencar a aplicação de questionário aos habitantes da cidade de Dourados, e também da análise dos dados primários e secundários e da produção dos materiais cartográficos do local de estudo. Posteriormente realizou-se a compilação e interpretação dos dados coletados na geração de mapas, fotos, gráficos e tabelas para auxiliar na visualização e interpretação dos dados. O organograma para o desenvolvimento do projeto pode ser visualizado na Figura 1.

O referencial teórico metodológico buscou versar sobre os temas espaços públicos, áreas livres (praças e parques urbanos), áreas verdes e qualidade de vida, com o objetivo de entender e inter-relação entre os temas chaves para elaboração da dissertação. A etapa de levantamento bibliográfico foi realizada com o auxílio de livros e de conteúdo online (dissertações, teses, artigos e periódicos), que auxiliaram no embasamento e entendimento do assunto a ser tratado. Grande parte do referencial teórico baseia-se em referencial recente, datado dos anos 2005 até os dias atuais, e referem-se principalmente a órgãos governamentais (Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, IBGE, entre outros), e artigos discutindo qualidade de vida (BUSS (2010); CUNHA (2008); NUCCI (2008); GUIMARÃES (2015); QUANDT (2014); LOUZADA (2017); MINAKI (2007)), e espaço público/áreas verdes (HENRIQUE (2008;2009); LIMA (2007); RAIMUNDO (2016); D'ANGELIS (2005)).

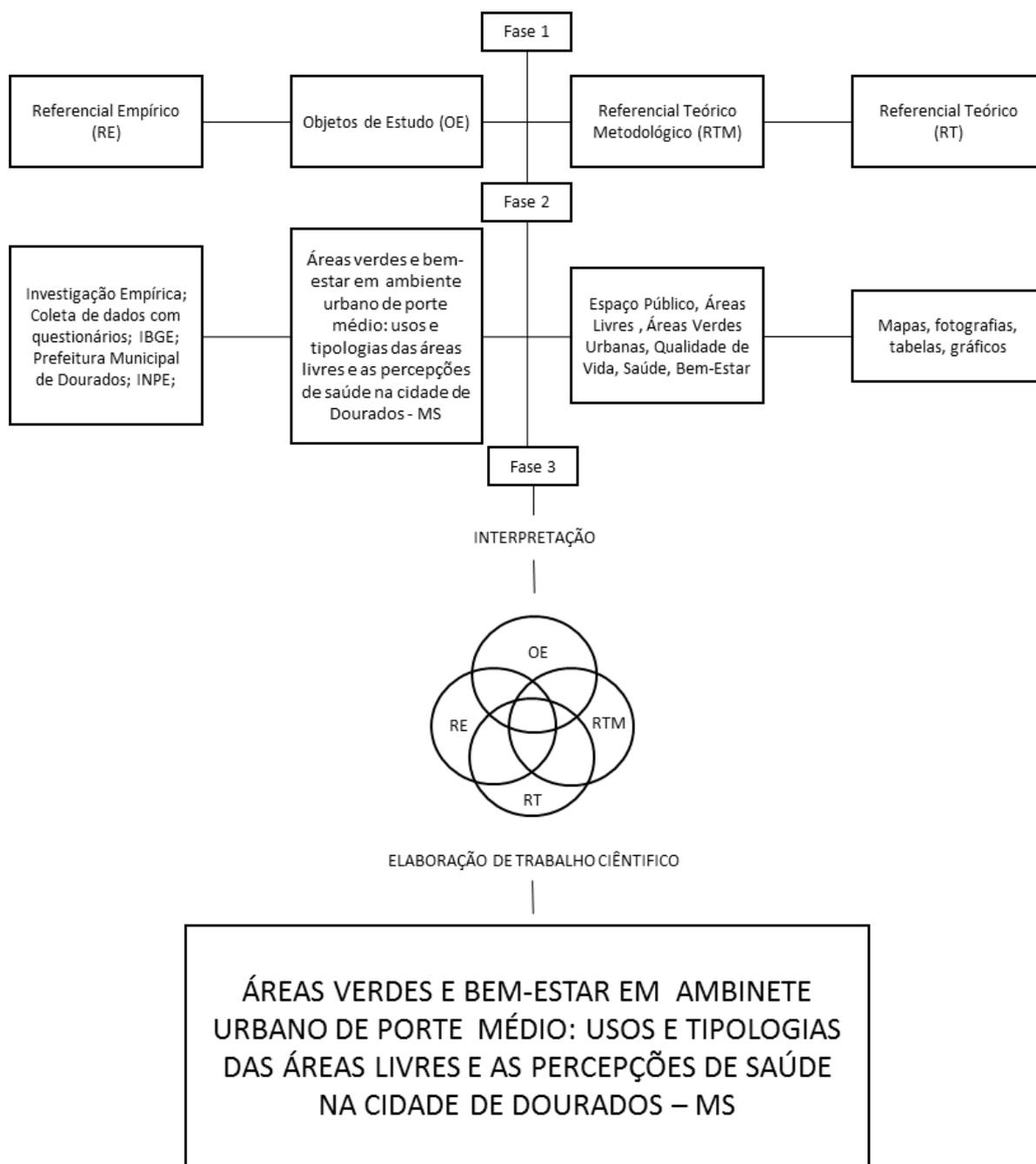


Figura 1: Organograma Teórico Metodológico

Fonte: Mendes (1992)

Com o intuito de obtenção de informações acerca das praças e parques urbanos da cidade, foi utilizado um questionário online a ser divulgado para a população do município. Com perguntas simples relacionadas aos temas qualidade de vida e informações sobre as praças e parques urbanos da cidade, o questionário visou colher os dados de frequentadores, tais como utilização, frequência, benefícios

da relação com as áreas livres, e quais as principais finalidades para frequentar esses espaços, assim como também de não frequentadores dessas áreas livres.

De acordo com o art. 1º da Resolução do Conselho Nacional de Saúde n. 510/2016, "não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados; [...]", assim, o questionário não teve a necessidade de ser avaliado pelo CEP/CONEP, já que não buscou coleta de informações que identifiquem o entrevistado.

A ferramenta mais relevante no desenvolvimento do estudo é aplicação do questionário (Apêndice – A) aos moradores da cidade de Dourados. O questionário foi aplicado online através do *Google Forms*, uma ferramenta que é gratuita e permite construir e divulgar questionários dos mais diversos modelos para obtenção de dados. O questionário abordou três temas principais, sendo eles praças e parques urbanos da cidade de Dourados, saúde e qualidade de vida. As 54 perguntas que visaram principalmente coletar dados relevantes sobre a inter-relação da saúde e áreas verdes para o fomento da qualidade de vida.

O Questionário foi dividido em 3 partes. A primeira visou a obtenção de informação sobre o entrevistado (sem obtenção de dados que identifiquem o entrevistado, como nome e e-mail), como idade, gênero, bairro que reside, dentre outras informações. A segunda etapa do questionário teve como objetivo coletar informações do entrevistado acerca da utilização que o mesmo tem das praças e parques urbanos de Dourados, com quais das áreas tem mais contato (ou não), qual a frequência e intuitos da utilização desses espaços e quais suas opiniões sobre as áreas verdes da cidade. Por fim, e não menos importante, foi implementado conjuntamente com estas questões o instrumento WHOQOL-bref, desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que consiste num questionário simplificado que tem por finalidade avaliar a qualidade de vida de uma população.

[...] Inicialmente foi desenvolvido um instrumento de avaliação de qualidade de vida com 100 questões (o WHOQOL-100). O desenvolvimento do WHOQOL-100 seguiu metodologia descrita em outras publicações envolvendo a participação de vários países, representando diferentes culturas, tendo sido desenvolvida uma versão brasileira. A necessidade de instrumentos curtos que demandem pouco tempo para seu preenchimento, mas com características psicométricas satisfatórias, fez com que o Grupo de Qualidade de Vida da OMS desenvolvesse uma versão abreviada do WHOQOL-100, o WHOQOL-bref. (FLECK et al., 2000, p. 179)

A metodologia WHOQOL-BREF, proposta pela OMS no Brasil, é utilizada pelo Grupo De Estudos Em Qualidade De Vida, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e por Ferentz (2017), que utiliza a divisão das questões em geral relacionadas à qualidade de vida e perguntas em domínios específicos, que compõem o conjunto para o alcance da qualidade de vida (quadro 1).

Quadro 1: Domínios e Facetas do WHOQOL-bref

DOMÍNIOS	FACETAS
I – FÍSICO	Dor e desconforto; energia e fadiga; sono e repouso; mobilidade; atividades da vida cotidiana; dependência de medicação ou de tratamentos; capacidade de trabalho
II - PSICOLÓGICO	Sentimento positivos; pensar, aprender, memória de concentração; autoestima; imagem corporal e aparência; sentimentos negativos; espiritualidade/religião/crenças pessoais
III -RELAÇÕES SOCIAIS	Relações pessoais; atividade sexual; suporte (apoio) social
IV - MEIO AMBIENTE	Segurança física e proteção; ambiente no lar; recursos financeiros; cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade; oportunidades de adquirir novas informações e habilidades; participação em oportunidades de recreação/lazer; ambiente físico: poluição/ruído/clima; transporte
V – GERAL	Percepção da qualidade de vida; satisfação com a saúde

Fonte: FERENTZ (2017, p. 120-121).

A compilação dos resultados do questionário WHOQOL-bref será realizada pela ferramenta desenvolvida por Pedroso (2011), que realiza a validação da sintaxe unificada para o cálculo dos escores dos instrumentos WHOQOL, em todas as suas validações, e disponibiliza uma ferramenta para a utilização no programa Microsoft Excel, visando à compilação estatística dos dados coletados.

Após a aplicação do questionário, fez-se necessária a análise dos critérios de exclusão do estudo, verificando quais atendiam aos requisitos para as análises dos dados. Assim tivemos 7 questionários excluídos da base de dados, por não atenderem ao preenchimento correto de todos os campos obrigatórios, pela coerência das respostas e a não duplicidade de respostas, evidenciado no fluxograma na figura 2.

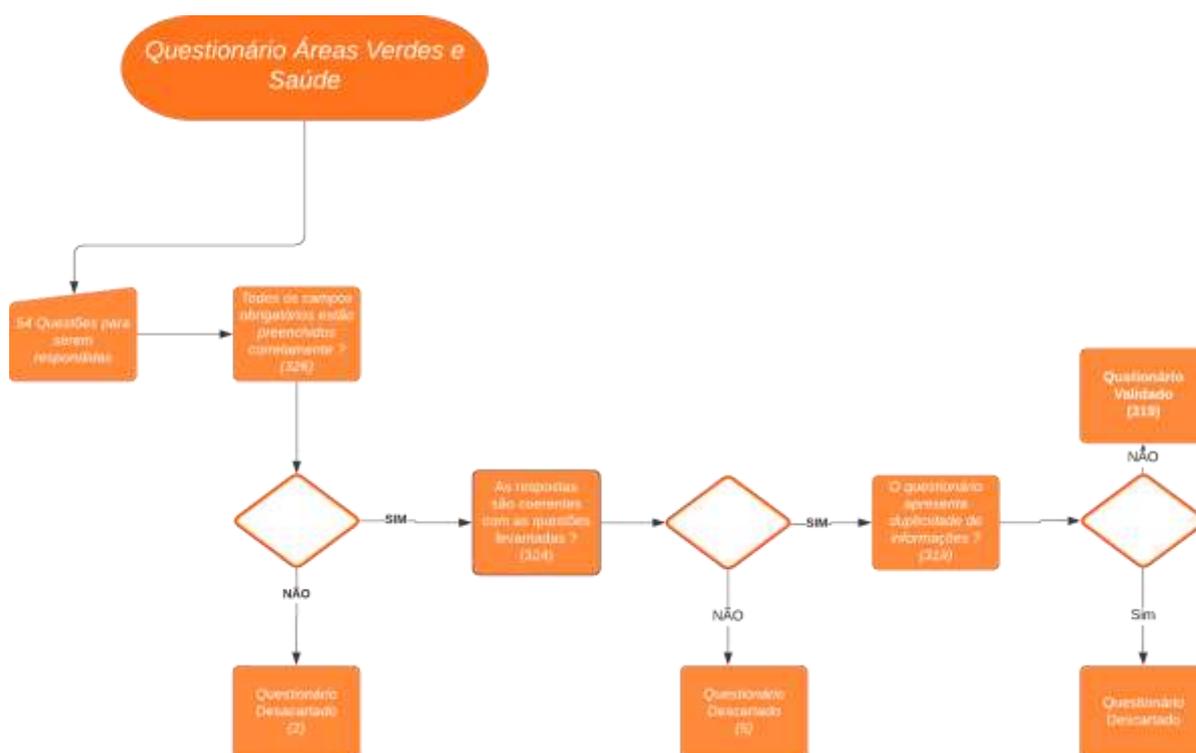


Figura 2: Fluxograma dos critérios de exclusão da pesquisa

Fizeram parte desse estudo 326 participantes que responderam o questionário semiestruturado. Após os critérios de exclusão (Figura 2), trabalhamos com os dados de 319 questionários para realizar as análises.

Para identificar o tamanho da amostra necessária, tomou-se como parâmetros a heterogeneidade de 50%, o nível de confiança de 95% e o tamanho da população do município de Dourados. Segundo o IBGE (2021), a estimativa de população do município é de 227.990 habitantes. A amostragem é não probabilística, por conveniência, mas a margem de erro do estudo calculada foi de $\pm 5,5\%$ e nos serviu de referência para analisar as respostas, identificar as diferenças significativas e comparar os resultados que possuem diferenças maiores que a margem de erro.

A representatividade da amostra foi dimensionada a partir das variáveis de gênero, faixa etária, renda familiar e cor/etnia. Para variável gênero, 60,77% dos participantes identificam-se com o gênero feminino, 38% identificam-se com o gênero masculino, 0,92% preferiram não declarar sua identificação de gênero e 0,31%, apenas um respondente, identificou-se com o gênero fluido (Gráfico 2). Segundo o Censo

Demográfico 2010 (IBGE, 2), as proporções da população de Dourados por gênero dividiam-se em 49,1% do gênero masculino e 50,9% feminino.

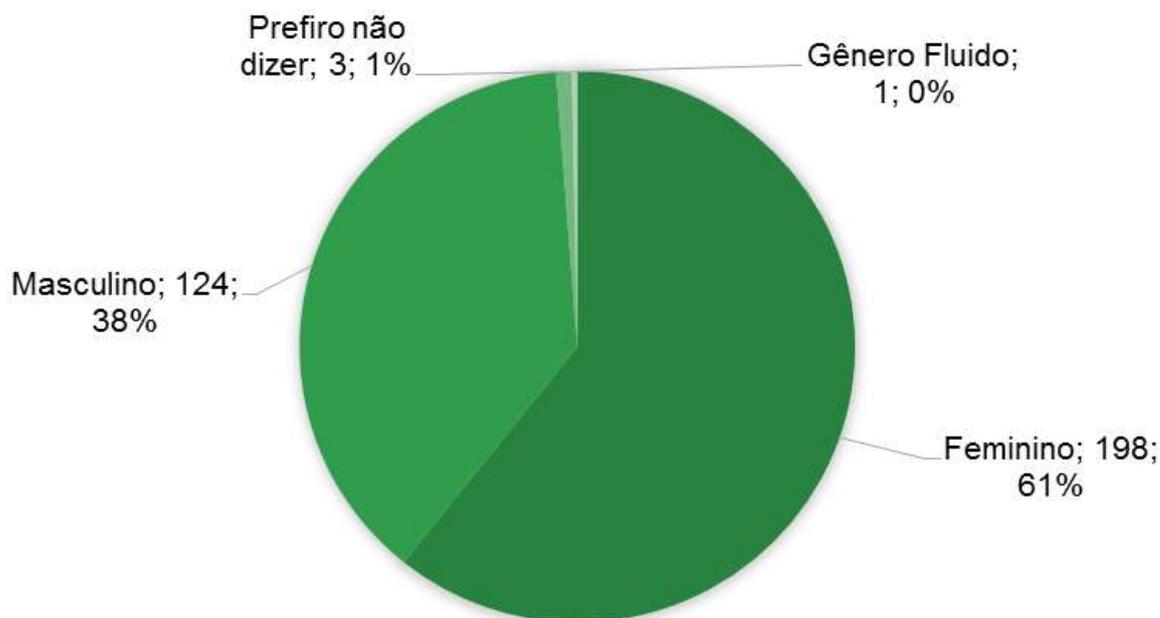


Gráfico 2: Representatividade dos participantes por gênero

Fonte: O autor

Quando levamos em consideração a renda familiar (gráfico 3), o grupo mais representativo a participar da pesquisa, foi o que diz se encaixar entre 1 e 3 salários mínimos. Segundo o IBGE, a renda em 2019 da população residente na cidade de Dourados é em média de 2,5 salários mínimos por mês.

A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 31.1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 15 de 79 e 6 de 79, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 482 de 5570 e 440 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 30.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 72 de 79 dentre as cidades do estado e na posição 4531 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2017)

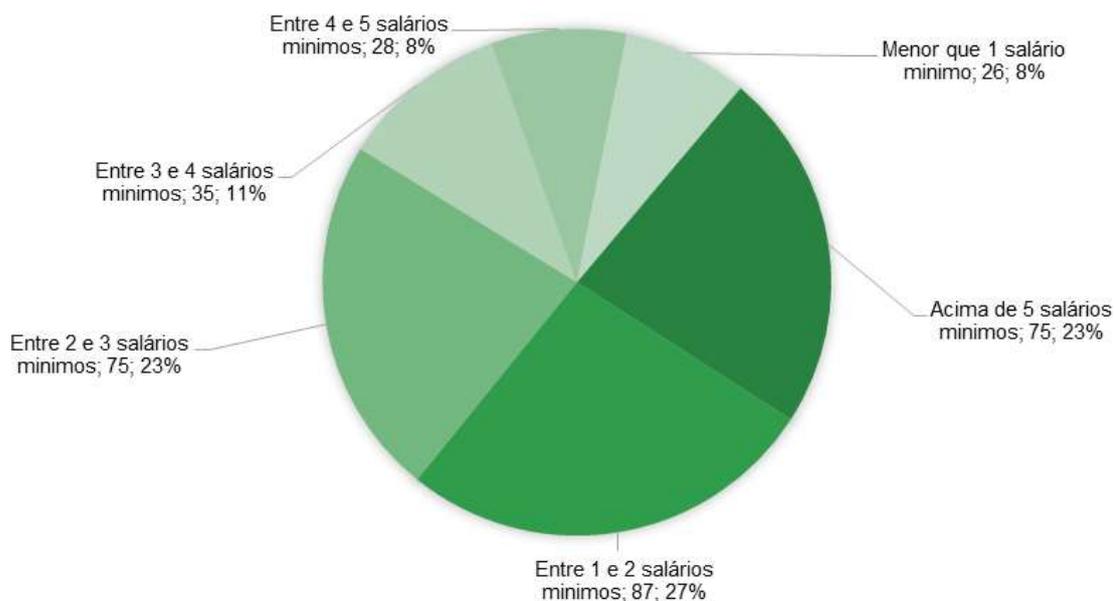


Gráfico 3: Representatividade das entrevistas por renda familiar
Fonte: O autor

Em relação à representatividade por faixa etária dos participantes da entrevista, tivemos a divisão de adolescentes (abaixo de 18 anos) e adultos (18 anos ou mais). Dos participantes das entrevistas, 56% fazem parte da faixa etária adolescente, enquanto 44% fazem parte da categoria adultos.

Quanto à autodeclaração de cor, grande parte dos participantes (61,96%) declararam-se da cor branca, enquanto 31,29% dos participantes declararam-se da cor parda. Menos representativos na pesquisa, tivemos as pessoas que se autodeclararam das cores amarelos, indígenas e pretos, que juntos somam 6,75% (

Gráfico 3). Quando visualizamos a variável autodeclaração de cor verificamos uma representatividade bem semelhante à da população da cidade de Dourados, levando em consideração as proporções do Censo Demográfico 2010 (IBGE, ano?), no qual 55,77% das pessoas se auto declararam brancas, 35,32% se autodeclararam pardas, 3,95% das pessoas se autodeclararam pretas, 3,48% das pessoas se autodeclararam indígenas e 1,48% se autodeclararam amarelas (Gráfico 4).

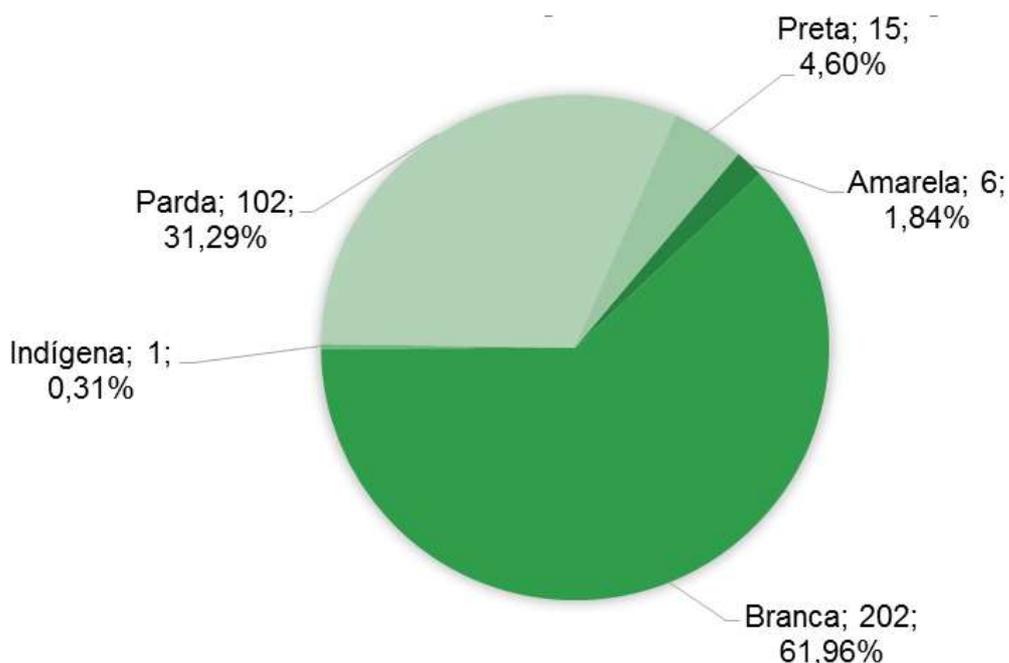
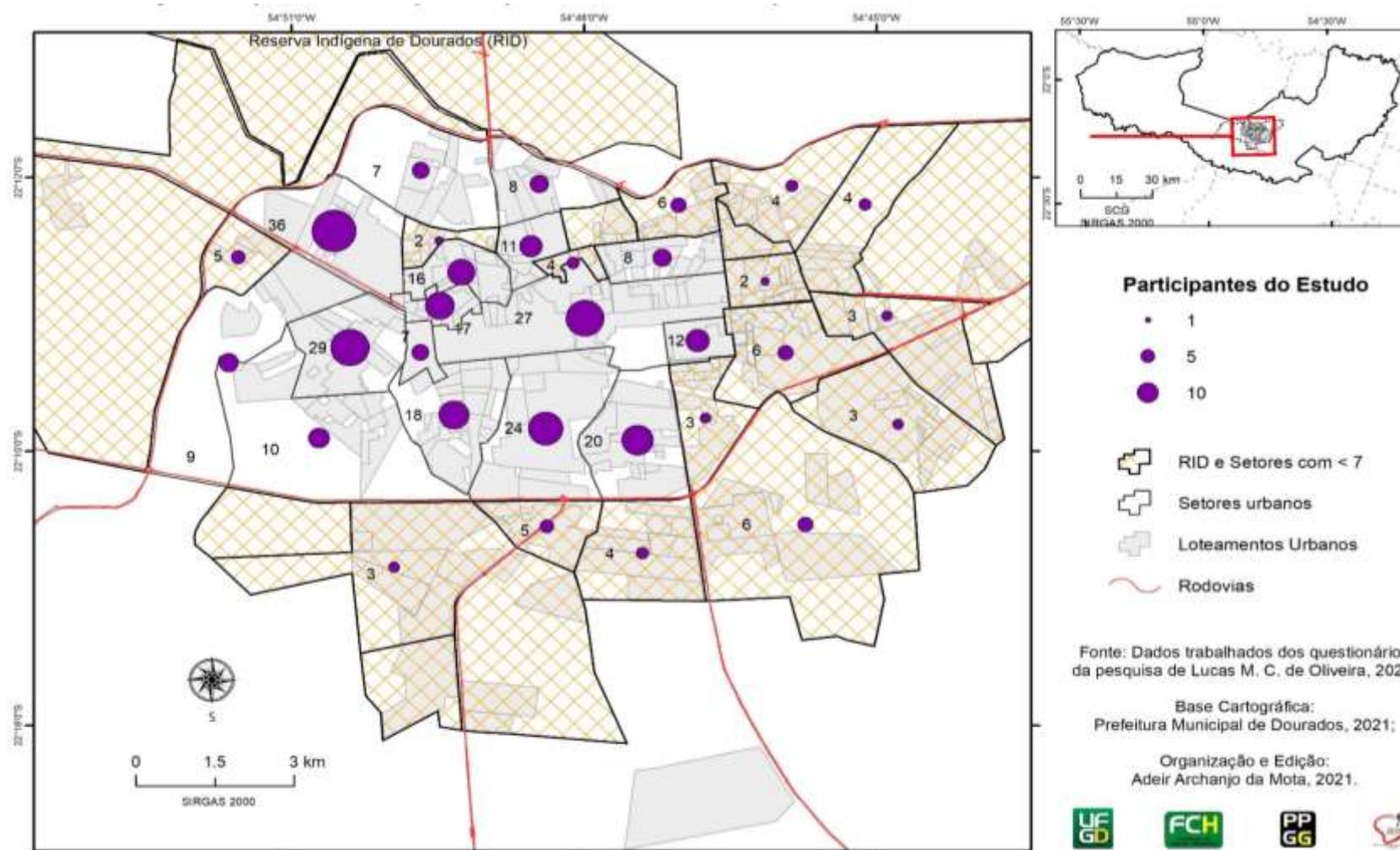


Gráfico 4: Representatividade das entrevistas por autodeclaração de cor
Fonte: O autor

Especialmente a distribuição dos participantes do estudo não foi homogênea, conforme demonstrado no mapa 5. O mapa foi confeccionado considerando os setores da cidade de Dourados, definidos pela lei nº 4.246, de 25 de fevereiro de 2019, adaptando os setores para possibilitar o uso da informação do questionário na qual os participantes informaram o loteamento urbano que residem. Em relação à participação, tivemos uma baixa participação de setores/bairros da cidade de Dourados geograficamente e socialmente periféricos. Fica evidente no mapa 5 que os setores ao leste e no extremo sul, que concentram a maioria dos loteamentos sociais, foram os que contaram com as menores frequências de participação neste estudo.



Mapa 5: Distribuição espacial dos participantes do estudo no perímetro urbano de Dourados

Os dois principais motivos para a baixa participação dos moradores das áreas periféricas, o que inclui também a quase totalidade de pessoas indígenas, é a metodologia utilizada e o acesso à Internet por esta parte da população douradense. Inicialmente, o projeto de pesquisa previa a utilização de entrevistas *in loco* com os frequentadores das praças e parques urbanos da cidade de Dourados, porém, devido à pandemia de CoVID-19, que assolou a população mundial trazendo milhões de mortes mundo a fora, foi necessário repensar a aplicação de questionários e observação nas praças e parques urbanos para realização deste estudo. Foi assim necessária a adoção de medidas sanitárias emergenciais para o combate a essa doença até o momento pouco conhecida e, entre as medidas adotadas em muitas cidades do Brasil, tivemos o fechamento de áreas públicas por decretos municipais e estaduais, além da adoção de isolamento e distanciamento social, o que inviabilizou a coleta de dados *in loco*. Em meio a essa situação de pandemia, e para também atender os protocolos de segurança, decidimos adotar a aplicação de questionário de forma virtual, acessível apenas a pessoas com acesso à internet.

A disponibilização do questionário *online* visou evitar o contato social, devido à alta taxa de contágio do novo coronavírus, que desencadeou a pandemia da CoVID-19, e também prezar pela saúde dos participantes da pesquisa e dos pesquisadores. Para a divulgação do questionário foi utilizada a metodologia *Snowball*, que tem o intuito de distribuição e disseminação de informação através do método de rede, no qual a informação é repassada para a rede de contatos do informante. Segundo Vinuto (2014, p. 203), é uma metodologia que tem como ferramenta principal a utilização de cadeias de referências. Assim, foram utilizadas ferramentas *online* para divulgação do questionário.

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. (VINUTO, 2014, p. 203)

“Devido à sua estratégia de recrutamento, o método bola-de-neve é considerado não probabilístico, uma vez que não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na amostra” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 21). Assim, para o estudo em questão, não foi possível garantir a representatividade da amostra para todos as categorias demográficas consideradas no estudo, como evidenciado anteriormente, quanto às proporções menores de participantes indígenas e do sexo masculino na amostra em relação às proporções desses na população do município de Dourados. Levando em consideração principalmente o atendimento à resolução do CEP/CONEP (2016), de não identificação do participante, e também as deficiências que a metodologia apresenta (demonstrando um fator importante de distribuição das informações), obteve-se assim algumas limitações em sua aplicação.

[...] Uma limitação se refere ao fato de que as pessoas acessadas pelo método são aquelas mais visíveis na população. Em se tratando de populações ocultas, as pessoas acessadas serão aquelas que assumem determinados comportamentos e atitudes que as tornam membros dessas populações. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 21)

Grande parte da população “oculta” não tem acesso à Internet. Considera-se aqui os dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2018), que demonstra ser esse o caso de 151 dos 930 participantes no estado de Mato Grosso do Sul, ou seja mais de 16% da população. Este percentual tende a ser maior nos domicílios com baixo rendimento salarial familiar.

Quando levamos em consideração os três principais motivos da não utilização da Internet (Gráfico 5), conforme o estudo da PNAD (IBGE, 2018), os participantes evidenciaram não utilizar a Internet por não saber usar, por falta de interesse ou por avaliarem que os equipamentos/serviço de Internet serem muito caros.

No caso brasileiro, portanto, não é verdade que as tecnologias digitais eliminaram as barreiras espaciais para a integração dos indivíduos a oportunidades econômicas e de engajamento cívico, visto que o lugar onde se vive afeta as oportunidades de inclusão digital. Para além da divisão entre áreas rurais e urbanas que, em boa medida, revela barreiras de ordem genuinamente físicas, as desigualdades territoriais de acesso e uso da Internet são expressão da concentração espacial de indivíduos de baixa renda, ou seja, não são apenas físicas, mas também sociais e econômicas; logo, no caso brasileiro, as desigualdades territoriais do mundo *off-line* ainda são um forte preditor das desigualdades do mundo *on-line*. (ARETCHE, 2019, p. 60-61)

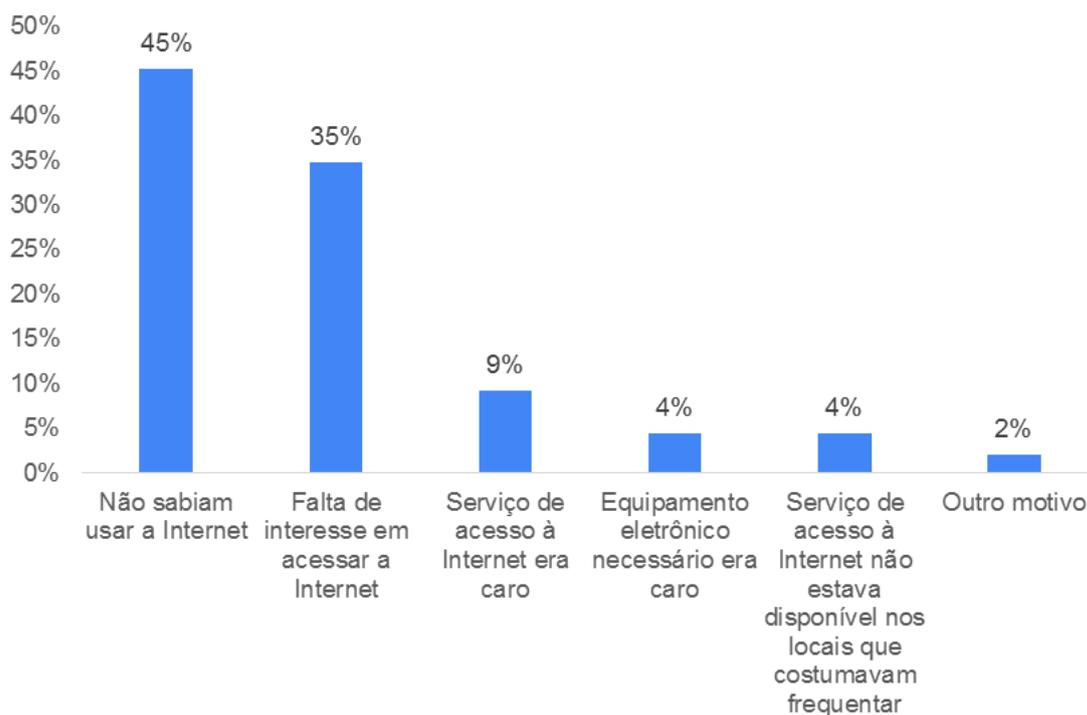


Gráfico 5: Pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por motivo de não terem utilizado a Internet, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 4º trimestre de 2018

Ainda dentro da metodologia da dissertação, utilizou-se também as ferramentas de Índice de Vegetação Normalizada (NDVI) e Índice de Áreas Verdes (IAV).

O NDVI é um dos índices mais utilizados para cálculo índices de vegetação. Para a composição da imagem, são necessárias as bandas de Infravermelho próximo e vermelho, inseridas na equação proposta por Gamarra et al. (2016) *apud* Rouse et al., (1973, p. 309), sendo calculado pela seguinte fórmula:

$$NDVI = (NIR - R) / (NIR + R)$$

Onde, NIR representa a banda do infravermelho próximo, e R representa a banda do vermelho. Após a aplicação da equação, os valores obtidos podem variar de -1 a 1, onde os valores mais próximos de 1 são os maiores índices de vegetação.

E esse índice, por tanto, torna-se uma ferramenta bastante importante que nos auxilia na identificação de áreas que tenham a predominância de presença de áreas verdes, ou seja, com presença de vegetações rasteira, arbustiva e arbórea. Para execução desse índice, utilizou-se imagens do satélite Landsat 8, fornecidas pelo

INPE, e a utilização do software ArcGis 10.5, em sua ferramenta de calculadora “raster”, para a execução do cálculo acima citado.

Para a composição do Índice de Áreas Verdes (IAV), fez-se também necessária a utilização da composição de bandas (1 a 6), da imagem de satélite Landsat 8 fornecidas pelo INPE, referentes ao mês de novembro de 2020, e, com o auxílio da ferramenta Classificação de Imagem do software ArcGis 10.5, e imagens do Google Imagens, foi realizada a técnica de Classificações Supervisionadas, seguindo a metodologia desenvolvida e validada por Fitz, Vieira e Soares (2019). A composição das bandas da imagem de satélite foi organizada de modo a destacar as classificações realizadas. Para a classificação das Áreas Antropizadas/Solo Exposto, a combinação das bandas RGB (*Red, Green, Blue*) foram dispostas respectivamente com as bandas 6, 5, 4. Para a identificação da vegetação, foi realizada a composição RGB, respectivamente com as bandas 5, 4 e 3. E, por fim, para a identificação dos lagos e lagoas, foi utilizada as bandas RGB organizadas respectivamente com as bandas 5, 6 e 4.

Foram utilizadas áreas de treinamento dadas por polígonos desenhados pelo usuário, os quais abrangem amostras das feições presentes na superfície e reconhecidas como pertencentes a um dado conjunto predeterminado, ou seja, um “cluster de polígonos”. (FITZ; VIEIRA; SOARES, 2019, p. 322)

Segundo metodologia aplicada, com a concepção de 60 amostragens para uma precisão de 95%, o nível de rejeição das amostragens seria de 4,6%, como descrito no quadro abaixo:

PRECISÃO DE INTERPRETAÇÃO	AMOSTRAS						
		10	20	30	40	50	60
0,99		0,904382	0,817907	0,739700	0,668972	0,605006	0,547157
0,95		0,598737	0,358486	0,214639	0,128512	0,076945	0,046070
0,90		0,348678	0,121577	0,042391	0,014781	0,005154	0,001797
0,85		0,196874	0,038760	0,007631	0,001502	0,000296	0,000058

Quadro 2: Precisão de Interpretação de amostras

Para isso foram elencadas as classificações de área edificada, solo exposto, vegetação rasteira, vegetação arbórea e lagos/lagoas; para cada uma dessas classificações foram desenvolvidos 60 polígonos em áreas diferentes do perímetro das áreas livres. Posteriormente, como resultado da classificação de imagem, utilizou-se as feições referentes às áreas livres (praças e parques urbanos) de Dourados, para realizar um recorte dessas classificações e obter a quantidade em metros quadrados de cada uma das classificações dentro desses espaços. As delimitações das áreas livres foram importadas do plano de informações de áreas verdes disponível no site do IMAM.

Para computar o índice de áreas verdes da cidade foi utilizada a equação aplicada por Costa e Ferreira (2011), descrita abaixo:

$$IAV = \frac{\Sigma \text{Áreas Verdes}}{N^{\circ} \text{ de habitantes}}$$

Onde:

IAV= Índice de áreas verdes

Σ Áreas Verdes = Somatório de metros quadrados área verde presente nos espaços públicos do município

Nº de habitantes = Número de habitantes do município

Para classificar as áreas livres em áreas verdes urbanas públicas, foram utilizados primeiramente apenas as áreas livres que detém área não impermeabilizada superior a 70% (levando em consideração a margem de erro). Posteriormente, aplicou-se a análise de atendimento à população e frequência de visitação, levando em consideração a amostra de frequência de visitação oriunda do questionário aplicado, a população e a descrição das condições das áreas livres descritas por Araújo (2019). A junção dessas informações auxiliou na classificação de AVUP, seguindo os conceitos de áreas verdes dos autores Bucchieri Filho e Nuccci (2006 p. 51), respaldados por Oliveira (1996), respondendo as questões:

1. A vegetação é o elemento fundamental de composição?
2. Cumpre funções: ecológica, estética e de lazer?
3. Área com 70% de cobertura vegetal em solo permeável (sem laje)?
4. Serve à população?
5. Propicia condições para recreação?

A realização do mapeamento dessas áreas verdes se torna importante para a identificação espacial desses espaços, e sua distribuição perante o espaço urbano. Diante das alterações a que são submetidas as áreas verdes urbanas, é muito importante que se tenha à disposição mecanismos que permitam o monitoramento destas áreas ao longo do tempo (BARGOS, 2010, p. 45). Ainda segundo Bargas (2010), para esse mapeamento, as geotecnologias tornam-se importantes para que possamos delimitar áreas de influência, realizar a modelagem de cenários em análises estatísticas entre outros.

[...] Torna-se importante o conhecimento de sua ocorrência em termos quantitativos, qualitativos e distribuição espacial, a fim de que sejam verificados o grau de interferência humana e sua potencialidade em realçar aspectos da qualidade do ambiente. Ademais, tais informações podem contribuir para o estabelecimento de futuros projetos que visam melhorias na ambiência das cidades. (PAULA E FERREIRA, 2017, p. 147)

Mapear esses espaços torna-se de suma importância para garantir tomadas de decisão efetivas, na concepção e manutenção de espaços que atendam às necessidades da sociedade.

Nas próximas seções poderemos evidenciar a aplicação das metodologias, em busca de respostas, para o entendimento da correlação entre saúde e ambiente e a almejada qualidade de vida. Isso será evidenciado no próximo item, ao apresentar brevemente os conceitos e correlacioná-los, em busca do entendimento da sua influência no atendimento aos princípios básicos para a qualidade de vida, trazendo em evidência um conceito chave na relação saúde e ambiente, que é a qualidade ambiental

3 SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA E AMBIENTE: A INTER-RELAÇÃO DOS CONCEITOS

O Brasil é um país continental com uma enorme diversidade, em todos os sentidos, abrigando, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), 208,4 milhões de habitantes, os quais estão distribuídos em um território de 8.510.820,623 km². E, na maioria das localidades, os problemas socioambientais estão presentes diariamente na vida da população brasileira.

A problemática socioambiental postula uma mudança de paradigma que tem como base de sustentação uma racionalidade alternativa aos grandes conflitos da sociedade moderna. Esses conflitos são traduzidos e resumidos pela difícil relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. (FERNANDES; SAMPAIO, 2008, p. 93)

Decorrente de uma extensa e árdua gestão deficitária, em toda extensão territorial, o Brasil vem enfrentando, desde sua concepção como república federativa, grandes dificuldades de gerenciamento de todos os recursos necessários para a implementação de premissas básicas para o bem-estar social e para implementação de uma adequada qualidade de vida a população.

As críticas à gestão em saúde no Brasil são amplas, diversas e mostram a dimensão dos problemas a serem enfrentados. No que tange a rede hospitalar brasileira, tem-se o diagnóstico da existência de inúmeros estabelecimentos de saúde com grande fragilidade gerencial e que estão longe de atender ao exigido para oferecer 'uma assistência resolutiva, adequada e otimizada, no que se refere à qualidade dos serviços ofertados, ainda pouco se sabe. (LORENZETTI; LANZONI; ASSUITI; PIRES; RAMOS, 2014, p. 418)

Isso pode ser entendido ao visualizar políticas sociais que dizem respeito à implementação da atenção básica de saúde, políticas que são de baixa efetividade, insuficientes e ineficientes, geridas pelo governo para diminuição das desigualdades sociais, visando primordialmente a cobertura de serviços básicos para toda a população, e, concomitantemente, a insuficiência de políticas de preservação de meio ambiente.

Historicamente, vários movimentos sociais surgiram para reivindicar os direitos da população no que tange à assistência em saúde. Viacava et al. (2018, p. 1751) argumenta que, por volta da década de 1970, surgiram movimentos sociais com o

pensamento de que a reforma do sistema de saúde era primordial, pois se viu a necessidade de enfrentar os problemas de saúde de uma forma histórico estrutural. Era preciso levar em consideração aspectos socioeconômicos e políticos, onde o principal agente seria o Estado, por meio da promoção da saúde e regularização e manutenção de um sistema de saúde eficiente para o acesso de todos.

O processo de redemocratização do País, na década de 80, com a ampliação da organização popular e a emergência de novos atores sociais, produziu a ampliação das demandas sobre o Estado e desencadeou um forte movimento social pela universalização do acesso e pelo reconhecimento da saúde como direito universal e dever do Estado. (BRASIL, 2003, p. 13)

Segundo o livro “O desenvolvimento do Sistema Único de Saúde: avanços, desafios e reafirmação dos seus princípios e diretrizes” (BRASIL, 2003), esses mesmos movimentos sociais foram os que auxiliaram o desenvolvimento de um importante evento para o campo da saúde, que foi realizado em 1986, a 8ª Conferência Nacional de Saúde. Essa foi etapa importante para o desenvolvimento do capítulo II do título VIII, referente à Seguridade Social presente na Constituição Federal de 1988. e que compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade. destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

O processo de democratização da sociedade brasileira culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe profundas mudanças na organização estatal, como a descentralização de recursos, principalmente para a administração municipal, que ganhou autonomia e atribuições para gerir e executar as políticas sociais desenhadas pelo governo central. Este rompimento com um modelo altamente centralizado que caracterizou o período autoritário também significou uma ruptura com o padrão de política social até então vigente, cuja incorporação das demandas sociais se fez sempre de forma estratificada e excludente. (FLEURY; OUVREY, 2012, p.74)

A Constituição Federal do Brasil (1988) traz em seu artigo 6º que: “*são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição*”. Sendo esses os mesmos direitos os quais vêm sendo arduamente discutidos, quanto a sua real implementação de abrangência nacional. Muitos desses direitos são negados a grande parte da população brasileira. Isso pode ser notado em diversas pesquisas

realizadas em âmbito nacional, demonstrando uma precariedade na atenção em diversos desses direitos, que teoricamente deveriam ser instituídos a todos. Dentre os temas mais discutidos, dos direitos sociais evidenciados na Constituição de 1988, são os que estão relacionados à saúde. Lembrando que o artigo 196º define saúde indiretamente como: “[...] direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, sendo ainda afirmado que se trata de uma responsabilidade das três esferas de governo (União, estados e municípios).

Bodstein (2002, p. 409) descreve que grande parte dos municípios do Brasil tem na área da saúde uma imensa precariedade no que diz respeito à prestação de serviços à população, principalmente em suas infraestruturas de recursos humanos (trabalhadores em quantidade suficiente e a capacitação adequada desses trabalhadores) e técnicos (equipamentos). Sendo atingidos, assim, por uma escassez de recursos financeiros.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE SAÚDE

Historicamente saúde tem alguns de seus primeiros indícios desde o tempo em que o “pai” da medicina, Hipócrates, viveu por volta do século 460 a 377 a.C. “Hipócrates considerava a saúde como resultado da relação das populações com o lugar onde viviam. Considerava os aspectos do meio físico, biológico e climático e também o estilo de vida” (GUIMARÃES, PICKENHAYN E LIMA, 2014 p. 53). Em todo o desenvolvimento da medicina, a noção de saúde sempre esteve diretamente ligada às doenças. Backes et al. (2009) evidencia que o conceito de saúde passou por várias modificações ao longo de seu desenvolvimento. O conceito relacionado a saúde estava inteiramente ligado à doença e definiam assim a saúde apenas com a ausência de doenças. Backes et al. (2009) demonstra ainda que na antiguidade considerava-se que as doenças eram causadas unicamente por fatores interligados aos campos “natural” e “sobrenatural”, havendo assim uma relação com a religiosidade. Posteriormente, uma vertente mais evidente no oriente considerava a doença como um desequilíbrio do corpo humano. O caráter religioso volta a ser muito presente na Idade Média, no que diz respeito às discussões relacionadas à saúde, perdurando como dogma por vários séculos.

Os conceitos médicos atuais representam o resultado da práxis de cuidado de saúde. Isto é, os conceitos simplesmente se concretizam pelo modo de vida e pela comunicação sobre a vida. Entretanto, existe mais de um conceito sobre saúde e doença que os estudos atuais apresentam, e esses conceitos resultam das práxis normais. Esta evidência reforça a necessidade de os profissionais não trabalharem com conceitos estagnados que impedem o conhecimento da realidade. (BACKES et al. 2009, p. 113)

A revolução industrial foi um dos grandes marcos para os estudos sobre saúde, devido ao processo acelerado de industrialização, conjuntamente à aglomeração no surgimento e crescimento de cidades; precisou-se entender mais sobre o desenrolar do conceito de saúde. “A tecnologia industrial evoluiria de forma acelerada, traduzida pelo desenvolvimento de novos processos industriais, novos equipamentos, e pela síntese de novos produtos químicos, simultaneamente ao rearranjo de uma nova divisão internacional do trabalho” (MENDES; DIAS, 1991, p. 343).

Diversos autores enfatizam o século XIX como o momento que se estabeleceram as bases históricas da moderna epidemiologia. Nesta época, como consequência da revolução industrial, as cidades cresciam e as condições de vida se agravavam. A grande massa da população vivia em ambientes poluídos e insalubres, parecidos com as condições de vida atuais da maioria das cidades do terceiro mundo. Neste momento, consolida-se a primeira era da epidemiologia moderna com seu paradigma dominante “miasma”. Este modelo preconizava que as doenças eram adquiridas através de emanações ambientais provenientes do solo, do ar, da água, etc. (PITANGA, 2002, p. 50)

O crescimento das áreas urbanas passou a ser mais acelerado após o advento da revolução industrial, e as condições sanitárias e ambientais começaram a se mostrar como um dos mais importantes fatores de influência na saúde humana. A necessidade de ampliação do entendimento de saúde passou a ser eminente, buscando o entendimento de todas as dimensões relacionadas à saúde.

Com a ampliação da concepção sobre saúde são incluídas outras dimensões da vida humana, o que denota que este estado pode ser determinado por questões sociais, econômicas, culturais, como também por questões individuais, relacionadas ao cuidado com a saúde, ou seja, os comportamentos de saúde que podem interferir neste processo. (BRITO, 2010, p. 5-6)

Assim o conceito de saúde foi desenvolvido por várias décadas até se chegar ao proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1947, que define saúde

como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade". Essa definição de saúde, desenvolvida pela OMS, já é bastante discutida e contrariada por vários pesquisadores, considerando esse conceito atrasado e utópico. Como evidenciado por Segre e Ferraz (1997), que questionam a dificuldade de implementar a perfeição no (completo) bem-estar físico, social e mental, por serem termos subjetivos, não sendo possível esse tipo de mensuração.

A amplitude do conceito da OMS (visível também no conceito canadense) acarretou críticas, algumas de natureza técnica (a saúde seria algo ideal, inatingível; a definição não pode ser usada como objetivo pelos serviços de saúde), outras de natureza política, libertária: o conceito permitiria abusos por parte do Estado, que interviria na vida dos cidadãos, sob o pretexto de promover a saúde. (SCLiar, 2007, p. 37)

Amplas e diversas discussões foram realizadas mundo a fora sobre conceito de saúde. Scliar (2007, p. 38) relata inicialmente que a OMS tinha foco em algumas doenças específicas, que mais acometiam a população, porém visualizou a necessidade de uma maior abrangência, visto a enorme demanda por desenvolvimento social. A ótica desenvolvimentista evidenciou um grande abismo entre a saúde implementada por países desenvolvidos e a saúde implementada por países subdesenvolvidos, onde se inicia o destaque à ideia da participação do governo, conjuntamente com a população, para o desenvolvimento da saúde.

Trata-se de uma estratégia que se baseia nos seguintes pontos: 1) as ações de saúde e vem ser práticas, exequíveis e socialmente aceitáveis; 2) devem estar ao alcance de todos, pessoas e famílias — portanto, disponíveis em locais acessíveis à comunidade; 3) a comunidade deve participar ativamente na implantação e na atuação do sistema de saúde; 4) o custo dos serviços deve ser compatível com a situação econômica da região e do país. Estruturados dessa forma, os serviços que prestam os cuidados primários de saúde representam a porta de entrada para o sistema de saúde, do qual são, verdadeiramente, a base. O sistema nacional de saúde, por sua vez, deve estar inteiramente integrado no processo de desenvolvimento social e econômico do país, processo este do qual saúde é causa e consequência. (SCLiar 2007, p.38 – 39)

Retomando o cenário brasileiro, independente da correta definição de saúde, uma das principais ferramentas para o início da aplicação dos conceitos e técnicas de saúde no Brasil, foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que mais tarde viria a ser um modelo de política de saúde e assistência social para países considerados

desenvolvidos. Para Fleury e Ouverney (2012), em relação à política de saúde, a principal transformação foi a criação do SUS que, em sua concepção, tinha como objetivo principal fornecer acesso universal à saúde aos cidadãos, ficando assim de responsabilidade do poder público as consolidações de iniciativas de organização dos serviços a serem prestados à população.

No artigo 198º da Constituição de 1988, evidencia-se que “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes”: descentralização, atendimento integral e participação da comunidade. A principal ferramenta para a implementação das políticas e diretrizes em saúde, em âmbito nacional, passa a ser o SUS.

O SUS pode ser considerado uma das maiores conquistas sociais consagradas na Constituição de 1988. Seus princípios apontam para a democratização nas ações e nos serviços de saúde que deixam de ser restritos e passam a ser universais, da mesma forma, deixam de ser centralizados e passam a nortear-se pela descentralização. Na verdade, o SUS representa a materialização de uma nova concepção acerca da saúde em nosso país. Antes a saúde era entendida como “o estado de não agravamento da doença”, o que fazia com que toda a lógica girasse em torno da cura de agravos à saúde. Essa lógica, que significava apenas remediar os efeitos com menor ênfase nas causas, deu lugar a uma nova noção centrada na prevenção dos agravos e na promoção de saúde. Por tanto, a saúde passa ser relacionada com a qualidade de vida da população, a qual é composta pelo conjunto de bens que englobam a alimentação, o trabalho, o nível de renda, a educação, o meio ambiente, o saneamento básico, a vigilância sanitária e farmacológica, a moradia, o lazer, etc. (BRASIL, 2000, p. 5)

O SUS, gestado nas décadas de 1970 e 1980, e garantido como direito na Constituição de 1988, foi implantado pela Lei Federal 8.080 (BRASIL, 1990), que implementou condições basilares para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Segundo o artigo 2º desta lei, “a saúde é um direito fundamental do ser humano devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”. A saúde, portanto, deve ser de acesso a todos os cidadãos, sendo um direito primordial e de responsabilidade do poder público a implementação e manutenção do SUS. Essa mesma lei traz em sua concepção os objetivos do SUS, que estão dispostos no artigo 5º:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde; II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei; III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas. (BRASIL, 1990)

Há assim a necessidade de atuar para o fomento dos determinantes de saúde (DSS). Para Buss e Filho (2007), essas determinantes de saúde têm uma séria dificuldade de implementação, principalmente pelo fato de elencar fatores importantes para a obtenção de saúde, e também pela distinção entre determinantes individuais e coletivos. Para a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), os DSS são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população (BUSS; FILHO; 2007).

A abordagem dos determinantes sociais reconhece o fato de que as iniquidades em saúde não podem ser combatidas sem que as iniquidades sociais também o sejam. Para que a economia permaneça forte e a estabilidade social e a segurança global sejam mantidas, é essencial que ações coordenadas em prol da saúde sejam implementadas. Enfatizar os determinantes sociais significa, portanto, apoiar ações coerentes sobre algumas prioridades, tais como, por exemplo, a proteção social e as mudanças climáticas. Ademais, essa abordagem leva em consideração a desigualdade intergeracional, que vinha sendo ignorada, mas hoje é central para essas questões que desafiam as políticas públicas. As mudanças climáticas — um símbolo da degradação ambiental como um todo — ameaçam o bem-estar das gerações futuras. O aumento da incidência de doenças não transmissíveis e a perda de oportunidades econômicas e benefícios da previdência social que se observa em países de todos os níveis de renda já vêm causando iniquidades intergeracionais, reduzindo a expectativa de vida e causando insatisfações na população. (CARVALHO, 2013, p. 21)

Entre os fatores determinantes e condicionantes da saúde, podemos destacar a qualidade de vida. A saúde está diretamente conectada ao que podemos chamar de qualidade de vida do cidadão, o que engloba vários campos do conhecimento. “Em abordagens sobre qualidade de vida é necessário ter atenção à multiplicidade de questões que envolvem esse universo, desde parâmetros sociais até de saúde ou econômicos” (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012, p. 17). “A saúde é amplamente reconhecida como o principal fator (direito) para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, assim como uma das mais importantes dimensões da qualidade de vida” (BUSS, 2010).

A promoção da saúde, segundo Buss (2010), é discutida há vários anos, sendo atualmente um dos mais promissores instrumentos para o enfrentamento das questões relacionadas ao processo de saúde e doença, mobilizando recursos para enfrentar e resolver os graves problemas relacionados à saúde, e para garantir a qualidade de vida dos cidadãos.

Um dos fatores determinantes para a promoção da saúde é a sua inter-relação com o meio ambiente. A relação entre o meio ambiente e a saúde torna-se, portanto, indissociável, conforme afirmado por Cunha (2005), que compreende o homem como parte integrante do meio, necessitando assim de um ambiente saudável para manter uma vida saudável. Para que se consiga atingir uma qualidade de vida adequada é necessário um ambiente saudável e, para tanto, torna-se uma das premissas básicas para manutenção da qualidade de vida.

Podemos observar isso também vislumbrando novamente a Constituição Federal, em seu artigo 255:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No trecho que dispõe sobre a “sadia qualidade de vida”, pode-se interpretar que as questões relacionadas à saúde estão intrinsecamente associadas à qualidade ambiental.

Atualmente é possível identificar no sistema jurídico brasileiro duas estruturas de controle provenientes de políticas públicas distintas de governo que possuem objetivo semelhante quanto à intenção de oferecer qualidade de vida para a população. Ambas devidamente apoiadas em princípios extraídos da Constituição Federal brasileira de 1988. Uma delas deriva da Política Nacional de Meio Ambiente, que se motiva a partir do artigo 225, e a outra, sobre saúde, que tem por base os princípios destacados da Seção sobre Saúde do Capítulo II da CF/88. (NETO, 2013, p. 2)

Segundo Quandt et al. (2014), a atenção básica (AB) em saúde é uma das políticas públicas atualmente que mais pode auxiliar no cuidado com a interação do cidadão com as questões ambientais. “A área da saúde também deve romper com a dicotomia entre o homem e meio ambiente, integrando olhares e, conseqüentemente, ações” (QUANDT et al., 2014, p. 155).

[...] A atenção à saúde, hoje, requer uma mudança na concepção de mundo e na forma de utilizar o conhecimento em relação às práticas de saúde, voltando o seu enfoque especialmente para a promoção da saúde. É muito mais do que uma aplicação técnica e normativa, ou seja, a promoção da saúde está relacionada à potencialização da capacidade individual e coletiva das pessoas para conduzirem suas vidas frente aos múltiplos condicionantes da saúde. Isto significa que é preciso estar atento aos acontecimentos da realidade, os quais nos mobilizam para intervir de forma mais efetiva, especialmente nos contextos vulneráveis. (BACKES et al., 2009, p. 113)

A relação saúde e meio ambiente, segundo Gouveia (1999), passou por profundas alterações com o acelerado processo de urbanização, o que trouxe relevantes desdobramentos físicos, sociais e ambientais. Ainda para Gouveia (1999), a descrição da importância do meio ambiente no desenvolvimento do processo de saúde, ao longo do tempo, apresentou vários cenários, ora a importância enfatizada e ora essa mesma importância praticamente negada.

As preocupações com a problemática ambiental estão inseridas na Saúde Pública desde seus primórdios, apesar de só na segunda metade do século XX ter se estruturado uma área específica para tratar dessas questões. Há então a necessidade de ambientes saudáveis para se ter uma vida saudável, em busca de uma qualidade de vida melhor. Saúde, meio ambiente e qualidade de vida são, portanto, termos indissociáveis no que se diz respeito a melhoria de saúde da população. Há a necessidade do entendimento de todos a cerca dessa relação, para que possam participar da promoção da saúde através da garantia de qualidade de vida com auxílio do meio ambiente. (RIBEIRO, 2004, p. 71)

No intuito de alcance de ambientes favoráveis à saúde, temos o meio ambiente como um dos protagonistas no que diz respeito ao alcance de uma vida saudável.

[...] Mais há a necessidade de entendimento dos processos sociais aos quais fazem parte desse espaço, entendendo toda a sua complexidade e sua interdependência, para que consiga assim entender e quantificar os impactos na saúde, gerados pela degradação do meio ambiente. (BUSS, 2000, p. 172)

Para o atendimento dos princípios básicos de saúde há a necessidade de uma visão global, não se restringindo apenas à relação dos setores que a compõe, e sim todas as áreas que a saúde necessita para ser completamente implementada.

Do ponto de vista conceitual, a intersectorialidade procura superar a visão isolada e fragmentada na formulação e implementação de políticas e na organização do setor saúde. Significa adotar uma perspectiva global para a análise da questão saúde, e não somente do setor saúde, incorporando o maior número possível de conhecimentos sobre outras áreas de políticas públicas, como, por exemplo, educação, trabalho e renda, meio ambiente, habitação, transporte, energia, agricultura etc., assim como sobre o contexto social, econômico, político, geográfico e cultural onde atua a política. (BUSS, 2001, p. 174.)

“O entendimento das relações entre o homem e o ambiente é um dos principais objetivos da Geografia, necessitando também compreender como estas relações impactam a saúde da população nos diferentes contextos geográficos” (OLIVEIRA E MOTA, 2019).

As relações entre espaço e saúde vêm sendo sistematicamente estudadas em diversas disciplinas dos campos da Saúde (principalmente na Epidemiologia) e na Geografia, e sua história testemunha a grande contribuição destes estudos para o entendimento dos processos saúde-doença”. (PEITER; 2005, p. 1)

Para o entendimento dessas relações do espaço e da saúde humana, segundo Junqueira (2009, p. 5), emerge uma vertente que abrange o relacionamento entre a qualidade de vida, a educação, a moradia, o saneamento básico, infraestrutura em saúde e outros, com a saúde das populações, sendo denominada em vários países por Geografia da Saúde.

Para Guimarães (2015, p. 81), o entendimento do conceito de saúde requer uma abordagem geográfica, ao pressupor categorias analíticas para a contextualização e compreensão:

O primeiro termo (extensão) refere-se à dimensão do espaço e, ao mesmo tempo, implica a habilidade de localização dos objetos geográficos na superfície terrestre. Por sua vez, ordem é um atributo espacial relacionado à distribuição dos elementos geográficos no espaço, enquanto o termo conexão diz respeito ao elo existente entre os objetos e as ações humanas num sistema de relações no qual nenhum elemento é isolado dos outros.

Peiter (2005) evidencia que, no Brasil, essa linha de pesquisa vem sendo desenvolvida principalmente por profissionais relacionados à Geografia e Epidemiologia, e que, com o desenvolvimento dos Simpósios Nacionais de Geografia da Saúde, que ocorrem bianualmente desde 2003, essa abordagem começou a ser mais notada e praticada pelos pesquisadores.

Compreender a saúde a partir de uma abordagem geográfica contribui para o entendimento das dinâmicas da sociedade, e de como é o relacionamento que mantém com o espaço. Guimarães, Pickrnhayn e Lima (2014) relatam que o principal intuito da Geografia da saúde é a busca pela resolução de problemas, garantindo a identificação de potenciais riscos em situações e locais, para planejar ações territoriais visando a prevenção e promoção de saúde.

[...] A geografia se apresenta, de um lado, como a ciência do estudo das relações entre a sociedade e a natureza, e, portanto, se vê fortalecida e desempenha um papel fundamental nas análises ambientais nas diversas escalas, e de outro, como a ciência do estudo do espaço e, nesse caso, irá ao encontro das necessidades enfrentadas pela Epidemiologia. (FARIA E BORTOLOZZI, 2009 p. 32)

A discussão de saúde no espaço urbano, a partir do aprofundamento dos debates sobre geografia da saúde, faz-se necessária para entender a complexidade envolvida no atendimento das premissas básicas de saúde nos espaços urbanos. A saúde (como já evidenciado anteriormente) apresenta-se através da interação que o ser humano tem com o ambiente; havendo desequilíbrio entre essa interação, pode-se desenvolver doenças. O entendimento das interações dentro dos espaços urbanos seria então essencial para garantia dos indicadores de saúde, qualidade de vida e do bem-estar social.

3.2 A SAÚDE E O AMBIENTE PARA O ALCANCE DA QUALIDADE DE VIDA

A noção de qualidade de vida, segundo Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 8),

[...] é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Para que se tenha qualidade de vida, há a necessidade de vários fatores atuando conjuntamente, entre eles podemos citar a saúde, o meio ambiente, atendimento dos indicadores sociais e o bem-estar pessoal. As inter-relações desses

fatores resulta em suma no bem-estar da sociedade. Como disposto no Glossário de Promoção da Saúde (BRASIL, 2012), a qualidade de vida é, descrita de uma forma sucinta, uma medida de grau de satisfação das necessidades de vida humana, como por exemplo lazer, educação e saúde.

Como mencionado anteriormente a qualidade de vida está diretamente conectada à promoção da saúde da população de um dado contexto geográfico. Essa inter-relação é atribuída à origem da medicina social, como evidencia Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 9):

No campo da saúde, o discurso da relação entre saúde e qualidade de vida, embora bastante inespecífico e generalizante, existe desde o nascimento da medicina social, nos séculos XVIII e XIX, quando investigações sistemáticas começaram a referendar esta tese e dar subsídios para políticas públicas e movimentos sociais. [...] A visão da intrínseca relação entre condições e qualidade de vida e saúde aproxima os clássicos da medicina social da discussão que, nos últimos anos, vem se revigorando na área, e tem no conceito de promoção da saúde sua estratégia central.

Para Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 40), a inter-relação da saúde com a qualidade de vida sempre estará relacionada à cultura da sociedade, observando-se assim os comportamentos pessoais e coletivos, além da implementação de programas que visem a melhoria das condições de vida da população. A qualidade de vida está relacionada ao alcance de:

[...] possibilidades de acesso a bens de consumo tidos como indispensáveis na sociedade contemporânea: educação, transporte, moradia, alimentação, saneamento básico, e, claro, cuidado à saúde clínica. As probabilidades de alcance e consumo desses elementos por parte dos sujeitos implicam as possibilidades de que se adotem diferentes formas de estilos de vida, buscando os padrões saudáveis de sua sociedade, devido à associação e à dependência de realização desses hábitos aos aspectos socioeconômicos do ambiente. (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012, p. 42)

Morais e Queiroz (2016, p.6) afirmam que, para que se tenha uma vida com qualidade, além das condicionantes relacionados ao bem-estar (físico, mental, social e espiritual), há também que se levar em consideração as relações com o meio ambiente. Para Moraes e Queiroz (2016, p.6), a saúde (vida saudável) é resultante do desenvolvimento de infraestrutura social, da defesa e conservação do meio ambiente, evidenciando assim a importante inter-relação de ambos.

Portanto, os termos saúde e qualidade de vida são basicamente inter-relacionados, pois a saúde é um dos principais fatores para a percepção da qualidade de vida, e a qualidade de vida é fator primordial para que os indivíduos obtenham a saúde. Conclui-se assim que, para a promoção da saúde, faz-se necessária a qualidade de vida, sendo essa conclusão também reforçada por Buss (2010):

[...] são recursos indispensáveis para ter saúde: paz, renda, habitação, educação, alimentação adequada, ambiente saudável, recursos sustentáveis, equidade e justiça social, com toda a complexidade que implicam alguns desses conceitos. A promoção da saúde é o resultado de um conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, coletivos e individuais, que se combinam de forma particular em cada sociedade e em conjunturas específicas, resultando em sociedades mais ou menos saudáveis. (BUSS, 2010).

Para haver saúde, a qualidade de vida se faz necessária; para que haja qualidade de vida, é necessário um meio ambiente ecologicamente equilibrado e socialmente digno e justo. Vemos assim que há uma grande inter-relação entre saúde, qualidade de vida e meio ambiente.

A qualidade de vida vem sendo tratada nos mais diversos documentos e diretrizes de gestão pública, emergindo como tema de grande relevância na atualidade devido à degradação das condições de vida nas cidades e o aumento da população urbana, não só nos grandes centros, mas como tendência geral mundial para os mais diversos aglomerados urbanos. (MARTINELLI, 2004, p. 25)

“Para melhor compreender a área de conhecimento em qualidade de vida é necessário adotar uma perspectiva, ou um paradigma complexo de mundo, pois se expressa na relação entre o Homem, a natureza e o ambiente que o cerca” (BARBOSA, 1998 *apud* ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES 2012, p. 13).

O meio ambiente tem uma grande influência na dinâmica da saúde humana, pois é o ambiente no qual a pessoa vive e desenvolve suas relações, influenciando assim na qualidade de vida de uma pessoa e/ou de uma comunidade. Segundo Bezerra (2017, p. 1045), a relação existente, entre o meio ambiente e a saúde para melhoria da qualidade de vida, promove um novo campo de pesquisa denominado saúde ambiental.

Esse campo de estudo vem apresentando nos últimos anos um grande potencial para a realização de pesquisas trans e interdisciplinares, visto que o debate em torno da problemática ambiental e seu impacto na saúde acentuou-se nas últimas décadas. Atualmente, um dos maiores desafios postos aos pesquisadores é investigar quais as relações entre o movimento de transformações ambientais globais e seus vários desdobramentos, entre os quais se destacam os impactos à saúde da população. (BEZERRA, 2017, p. 1045)

Essa interação entre saúde e meio ambiente, para a obtenção da qualidade de vida, foi definida pelo Ministério da Saúde através da Instrução Normativa Nº 01, de 7 de março de 2005, que implementa a saúde ambiental e a define como:

Saúde ambiental compreende a área da saúde pública afeita ao conhecimento científico e a formulação de políticas públicas relacionadas à interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determinam, condicionam e influenciam, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano, sob o ponto de vista da sustentabilidade. (BRASIL, 2005)

Essa mesma normativa cria o Subsistema de Vigilância em Saúde Ambiental compreendido como:

[...] o conjunto de ações e serviços prestados por órgãos e entidades públicas e privadas, relativos à vigilância em saúde ambiental, visando o conhecimento e a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de promoção da saúde ambiental, prevenção e controle dos fatores de riscos relacionados às doenças e outros agravos à saúde [...] (BRASIL, 2005)

Guimarães, Pickenhayn e Lima (2014, p. 81) destacam que o meio ambiente é onde o processo de promoção da saúde tem mais efetividade, visto que é nele que estão contidos todos os fatores físicos e sociais necessários para essa promoção.

O conceito de saúde ambiental que sai desta compreensão estabelece uma abordagem holística e sistêmica, considerando que o processo saúde doença resulta de interações complexas dos sujeitos com o seu ambiente físico, socioeconômico e cultural. Se o objetivo das ações de promoção da saúde é mudar os contextos de vida que afetam as pessoas não é possível pensar em promoção sem pensar em saúde ambiental. (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 82)

Ribeiro (2004) descreve que a inter-relação entre esses temas abordados já vem sendo entendida a muitos anos, o que pode ser evidenciado principalmente na

preocupação dos governantes em tentar desenvolver políticas e órgãos para controlar o processo de crescimento desenfreado. “O ambiente das cidades era visto como foco de doenças e a saúde, como resultado do equilíbrio com a saúde dos lugares” (RIBEIRO E VARGAS; 2015, p. 15).

Tradicionalmente, os direitos humanos ou direitos inalienáveis do ser humano eram: equidade, liberdade, felicidade, vida e propriedade. Hoje em dia, um meio ambiente salubre não é só visto como um elemento da qualidade de vida, mas como um direito humano ou um direito inalienável, portanto sujeito ao princípio universal de igualdade e a receber um status legal formal, uma vez que constituiria um direito legal. As pesquisas em Saúde Ambiental têm buscado subsidiar políticas, programas e ações que visem garantir maior justiça ambiental e esse direito inalienável do ser humano, apesar das dificuldades, por exigir transformações nos próprios homens. (RIBEIRO, 2004, p. 79)

O processo de urbanização é um dos principais problemas na relação entre ambiente e saúde. “O espraiamento de áreas urbanizadas reforça a ocupação de áreas inadequadas e de proteção ambiental, aumento da impermeabilização do solo e necessidade de expansão da rede de infraestrutura” (RIBEIRO E VARGAS; 2015 p. 19). Para Souza e Andrade (2014), o fator urbanização tem sido um dos fatores determinantes para a saúde; a expansão dos espaços urbanos na maioria das vezes ocorre não se preocupando em identificar, analisar e prevenir os principais motivos de ocorrência de problemas ambientais que afetam a saúde urbana e a qualidade de vida.

Em direção ao conceito de saúde urbana, três pontos podem ser sistematizados: (1) que a urbanização, antes esperada produzir somente efeitos benéficos, conhecida como as “vantagens urbanas”, pode acarretar danos sociais, econômicos e ambientais de grande impacto, difíceis de mensurar completamente nos dias atuais; (2) que os atributos físicos e sociais (contexto) da cidade e seus bairros e/ou vizinhanças podem afetar a saúde dos indivíduos; (3) que a ocorrência dos eventos relacionados à saúde, numa visão mais abrangente, estaria associada a atributos dos indivíduos aninhados no “lugar urbano” assim como o somatório das propriedades do agregado destes indivíduos (composição), indo mais além de seus atributos puramente individuais. (CAIAFFA, 2008, p. 1788)

Essas preocupações com os efeitos gerados na saúde através das condições ambientais não são novas. Desde a antiguidade os efeitos ambientais na saúde geram preocupação à população, precisando sempre ser implementadas práticas principalmente sanitárias em respostas aos problemas gerados na saúde. E

atualmente não é diferente, pois o processo ainda contínuo de urbanização cria grandes dificuldades e impactos no que se diz respeito à implementação de uma saúde urbana adequada.

A preocupação com os efeitos na saúde provocados pelas condições ambientais é evidente desde a Antigüidade, envolvendo problemas tais como os efeitos do clima no balanço dos humores do corpo, os miasmas, as sujeiras e os odores. Assim, sempre esteve presente nos diferentes discursos e práticas sanitárias que se constituíram como respostas sociais às necessidades e aos problemas de saúde. Essa preocupação parece se acentuar particularmente entre meados do século 18 e meados do século 19, quando os problemas ambientais sobre a saúde estiveram associados aos efeitos do rápido e intenso processo de industrialização e urbanização que passaram a incidir nas condições de vida e trabalho. (FREITAS, 2003, p. 138-139)

Amato-Lourenço et al. (2016) aponta para a diminuição de áreas verdes urbanas, que traz diversos malefícios tanto à saúde física como mental. Podendo destacar nesse estudo a obesidade e sedentarismo, aumento de morbidades psicológicas e físicas, entre outros.

Ainda é demonstrado pelos autores, a possível associação entre a presença de áreas verdes e o aumento de benefícios na saúde humana, como diminuição do sedentarismo e de morbimortalidades. Em relação à saúde mental, Amato-Lourenço et al. (2016) destaca estudos que demonstram maiores valores na avaliação de saúde mental entre frequentadores de áreas verdes, e também que a proximidade com áreas verdes auxilia na diminuição de morbidades psicológicas.

Em estudos conduzidos principalmente na Europa e na América do Norte são muito concretas as evidências que associam presença/uso de áreas verdes com desfechos positivos de saúde. Proximidade de áreas verdes associa-se a menor obesidade, menor risco de desenvolver doença cardiovascular, menos doenças mentais, melhores desfechos de nascimento, entre outros. Além dos serviços ambientais prestados pelas áreas verdes, acredita-se que o contato com o verde diminua o estresse, aumente a coesão social e o nível de atividade física. Algumas grandes cidades do mundo têm investido em programas de arborização como maneira de melhorar a saúde urbana como um todo. (AMATO-LOURENÇO et al., 2016, p. 125)

As áreas verdes, portanto, têm grande papel no atendimento da qualidade de vida, principalmente por auxiliar no atendimento aos conceitos de saúde (como descrito anteriormente), e também com função fundamental para o desenvolvimento da qualidade ambiental urbana, uma variável importante na aplicação da qualidade de

vida. No próximo item será discutido a importância da qualidade ambiental para o entendimento de qualidade de vida, e quais as principais formas de implementar a qualidade ambiental no ambiente urbano.

3.3 QUALIDADE AMBIENTAL: UM IMPORTANTE CONCEITO PARA O ENTENDIMENTO DE QUALIDADE DE VIDA

Dentro da concepção da qualidade de vida, um fator muito importante no que diz respeito à inter-relação entre meio ambiente e saúde, é o conceito de qualidade ambiental. Há a necessidade de estudos relacionados à qualidade ambiental das localidades para se implementar o correto planejamento do ambiente urbano.

Os problemas relacionados ao meio ambiente têm sido observados com mais intensidade nas cidades, portanto, os estudos relacionados à qualidade do ambiente urbano podem subsidiar o planejamento a partir de informações que poderão gerar políticas capazes de tornar o uso e a ocupação do solo nas cidades menos impactantes ao meio ambiente que deve ser relativamente equilibrado para melhorar a qualidade de vida da população. (LIMA, 2007, p. 47)

Para Alves (2017, p. 272), a qualidade ambiental consiste em um dos requisitos essenciais para se obter a qualidade de vida. “Considera-se que a qualidade do meio ambiente constitui fator determinante para o alcance de uma melhor qualidade de vida” (Gomes e Soares, 2004, p. 23). Estêvez e Nucci (2015) trazem uma linha de pensamento bem conexas a de Lima (2007), evidenciando que a qualidade ambiental é um conceito que auxilia na tomada de decisões relacionadas ao planejamento e gestão urbanos, no que diz respeito à mitigação de impactos gerados pelas ações antrópicas.

As discussões sobre qualidade ambiental vêm sendo mais amplamente evidenciadas após o advento da urbanização. Com o crescimento sem planejamento eficaz das áreas urbanas, principalmente pós revolução industrial, a natureza passou a ser sufocada em meio ao inerente e expansivo crescimento das cidades. O modo de vida urbano-industrial, baseado no modo capitalista de produção, produz problemas socioambientais, muitas vezes insustentáveis.

No Brasil, o Ministério do Meio Ambiente possui a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental (BRASIL, 2019b), que basicamente é a definição de objetivos e

estratégias para alavancar a qualidade ambiental nas cidades. O principal foco da agenda é incentivar o desenvolvimento de políticas públicas para incentivo às tomadas de decisões perante a qualidade ambiental.

Segundo Martinelli (2004, p. 25), o entrelace entre a qualidade de vida e a qualidade ambiental está contido na necessidade de integração entre os dois temas para o entendimento e mensuração da qualidade do ambiente urbano. Porém Benini e Rosin (2017, p. 31) deixam bem claro que, apesar dos termos qualidade de vida e qualidade ambiental serem termos interligados, não podem ser considerados sinônimos, visto que o termo qualidade de vida é um termo a ser analisado de forma mais ampla, considerando-se vários fatores que são englobados para a sua obtenção, sendo a qualidade ambiental um desses fatores.

Borja (1997, p. 25) pontua que a qualidade ambiental pode ser percebida de formas distintas, dependendo principalmente em função dos aspectos socioculturais, pois cada indivíduo ou grupo de indivíduos apresenta demandas diferentes ao meio para alcançar a sua qualidade de vida. Silva (2017, p. 58) pontua que a qualidade ambiental tem um principal diferencial, pelo fato de imprimir o mesmo peso ao equilíbrio do ecossistema e o atendimento das necessidades sociais, podendo, assim, ser considerado com o termo socialmente adequado no tempo e no espaço.

Roggero (2015, p.31), baseada em Nahas (2001), pontua que a qualidade ambiental só passou a ser um conceito importante da garantia da qualidade de vida, após o aprofundamento e agravamento das questões ambientais, por volta da década de 70, pois, com uma maior visualização das questões ambientais, assume-se um lugar de destaque nas discussões políticas.

A qualidade ambiental nas cidades não interfere apenas na vida e atividades de seus habitantes, pois ao considerar que os impactos ambientais podem alterar e influenciar o ambiente em escala local e que as cidades estão inseridas em um contexto regional, estadual, nacional, pode-se dizer que os problemas existentes atualmente relacionados ao ambiente resultam da soma de vários impactos locais em diferentes segmentos, tanto nas cidades como nas áreas rurais. Este processo torna-se cada vez mais acelerado e o ambiente não consegue absorver e se recuperar na mesma proporção. (LIMA; AMORIM, 2006, p. 70)

“A qualidade do ambiente urbano está relacionada a inúmeros aspectos, entre eles pode-se ressaltar a influência do ‘verde urbano’” (LIMA; AMORIM, 2006, p. 71). E uma importante ferramenta para a implementação da qualidade ambiental nas áreas

urbanas é inserção e manutenção da presença da natureza, na maioria das vezes altamente alterada no meio urbano (segunda natureza). Grandes aliados para essa manutenção, da segunda natureza no meio urbano, são os parques urbanos e as praças, que auxiliam imensamente na saúde da população. “Além de serem amenidades que contribuem com o equilíbrio ecológico do ambiente urbano, são locais de lazer, também podem oferecer um colorido e plasticidade ao meio urbano” (LIMA; AMORIM, 2006, p. 71).

Considera-se que para que determinado espaço urbano possa apresentar qualidade ambiental satisfatória, torna-se condição necessária uma composição paisagística que privilegie, sobretudo, mas não somente, a vegetação; vista desde um simples gramado às mais frondosas espécies arbóreas. Nessas condições, a vegetação constitui componente chave da qualidade ambiental, embora outros componentes também sejam necessários ao alcance de um padrão mínimo de qualidade do ambiente como os espaços livres públicos destinados ao lazer e a coerência entre os padrões de edificações desse ambiente. (GOMES; SOARES, 2004, p. 27)

Ainda sobre a inter-relação entre a qualidade de vida e a qualidade ambiental, podemos destacar a qualidade ambiental urbana, que pode ser definida como o

[...] resultado da inter-relação entre qualidade de vida e qualidade ambiental, onde o homem, por influência de fatores biológicos, sociais, espaciais, culturais, econômicos, entre outros, é agente passivo ora ativo, na ação ou na omissão, com objetividade ou subjetividade, na produção, reprodução, degradação, destruição do ambiente urbano o qual está inserido. (BENINI; ROSIN, 2017, p. 31-32)

O processo de urbanização, concomitante com planejamento ineficaz, é um dos principais fatores que influenciam na qualidade ambiental urbana. Nucci (1999) *apud* Louzada (2007, p. 31) evidencia que a qualidade ambiental urbana é um conceito de grande auxílio no entendimento de quais são os principais problemas gerados nas cidades, pelo crescimento sem planejamento e pela interferência do homem, assim como contribui para desenvolver formas de mitigação desses problemas. “A Qualidade Ambiental Urbana torna-se resultado da soma de diversos fatores, como econômicos, sociais, culturais, ambientais, que proporcionam um meio agradável e que atenda às necessidades do viver” (LOUZADA, 2007, p. 32).

O termo de qualidade de vida urbana é um termo bastante abrangente, que vai além de simples inter-relações, abrangendo e incorporando, segundo Vargas (1999, p.10), os conceitos de funcionamento da cidade e de todas as atividades inseridas

nas cidades, que possam atender aos anseios dos indivíduos, onde cada elemento (visível ou não) que compõe o espaço, afeta diretamente a percepção individual do ambiente urbano, quando se diz respeito à qualidade do ambiente.

O processo crescente de urbanização e sua repercussão no meio ambiente e na qualidade de vida das populações urbanas coloca a necessidade de avaliar a Qualidade Ambiental Urbana - QAU como forma de subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas para que os governos e a sociedade possam promover a melhoria da qualidade de vida na cidade. (BORJA, 1997, p. 20)

Martinelli (2004, p. 27), respaldada por Luengo (1998), demonstra que, para identificar as variáveis inseridas no conceito de qualidade ambiental urbana, fazem-se necessários três aspectos fundamentais: a) os físicos-naturais, nos quais são considerados os aspectos naturais e de conforto das pessoas como o clima; b) os aspectos do ambiente artificial urbano-arquitetônico relacionados à arquitetura dos espaços, e como isso afeta positiva ou negativamente o bem-estar psicológico de cada indivíduo; e por fim, c) os aspectos de ordem social, os aspectos socioculturais. Há então a necessidade de se verificar a junção de vários aspectos para entender a dimensão da qualidade ambiental urbana percebida por cada pessoa.

Porém a busca de um consenso nos elementos que representam tanto a qualidade de vida quanto a qualidade ambiental urbana são questões controversas devido à pluralidade das variáveis consideradas nas diferentes análises metodológicas propostas. (MARTINELLI, 2004, p. 32)

No que diz respeito ao entendimento da qualidade ambiental urbana, também contamos com conceitos mais subjetivos, como demonstra ainda Martinelli (2004, p.34), ao analisar Ribeiro e Vargas (2001), concluindo que nessa abordagem são levados em consideração aspectos espaciais (acessibilidade e desenho urbano), biológicos (saúde física, mental), sociais (organização social, realização pessoal e contatos), e, por fim, econômicos (relacionados a oportunidades, produtividade e diversidade).

Todos esses aspectos reforçam a ideia de que a qualidade ambiental urbana é o conceito que auxilia no entendimento da dinâmica saúde e meio ambiente, na concepção de auxílio da qualidade ambiental (Figura 3).

O estudo da qualidade ambiental urbana é um importante subsídio ao planejamento, pois fornece informações que contribuem para a qualidade de vida da população. Verificada principalmente após o surgimento da sociedade moderna, o conceito de qualidade ambiental, integra um conceito maior definido como qualidade de vida. Este, por sua vez, é um diagnóstico da existência ou não de condições saudáveis de habitação, em termos humanos, sociais, ecológico-ambientais, econômicos, dentre outros, obtidos em conjunto num determinado local. (MINAKI; AMORIM, 2007, p. 68)

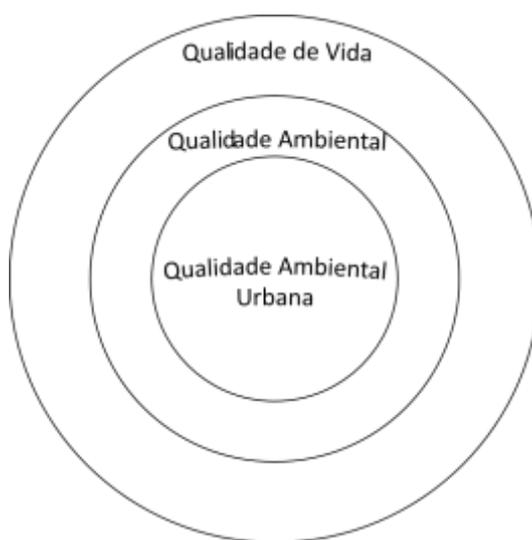


Figura 3: Conexão entre os conceitos de Qualidade de Vida, Qualidade Ambiental e Qualidade Ambiental Urbana

Fonte: O autor

Silva (2017, p. 88) sistematiza, no Quadro 3, os principais elementos com seus atributos, e tem o intuito de demonstrar fatores para a implementação de um correto ordenamento do espaço urbano, visando à busca da realização de um melhor nível de qualidade ambiental urbana. A autora leva em consideração, para a composição do quadro de fatores socioeconômicos, geralmente os itens relacionados à qualidade de vida e os fatores físicos que envolvem os bióticos e abióticos que estão relacionados à qualidade ambiental. “No conjunto, tais elementos visam resultados para a qualidade de vida e qualidade ambiental que remetem a qualidade ambiental urbana” (SILVA, 2017 p. 88).

Todos os fatores elencados no quadro abaixo fazem parte integralmente do ambiente urbano, e compõem os principais esforços em busca da qualidade ambiental urbana.

O estabelecimento de elementos e atributos que contribuam para o acompanhamento dos instrumentos de gestão urbana constitui fator

importante para que se chegue à verificação da efetividade das ações das políticas públicas urbanas, alcançando, conseqüentemente, resultados que levem à qualidade do ambiente urbano. (SILVA, 2017, p. 91)

Quadro 3: Elementos e atributos de qualidade ambiental urbana.

Fatores do meio físico (biótico e Atributos abiótico) no espaço urbano	Atributos	
	Objetivo prioritário: QUALIDADE AMBIENTAL	Objetivo decorrente: QUALIDADE AMBIENTAL URBANA
Água	<ul style="list-style-type: none"> • Controle do uso e ocupação do solo da bacia hidrográfica; • Preservação de áreas de Proteção Permanente - APP, nascentes e áreas de recarga de aquífero; • Proteção da qualidade e da quantidade da água superficial e subterrânea. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de água em quantidade e melhor qualidade para abastecimento urbano (mais próxima e mais barata);
Solo	<ul style="list-style-type: none"> • Controle da integridade da estrutura do solo evitando riscos de erosão, escorregamento inundações e enchentes; • Controle da contaminação do solo; • Manutenção da integridade geomorfológica e da paisagem do território; • Controle da ocupação de áreas de inundação natural de recursos hídricos com integridade do solo e da dinâmica ecossistêmica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança da população quanto a integridade de seu patrimônio devido à ausência de processos erosivos, desmoronamento e inundações e enchentes; • Redução do custo de manutenção e implantação de infraestrutura na cidade da cidade; • Espaços urbanos com melhor qualidade de passagem natural.
Ar/Clima	<ul style="list-style-type: none"> • Controle de poluentes do ar, de particular em suspensão, umidade e ruído; • Integridade dos fatores formadores do clima como ventilação, vegetação e impermeabilização do solo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de ar em níveis de salubridade com prevenção de doenças respiratórias e maior produtividade da população; • Conforto ambiental para as diversas atividades urbanas com impactos na produtividade e custos de adaptação de edificações; • Áreas verdes para integração social, lazer e composição da paisagem.
Flora	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de áreas de verdes para preservação e conservação de microclimas, fauna e flora (equilíbrio ecossistêmico); • Garantia de APPs, unidades de conservação e áreas de relevância para proteção da biodiversidade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de vegetação arbusto/arbustiva, parque e jardins em ambientes urbanos de modo a favorecer a paisagem e o bem-estar de todos. • Conforto ambiental para as diversas atividades urbanas com impactos na produtividade e custos de adaptação de edificações; • Segurança da população quanto à integridade de seu patrimônio devido à ausência de processos erosivos, desmoronamento e inundações e enchentes;
Fauna	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de preservação de espécies endêmicas; • Manutenção de áreas e corredores verdes para perpetuação/atração de espécie da ave-fauna; • Garantia de qualidade da água para proteção da ictiofauna. 	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de vegetação arbusto/arbustiva, parque e jardins em ambientes urbanos de modo a favorecer a paisagem e o bem-estar de todos.

Fatores do meio antrópico urbano	Atributos	
	Objetivo prioritário: QUALIDADE AMBIENTAL	Objetivo decorrente: QUALIDADE AMBIENTAL URBANA
Uso do Solo	<ul style="list-style-type: none"> Diversidade de uso do solo urbano com provimento de habitação, comércio, equipamentos institucionais e lazer; Ocupação do solo com densidade que garantam integração social e paisagem urbana agradável; 	<ul style="list-style-type: none"> Diversidade de usos (atividades e segmentos sociais) e garantia de acesso aos diferentes serviços urbanos a curtas distâncias das diferentes atividades da cidade; Evitar excesso de áreas impermeabilizada, canalização de percursos de córregos, rios e lençóis freáticos; evitar espraiamento da mancha urbana, bem como a fragmentação excessiva resultando em melhoria da mobilidade urbana, custos de infraestrutura e menor impactos sobre áreas naturais; Controle da verticalização e do adensamento urbano para não comprometimento da infraestrutura existente e a provir, bem como para não comprometer o conforto ambiental e climático do meio urbano, favorecer a equilibrada distribuição da valorização imobiliária; Preservação de áreas de caráter histórico e cultural; Manutenção de áreas verdes e corredores ecológicos para contribuir com o conforto ambiental, paisagem diversidade da paisagem, áreas de lazer e integração social;
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> Presença das redes de infraestrutura necessárias à oferta dos serviços (água; esgoto, drenagem, resíduos sólidos, energia e telecomunicações); Presença de equipamentos necessários à oferta de serviços de saúde, educação, lazer, segurança, telecomunicações; 	<ul style="list-style-type: none"> Controle da salubridade dos espaços urbanos com dotação da tecnologia de infraestrutura urbana adequada a cada tipo de densidade, atividade e meio físico; Controle dos poluentes lançados diretamente em ambientes naturais presentes no meio urbano, seja por ambientes domésticos, industriais ou serviços de modo geral; Garantia de áreas para serviços de acesso públicos, seja pelo poder público ou iniciativa privada, de acordo com segmentos de renda e densidade urbana;
Circulação	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de sistema viário para o funcionamento dos diferentes modais integrados (sistemas de transporte motorizado, ciclo viário e de pedestre); 	<ul style="list-style-type: none"> Espaços públicos dotados de mobiliário e continuidade que favoreçam a paisagem de qualidade e mobilidade urbana; Sistema viário que evite a impermeabilização do solo promovendo a drenagem por infiltração; Espaços públicos urbanos conectados para garantir a segurança na fluidez do pedestre pela cidade e acesso aos modais de transporte público;
Conforto Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Ar que garanta à população salubridade para o desempenho de suas atividades e manutenção de sua saúde; Garantia de ventilação e iluminação para desempenho das atividades urbanas com conforto da população; Controle do calor e do frio excessivo nos ambientais habitáveis da cidade; Controle do ruído em função das atividades desempenhadas nos espaços com garantia da saúde da população. 	<ul style="list-style-type: none"> Definição de parâmetros urbanísticos e arquitetônicos de acordo com o clima de cada lugar; Iluminação e ventilação natural para reduzir o consumo de energia; Espaçamentos e alturas adequadas entre os elementos físicos da paisagem no controle da ventilação, iluminação e barreiras sonoras (rugosidade e porosidade); Aumento da arborização e revegetação de áreas degradadas urbanas; Paisagismo nos espaços livres como estratégia reguladora do clima.

Fonte: SILVA, 2017, p. 89-90

Visando assim demonstrar quais os principais fatores do ambiente urbano, onde devem ser concentrados os esforços em busca de uma adequada qualidade ambiental urbana. Todos esses fatores, interligados com políticas públicas efetivas, auxiliam na implementação de uma correta gestão do ambiente urbano, prezando pelo bem-estar da população. Trazemos aqui, como exemplo, um destaque para os principais atores no desenvolvimento da pesquisa, que são os espaços públicos e áreas verdes urbana; no quadro, eles se fazem presentes tanto nos fatores físicos como nos fatores socioeconômicos, estando interligados, direta ou indiretamente, à maioria dos atributos e fatores elencados. Esses fatores visam basicamente à manutenção e inserção da natureza no ambiente urbano, e também tem intuito de implementar a socialização em seu âmbito. Demonstrando assim que a qualidade ambiental urbana, se implementada da forma correta, auxilia na gestão socioambiental das áreas urbanas.

Ao analisar a qualidade ambiental das áreas verdes na promoção de qualidade de vida pode-se realizar uma analogia com o desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental). Na perspectiva econômica, a partir da qualidade ambiental proporcionada pelas áreas verdes, a absorção de ruídos, redução da poluição, amenização do estresse, conforto térmico, etc., podem atenuar as internações hospitalares e gastos financeiros relativos à saúde, por exemplo. Na visão social, as áreas verdes constituem-se em espaços de encontros pessoais, familiares, recreação, entretenimento, sombra, etc., diminuindo o sentimento de opressão/angústia em relação às construções. Ambientalmente, os espaços vegetados contribuem na retenção da umidade do solo e do ar, abrigo a fauna, reciclagem de gases tóxicos, melhorias nas condições microclimáticas, entre outros. (SCHEUER, 2016, p. 68)

A qualidade ambiental, portanto, apresenta-se com uma variável fundamental na implementação da qualidade de vida de uma população. A presença da natureza (mesmo que segunda natureza), no ambiente urbano, torna-se fator importante na melhoria da qualidade de vida, o que será discutido na seção 4, ao abordarmos a natureza percebida dentro do espaço urbano.

4 A NATUREZA PERECEBIDA NO ESPAÇO URBANO

A concepção das cidades está relacionada à interação de vários fatores, e entre os principais encontram-se as relações sociais que se entrelaçam em meio a aspectos físicos que compõem o espaço; é nesse entrelace que é constituído o urbano. Para Sposito (1999, p. 84), é principalmente após a terceira revolução industrial (na qual estamos vivendo atualmente) que conseguimos observar a influência dos processos de urbanização na produção de novas lógicas de comportamento, gerando novos fluxos e espacialidades que se articulam e se conectam.

Historicamente, desde seu desenvolvimento ancestral, as cidades foram e continuam sendo de suma importância na construção da sociedade. A produção das cidades, principalmente pautadas no desenvolvimento e aprimoramento da técnica, foi um dos principais fatores na criação e desenvolvimento do espaço urbano. O desenvolvimento do meio técnico-científico coloca cada vez mais a cidade além de si própria, redefinindo a dialética cidade-urbano. “Essa redefinição encerra uma outra: a da relação cidade-urbanidade” (SPOSITO, 1999, p. 84). A cidade em si não se torna um espaço urbano sem que haja as relações sociais, dinamizadas após a revolução industrial.

Com o surgimento do modo de produção capitalista a cidade adquiriu importância fundamental, pois ela se torna o lócus da produção industrial, concentradora de mão-de-obra. O espaço de uma cidade capitalista constitui-se no conjunto de diferentes usos da terra. Esse espaço é muito dinâmico e complexo e sua paisagem muda de forma constante em função das demandas que a sociedade impõe. (SALDANHA et al., p. 14)

O processo de crescimento, muitas vezes acelerado, da malha viária, no que diz respeito à população e o aumento das moradias e loteamentos, modifica e constrói o espaço, sendo a concepção das cidades capitalistas, conjuntamente com interesses do Estado, um dos principais fatores para o crescimento com planejamento ineficaz. Após o início do processo de industrialização, ocorreu nos centros urbanos um intenso processo de aglomeração, muitas vezes, não dando tempo (e também por desinteresse político) para se pensar em ordenamento e planejamento urbano. Esse mesmo processo de crescimento trouxe para as cidades grandes desafios ao desenvolvimento do espaço urbano. Problemas sociais, econômicos e ambientais são muito recorrentes atualmente, no que se diz respeito à inter-relação dos processos de

crescimento e desenvolvimento das cidades. O exponencial crescimento, sem um adequado planejamento das cidades, por muitas vezes acaba negando a construção dessas relações, seja pelo aumento de desigualdade social, ou até mesmo pelo desejo de negação da natureza.

A sociedade interpreta e utiliza a natureza estritamente de acordo com a forma implícita de sua inserção no projeto urbano e interpreta e utiliza a cidade estritamente de acordo como conjunto de normas e ações implícitas em seu processo de produção. (LEITE, 1994, p.140)

“[...] As representações da natureza na cidade fazem parte do constructo das próprias cidades na qual todas as grandes proposições urbanísticas de alguma forma trazem o tema para debate” (SILVA, 2017, p. 46). Para Salles, Grigio e Silva (2013, p. 282), através dos processos de urbanização e expansão, o ser humano transforma o ambiente natural para atender às necessidades que almeja, criando assim ambientes totalmente artificiais, gerando problemas socioeconômicos e ambientais no ambiente urbano.

No que diz respeito aos problemas ambientais no espaço urbano, os mesmos se dão basicamente pela transformação da natureza. “A Natureza, como parte do espaço geográfico, como território usado, é incorporada e produzida enquanto objetos e ideias, transformada em recurso pela valorização do espaço e um intenso uso do território” (HENRIQUE, 2008, p. 203).

Sendo o urbano uma síntese da transformação social da natureza, muitos conflitos emergem, visto que o direito dos indivíduos à Natureza, numa urbanização de um país de capitalismo periférico é desigual e gerador de pobreza, não somente social, mas também na quantidade e qualidade da Natureza no meio urbano. (SANTOS, 2008, p. 9)

Louzada (2017, p. 24) evidencia que os processos de urbanização têm total relação com o processo de impactos ao meio ambiente, onde pode-se destacar a ausência de infraestrutura, como saneamento básico, e também impermeabilização do solo, enchentes, ausência de áreas verdes urbanas entre outras.

[...] o que se observa é a tendência à idealização e proposição de políticas urbanas orientadas pelos primados da associação entre urbanização e modernização, e da oposição entre cidade e natureza. A partir dessa perspectiva, as intervenções urbanas são mais frequentes na direção, por exemplo, de retificar ou encobrir cursos d'água do que de proteger seus

espaços naturais, que compreendem seu leito e sua bacia de inundação, ao se definirem planos urbanos ou políticas de investimentos de recursos públicos para saneamento urbano. (SPOSITO, 2006, p. 149)

Assim entende-se que o modo de produção auxilia imensamente no surgimento de diversos problemas gerados entre o espaço urbano e a natureza. Rodrigues (2011, p. 210) demonstra que a crise ambiental tem direta relação com o modo de produção capitalista, acarretando danos socioambientais, em que o sucesso do modo de produção resulta proporcionalmente em degradação da natureza. Santos (2008) relata que a relação sociedade-natureza passa a ser um produto do atual modo de produção, reduzindo a natureza de seu papel, importantíssimo na concepção do espaço urbano, para apenas um recurso, com o principal intuito de acumular riquezas. A natureza passa então a ser, muitas vezes, apenas uma coadjuvante na manutenção das relações socioeconômicas que são mantidas no espaço urbano. E em todas as partes das cidades há uma inexistência da primeira natureza, principalmente em decorrência do processo de produção. Nesse sentido, Barbosa e Costa (2012) apontam que ainda há a apropriação da visão ambiental na produção capitalista através das ditas “mercadorias verdes”, que dão a errônea visão de sustentabilidade e preservação da natureza.

“A natureza, como parte do espaço geográfico, como elemento do território usado, é incorporada e produzida na forma de objetos e ideias” (HENRIQUE, 2009, p. 18). Sendo assim encarada muitas vezes, apenas como símbolo de decoração ou até mesmo ferramenta para obtenção de lucros, embora ultimamente tem surgido uma corrente de pensamento que valoriza e se interessa pela presença da natureza na vida cotidiana das cidades.

Infelizmente, a natureza na cidade, cujo elemento caracterizador será a vegetação, está confinada no desenho urbano a uma espécie de metonímia da natureza. Uma natureza racionalizada (em diferentes gradações), uma natureza construída, não uma representação direta da natureza, mas sim um modelo de natureza historicamente construído pela técnica, pela ciência, pela cultura, pela prática e pela ideologia. (HENRIQUE, 2009, p. 118)

A natureza por muito tempo foi entendida como um entrave ao desenvolvimento. Segundo Pêgo et al. (2018, p. 319), a criação da legislação ambiental e a criação dos processos de licenciamento ambiental, que tem como principal intuito a prevenção da degradação, teve uma receptividade negativa; esses

processos de licenciamento ambiental, que por muitas vezes tornam-se morosos, acabam sendo vistos, por aqueles que veem na expansão das cidades uma grande ferramenta para a obtenção de lucros, um atraso ao desenvolvimento. Logo, a natureza, para estes, é a causa do atraso ao desenvolvimento.

“Os problemas ambientais são indissociáveis das questões sociais e envolvem as dimensões econômica, política e cultural, perpassando diferentes escalas da produção e reprodução do espaço” (DENALDI; FERRARA, 2018, p. 2). Atualmente, na concepção do espaço urbano, um dos mais graves problemas enfrentados pelas áreas urbanas é o que diz respeito às questões de habitação. Uma das alternativas encontradas pela população de baixa renda, que muitas vezes não tem condições de acesso à habitação, é construir irregularmente em áreas de proteção ambiental, de várzeas e até mesmo áreas que apresentem grandes riscos à integridade física da pessoa e do próprio ambiente. Tratam-se de áreas que não são o foco do setor imobiliário, a exemplo das encostas, áreas de preservação permanentes e inúmeras outras áreas sujeitas a desastres ambientais.

O uso e ocupação da propriedade deve se dar respeitando o equilíbrio ambiental, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável. Visto que a ocupação irregular em áreas de preservação permanentes urbanas defronta-se com a ameaça de esgotamento dos recursos naturais, e representa um conflito não só ambiental como também social. (POHLENZ; COSER, 2016)

A função social relacionada ao direito de propriedade é considerada um direito fundamental. Assim, deve haver um equilíbrio entre o direito difuso ao meio ambiente e o direito individual, de modo a permitir um ambiente ecologicamente harmonioso, e ao mesmo tempo assegurar o direito à moradia, garantindo assim a subsistência digna do Homem.

Há assim, segundo Borelli (2007, p. 5), uma dualidade na relação entre a pobreza e a degradação do meio ambiente, pois se, por um lado, a população de baixa renda é atingida pela degradação do meio ambiente, por não ter acesso a serviços básicos, por outro, as populações sem condições financeiras acabam por serem levadas a ocuparem áreas ambientalmente vulneráveis, agravando, mesmo que despropositadamente, o processo de degradação ambiental. O autor deu destaque para os estudos atuais que abordam os impactos das desigualdade sociais no acesso desigual a um ambiente seguro e equilibrado.

Porém, na cidade de Dourados, que passa por uma onda crescente de criação de condomínios de “muros fechados”, a ocupação dessas áreas vem sendo realizada pelo público (de alta renda), alvo da venda desses imóveis. Assim como é evidenciado por Moretti e Campos (2016):

Apesar da presença de áreas de mananciais consistirem em um fator de delimitação das ZEIA's, áreas situadas próximas a estes fundos de vale, agora incorporados ao núcleo urbano, figuram hoje como o principal alvo dos condomínios residenciais de “muro fechados”. Este aspecto configura um conflito existente entre diferentes tipos de uso e funções ligadas ao atendimento da coletividade urbana.

Atualmente, um dos grandes dilemas presentes nas áreas urbanas diz respeito a sua interação com a natureza. Ao mesmo tempo em que temos políticas de incentivo à preservação da natureza dentro do espaço urbano, temos também uma pressão por crescimento, que muitas vezes coloca em risco a presença “do verde” dentro do espaço urbano. Uma das questões mais influenciadoras dessa inter-relação está relacionada à especulação imobiliária, que faz com que sejam necessárias novas alternativas de moradia, normalmente fora do perímetro urbano, sendo principalmente, áreas degradadas ou áreas com fragmentos de natureza.

A expulsão dessa mesma faixa populacional para além dos limites do perímetro urbano define esse processo no qual a cidade perde suas reservas naturais e cinturões verdes, desmatando suas florestas e matas ciliares, como também poluindo e canalizando rios e córregos; isso que determina a degradação ambiental que, em muitos casos, torna-se irreversível. (SILVA; WERLE, 2007, p. 19)

A vegetação é de grande importância para a manutenção da qualidade ambiental presente nas áreas urbanas. Assim como evidenciado por Lima e Amorim (2006, p. 70), os impactos na qualidade ambiental urbana não interferem somente nas pessoas que habitam essas cidades, mais sim em todo o ecossistema que tem como componente essa localidade, podendo, infelizmente, serem visualizadas cada vez mais rápido as consequências desses impactos.

A manutenção da vegetação em áreas urbanas sempre foi justificada pelo seu potencial em propiciar qualidade ambiental à população. Ela interfere diretamente na qualidade de vida dos seres humanos contribuindo para a amenização das consequências negativas de um processo de urbanização acelerado e que se deu, na maioria das vezes, sem um planejamento adequado que levou a um aumento da poluição atmosférica e das águas, das

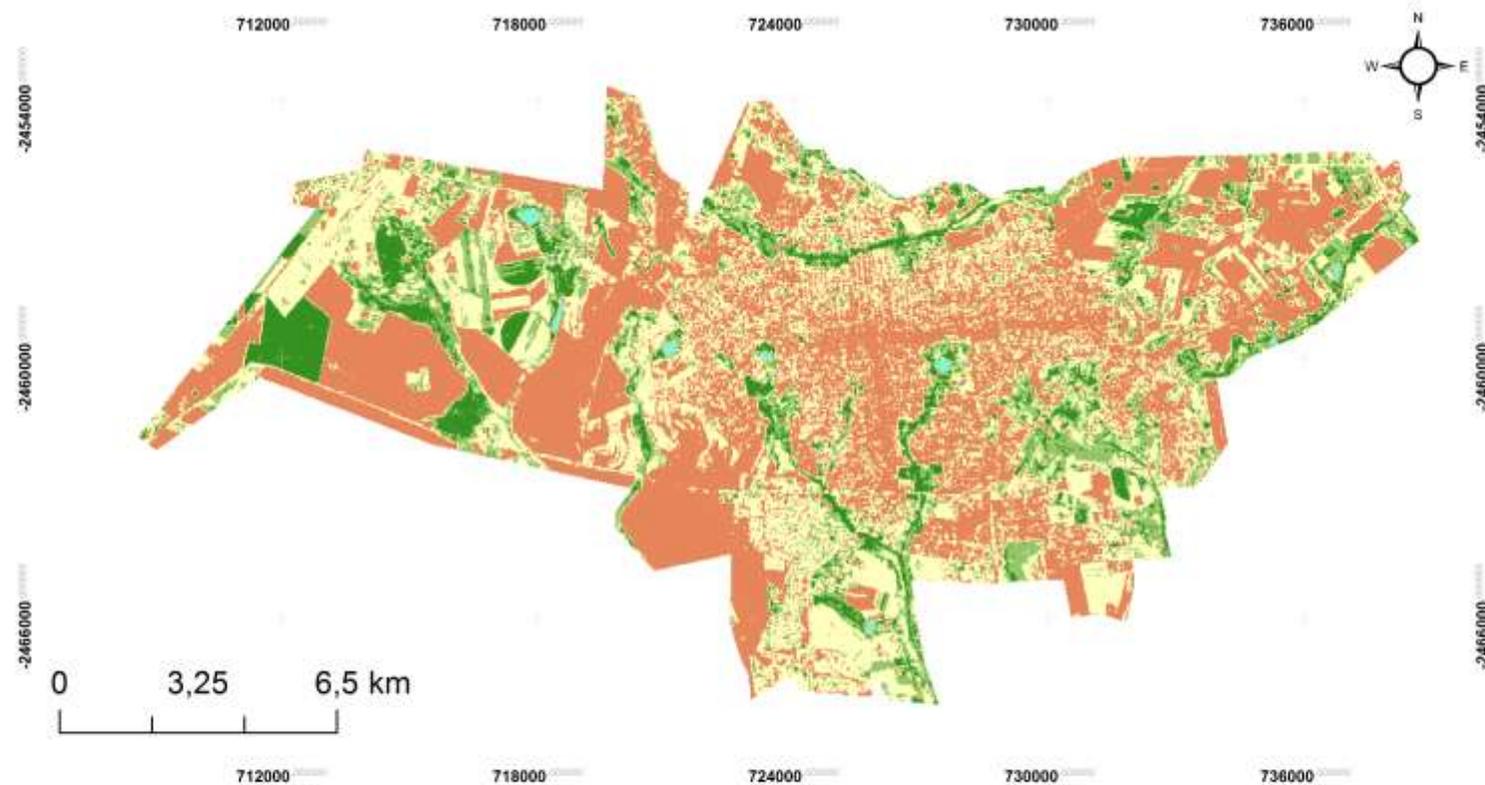
alterações no microclima, das inundações, da falta de espaços livres públicos e de vegetação, dentre uma gama de danos que possuem escalas que vão do local ao regional. (BARGOS; MATIAS, 2012, p. 144)

No mapa 4 pode-se verificar, no perímetro urbano de Dourados, o Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) expresso na representação cartográfica. A cidade apresenta um índice de vegetação (representado pela cor verde escura), maior nas áreas de preservação permanente dos córregos que estão presentes dentro da cidade. Apesar do NDVI ser comumente utilizado para as áreas rurais, para o perímetro urbano a ferramenta também apresentou-se eficiente, ao mostrar as áreas de vegetação que compõem a cidade. As áreas com alto índice de vegetação representam a vegetação mais densa dentro do perímetro urbano; as de médio índice de vegetação, apresentam-se através das áreas de árvores em uma quantidade menos densa, em conjunto com áreas gramíneas; enquanto o baixo índice de vegetação apresenta-se basicamente nas áreas com vegetação rasteira.

A cidade de Dourados vem passando nas últimas décadas por um acelerado crescimento populacional e da área urbana. Cada vez mais novos empreendimentos de diversos ramos se instalam na cidade, fazendo com que a mesma aumente o seu perímetro urbano. Esse fato está ligado à diminuição da vegetação nas áreas urbanas, principalmente pela implantação de empreendimentos imobiliários, onde são utilizadas grandes áreas para o loteamento de terrenos, que pouquíssimas pessoas terão acesso, principalmente por não possuir poder aquisitivo para adquirir.

A análise do NDVI demonstrada evidencia o uso e ocupação do solo do perímetro urbano da cidade de Dourados, em 2020, no que diz respeito à quantificação de vegetação no perímetro urbano.

Mapa 6: Índice de Vegetação Normalizado do perímetro urbano de Dourados de setembro de 2020



Fonte de Dados: INPE - Instituto de Pesquisas Espaciais
IMAM - Instituto de Meio Ambiente de Dourados
NDVI - Áreas Urbana de Dourados-MS 2020
Sistema de Projeção UTM (Datum: Sirgas 2000)
Set/2020
Edição: Oliveira, L. M. C de,



As crescentes pressões e dinâmicas urbanas acarretam um crescimento sem planejamento adequado dos perímetros urbanos, e muitas vezes há a negação ou negligência das ações relacionadas ao meio ambiente. “As relações sociedade-natureza moldam o espaço físico urbano através das atividades e necessidades do ser humano, resultando na transformação e apropriação da natureza” (LIMA; AMORIM 2006, p. 71).

As cidades são mutantes, vão crescendo e se modificando pelas ações humanas diárias das pessoas, cada uma com sua forma própria de apropriação, intervindo no espaço das mais variadas maneiras. A partir dessas intervenções, sem que sejam tomadas as devidas providências, começam a surgir problemas para todos os lados. (CASSILHA; CASSILHA, 2009, p. 7).

Com o crescente movimento de urbanização, as áreas de vegetação urbana são sumariamente suprimidas para que o avanço do perímetro urbano possa acontecer. “Esse crescimento desordenado favorece a remoção de grande parte da vegetação para a ampliação ou construção de vias, edifícios e de parcelamentos de terra, aumentando a cobertura pavimentada dessa área” (MARTELLI; JUNIOR, 2015), mesmo posteriormente replantada, essa vegetação normalmente não atinge o contingente semelhante ao qual ocorreu a supressão. “A cidade contemporânea não pode mais prescindir da presença da vegetação como componente do território e da paisagem em uma malha onde os benefícios sociais e culturais para a coletividade faz alçar a cobertura vegetal da cidade como um componente da qualidade de vida” (RAIMUNDO; SARTI, 2016, p. 9).

Essa antropização do território a partir da apropriação dos elementos do meio natural, onde o homem execute transformações para que possa ocupar determinadas áreas, pode acontecer de forma planejada na maioria das vezes de forma indiscriminada, indevida e irregular. Essas ações sem a devida preocupação com a conservação do suporte natural ocasionam uma grande impermeabilização do solo, perda das áreas verdes sem a devida compensação, poluição do solo, da água e do ar, causando transtornos para a cidade e conseqüentemente má qualidade de vida aos habitantes. (CASSILHA; CASSILHA, 2009, p. 7)

O arranjo dos elementos naturais no meio urbano é bastante planejado para atender os anseios do processo de desenvolvimento decorrente, onde esses fragmentos de vegetação são preservados até o momento em que é de interesse para o desenvolvimento econômico. A partir do momento que se torna um entrave, a

natureza no espaço urbano passa a ser moldada, modificada e degradada. Sposito (2006, p. 149) evidencia que há, principalmente nas cidades médias (devido ao papel desempenhado pelas mesmas), uma maior acentuação nas tendências de valorização de políticas públicas voltadas à modernização. Isso muitas vezes deixa a natureza de forma secundária, utilizando-se como discurso principal a disseminação da ideia inicial de crescimento, mesmo que isso acarrete a alteração das dinâmicas da natureza.

É comum encontrar nas áreas urbanas locais que apresentam alto grau de degradação do ambiente, caracterizado pelo excesso de elementos artificiais e ausência de vegetação. Conjuntamente com o crescimento urbano acelerado, a falta de planejamento tem ocasionado forte diminuição da qualidade ambiental das cidades, afetando diretamente a qualidade de vida da população urbana. A falta de integração entre os equipamentos urbanos e áreas verdes tem tornado o ambiente urbano cada vez mais desagradável. (ALBUQUERQUE; LOPES, 2019, p. 41)

Haja vista que a vegetação em meio urbano é de suma importância para a manutenção da qualidade de vida para população de uma cidade, torna-se cada vez mais importante estudar e compreender os processos de supressão da vegetação urbana, a fim de identificar possíveis impactos a serem gerados. É importante propor soluções e alternativas de minimização da crescente manipulação (muitas vezes indevida) dos resquícios “do verde” no meio urbano, sendo importantíssimos estudos que sigam essa linha de raciocínio.

Dentre as áreas que visam à preservação e o convívio com a segunda natureza no meio urbano, cita-se os exemplos de praças e parques urbanos. Mazzei, Colesanti e Santos (2007) discorrem que há a necessidade de verificar o índice áreas verdes por habitante, para entender a variação de um dos indicadores da qualidade ambiental urbana. Oliveira e Mota (2019, p. 9) evidenciam que há a necessidade de áreas disponíveis para o contato com a natureza, o lazer, buscando oferecer uma total infraestrutura para que os indivíduos possam realizar recreação e práticas de lazer de diversas faixas etárias, prezando sempre pela preservação. “A OMS (Organização Mundial de Saúde) aponta um ideal de áreas verdes por habitante; pelo menos 12 m² de área verde urbana por habitante” (RAIMUNDO; SARTI, 2016, p 5). Raimundo e Sarti (2016) ainda salientam que, no Brasil, o índice de áreas verdes por habitante ainda é muito baixo, ao se comparar com outros países da América Latina, onde a quantidade de áreas verdes por habitante pode chegar até a cinco vezes mais do que os números apresentados pelas cidades brasileiras.

Nessa carência de áreas verdes que encontramos na maioria das grandes cidades brasileiras, aliadas às necessidades das pessoas de “re-ligação” com a natureza, os parques e praças constituem-se atualmente em locais intensamente visitados da cidade, mesmo que eles só tenham espécies exóticas (não nativas) e não cumpram nenhuma função ambiental maior. (RAIMUNDO; SARTI, 2016, p. 5)

A carência do “verde” nas áreas urbanas ainda é uma realidade, pois em muitas cidades brasileiras as áreas livres são escassas; quando presentes, muitas vezes têm uma manutenção ineficiente para atender à população. Nos próximos itens descreveremos uma das principais formas de implementar o “verde” no ambiente urbano, que são as áreas verdes, praças e parque urbanos, além de apresentar a realidade de Dourados, em relação às áreas livres presentes no ambiente urbano.

4.1 ÁREAS VERDES URBANAS – “NATUREZA” NA CIDADE

Uma forma de inserção da natureza nas cidades é a partir da implementação de áreas verdes urbanas (AVU). Lodoba e D’Angelis (2009, p. 131-133), trazem o conceito de áreas verdes, predominantes nos perímetros urbanos, baseando-se nos conceitos desenvolvidos principalmente por autores, como RITCHER (1981), LLARDENT (1982), MILANO (1988), DI FIDIO (1990), PEREIRA LIMA (1994). Todos têm a concepção de que as áreas verdes urbanas são aquelas com predominância do “verde”, tais como vegetação arbórea, rasteira, plantas entre outras. “Portanto, as áreas verdes constituem-se de diversas formas, desde praças, jardins, parques urbanos entre outros, não podendo ser confundidas e relacionadas a conceitos ou grupos que são distintos um dos outros [...]” (RUBIRA, 2016, p. 137).

[...] áreas verdes englobam locais onde predominam a vegetação arbórea, praças, jardins e parques, e sua distribuição deve servir a toda a população, sem privilegiar qualquer classe social e atingir as necessidades reais e os anseios para o lazer, devendo ainda estar de acordo com a sua estrutura e formação (como idade, educação, nível socioeconômico). Por isso, a localização, o tamanho, a destinação e a infra-estrutura das áreas verdes nos assentamentos urbanos devem ser o resultado de um planejamento criterioso e de visão holística, para que se obtenha o equilíbrio requerido. (MORERO; SANTOS; FIDALGO, 2007, p. 20)

Ainda segundo Morero, Santos e Fidalgo (2007), as análises feitas acerca das áreas verdes são norteadas por três principais análises, sendo elas feitas em

abordagens relacionadas ao lazer, à conservação ambiental e à educação. Sendo levados em consideração inúmeros parâmetros para análise, entendimento e implementação dessas abordagens no âmbito urbano.

Bargos e Matias (2011, p. 179) descrevem que a manutenção desses espaços se faz necessária devido à sua grande influência na qualidade de vida da população, e também por exercer funções importantes na vida cotidiana. “É importante salientar que a manutenção das áreas verdes é extremamente importante para que estas possam cumprir plenamente suas funções, sendo preciso considerar que elas devem estar devidamente conservadas” (BARGOS E MATIAS, 2011, p. 181).

[...] as áreas verdes e as áreas livres se configuram como um subsistema do sistema de áreas livres e a principal diferença entre esses dois grupos diz respeito ao predomínio de áreas plantadas, onde, em áreas verdes, predominam as áreas plantadas com 70% de cobertura vegetal em solo permeável, correspondendo, em geral, o que se conhece como parques, jardins ou praças. (RUBIRA, 2007, p. 147)

O percentual de 70% de cobertura vegetal também é salientado no trabalho desenvolvido por Bargos e Matias (2011), que evidencia a utilização desse percentual de vegetação para elencar uma área, como área verde.

Espaços não vegetados ou construídos para abrigar equipamentos de lazer e de infra-estrutura são encontrados em muitas praças, parques e jardins públicos, mas nem por isso deixam de se constituir em espaços livres de uso público. Apregoa-se que uma área verde deva ser constituída de pelo menos 70% do seu espaço por áreas vegetadas com solo permeável. (GUZZO, CARNEIRO e JÚNIOR, 2006, p. 21)

Cavalheiro et al. (1999) também traz a descrição de 70% de área não impermeabilizada dentro de um espaço livre, para que essa área seja considerada uma área verde.

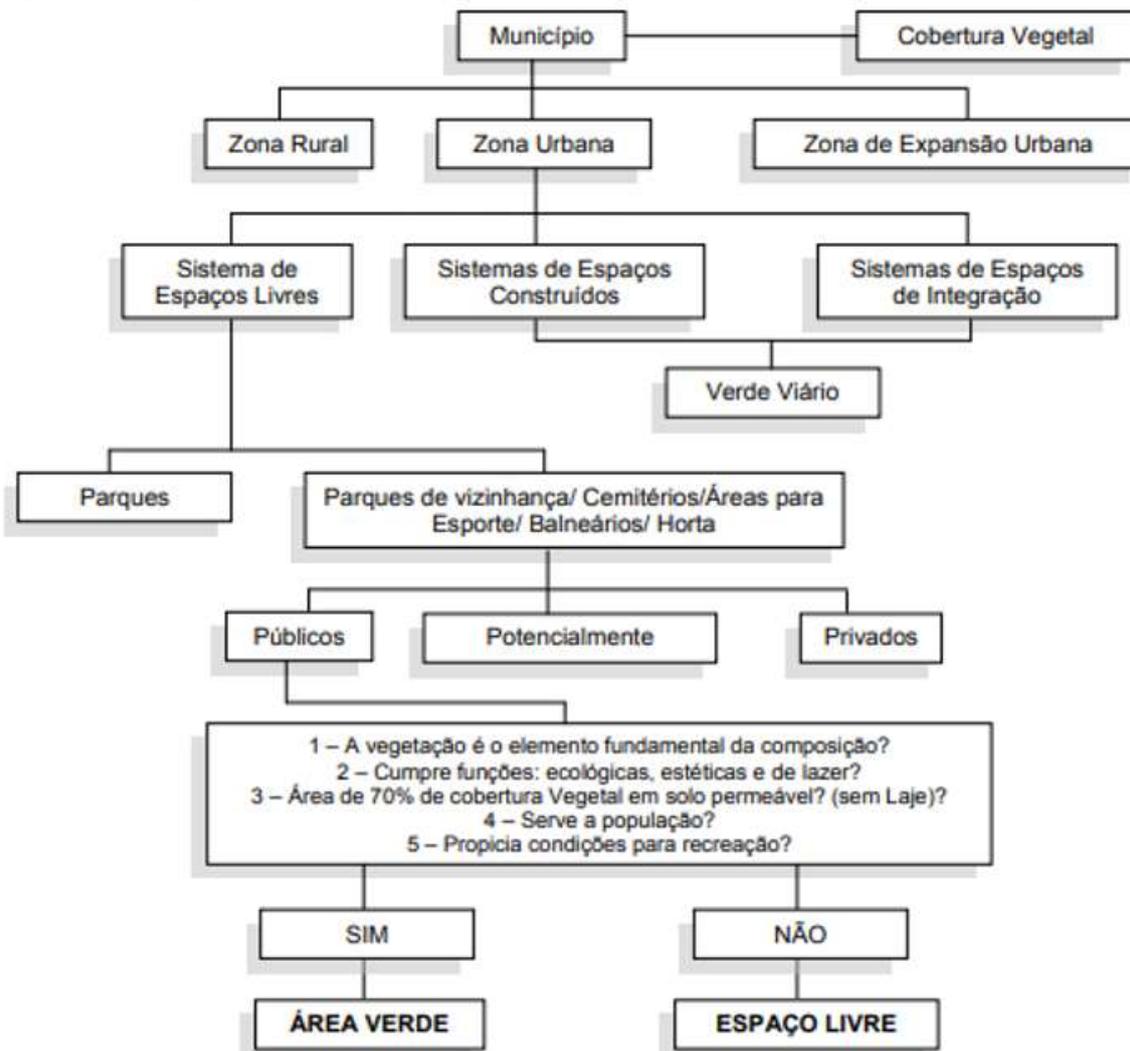
As áreas verdes são um tipo especial de espaços livres onde o elemento fundamental de composição é a vegetação. Elas devem satisfazer três objetivos principais: ecológico-ambiental, estético e de lazer. Vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70% da área; deve servir a população um uso e condições para recreação. (CAVALHEIRO et al. 1999, p. 7)

As áreas verdes e áreas livres públicas são espaços correlacionados em suas funções e concepções. Pode-se considerar as áreas verdes como um subsistema dos

espaços livres, já que a correlação desses espaços se dá principalmente pelos seus usos e funções (BARGOS; MATIAS (2011); RUBIARA (2016)).

A diferenciação das áreas livres e áreas verdes pode ser evidenciada na figura 4, que demonstra quais as principais características de cada uma das tipificações elencadas acima.

Figura 4: Fluxograma de caracterização de Áreas Verdes Urbanas



Fonte: Bargas e Matias, 2011 *apud* Buccheri e Nucci, 2006

Segundo o modelo desenvolvido por Oliveira (1996 p. 33), as áreas públicas podem ser classificadas em oito grupos descritos, evidenciados na figura 5.

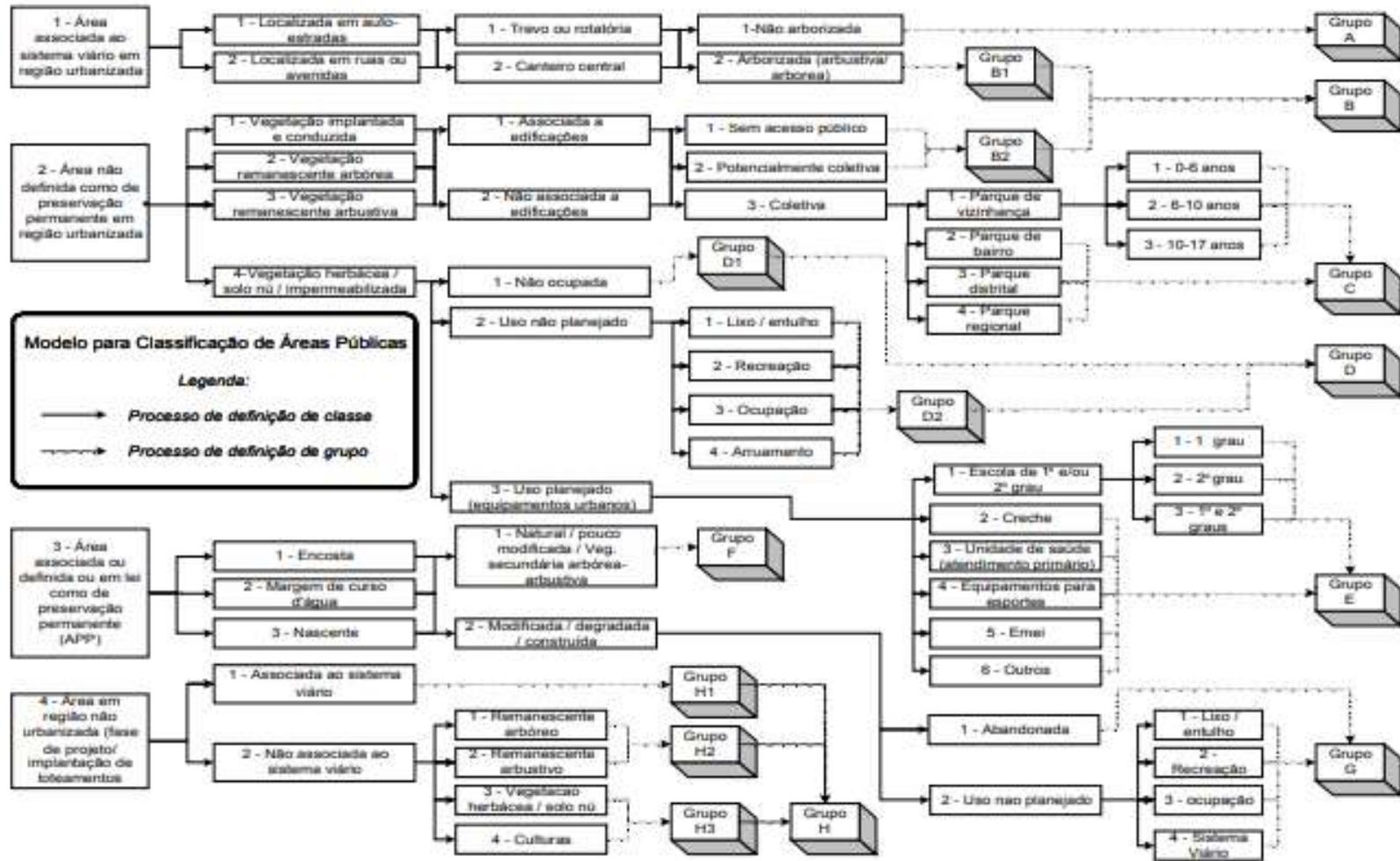


Figura 5: Modelo de Classificação de Áreas Públicas (MCAP). Fonte: Oliveira (1996, p. 33).

Esses grupos são descritos pelo quadro 4 organizado por Oliveira (1996):

Quadro 4: Descrição do Grupos de Áreas Públicas com base no MCAP (Modelo de Classificação

Grupo	Descrição
A	Áreas livres de acompanhamento viário não arborizadas ou apenas com vegetação herbácea, refletindo baixo valor ecológico e estético
B	Áreas públicas com valor ecológico e estético frequentemente elevada, contudo com valor social comprometido devido a problemas de acessibilidade ou à sua situação frente às condições de transito local ⇒ Subgrupo B1: Verde de acompanhamento viário , representando canteiros centrais ou trevos/rotatórias arborizados. ⇒ Subgrupo B2: Áreas potencialmente coletivas , pela sua localização interna a condomínios ou a outros espaços de acesso restrito a grupos específicos de indivíduos, além de áreas inacessíveis por falta de infra-estrutura para visitação, representadas por remanescentes de silvicultura e vegetação nativa.
C	Representa as áreas verdes de uso coletivo , destacando-se frequentemente por alto valor ecológico, estético e, sobretudo, social. Neste grupo está situada a maioria das praças, bosques e parques da cidade.
D	Áreas não arborizadas mas que apresentam grande potencial para sua conversão em outros grupos (principalmente grupos C e E). ⇒ Subgrupo D1: Áreas devolutas frequentemente mantidas com vegetação herbácea ou solo exposto. O manejo das áreas é usualmente realizado pela prefeitura (roçada) ou pela população (fogo). ⇒ Subgrupo D2: Áreas utilizadas pela população local como áreas de lazer, deposição de lixo/entulho ou ocupadas para fins de moradia e horticultura. Neste subgrupo também se incluem áreas completamente ocupadas ou fragmentadas por arruamentos.
E	Representam equipamentos urbanos institucionais como escolas, creches, postos/centros de saúde e recreação. Pode ser utilizado como indicador do grau de atendimento às diversas necessidades sócio-culturais da população local.
F	Representam áreas de interesse legal (AILs) , dada a sua proximidade ou contiguidade em relação a áreas de preservação permanente (APPs), que tenham vegetação arbórea implantada, primária ou secundária , sem grande comprometimento de suas funções, principalmente com relação à estabilidade geomorfológica.
G	Representam áreas de interesse legal (AILs) , dada a sua proximidade ou contiguidade em relação a áreas de preservação permanente (APPs), contudo com evidente comprometimento de suas funções devido à pressão antrópica, com evidência de processos erosivos, acúmulo de entulho, impermeabilizada ou em processo de impermeabilização por edificações ou arruamento.
H	Áreas localizadas em loteamentos recentes ou em fase de implantação , onde os limites precisos das áreas públicas não podem ser definidos em campo por falta de ruas, guias, cercas ou qualquer outra forma de referência espacial. ⇒ Subgrupo H1: São áreas não arborizadas associadas ao sistema viário (trevos ou canteiros centrais). ⇒ Subgrupo H2: São áreas com vegetação natural ou semi-natural remanescente , devendo se constituir em objeto de manejo adequado visando preservar ao máximo suas características atuais. ⇒ Subgrupo H3: São áreas não associadas ao sistema viário do loteamento, sendo ocupadas por culturas (geralmente silvicultura) ou sem cobertura arbórea ou arbustiva .

de Áreas Públicas).

Fonte: Organizado por OLIVEIRA (1996, p. 37-38)

Bargos e Matias (2011, p. 183), baseando-se em Oliveira (1996), ainda argumenta que as áreas verdes são presentes e elencadas no grupo de classes de áreas públicas; os autores aplicaram a classificação dessas áreas perante as áreas públicas, classificando-as conforme o aplicado por Oliveira (1996).

É importante salientar que o conhecimento da localização e a classificação das áreas verdes no espaço urbano são de fundamental importância para que os responsáveis pelo poder público possam direcionar suas ações no controle, manutenção e ampliação dessas áreas. Neste sentido, é cada vez mais constante a preocupação com o raio de influência que estas áreas podem exercer em seu entorno. (BARGOS; MATIAS, 2011, p. 184)

O planejamento das áreas verdes, dentro da área urbana é, portanto, de suma importância para garantir a qualidade ambiental urbana das cidades. Assim Hildebrand, Graça e Milano (2001, p. 77) *apud* Griffith e Silva (1987), evidenciam que a realização do planejamento das áreas verdes devem considerar alguns aspectos importantes, sendo eles:

- a) a importância de áreas verdes deve ser ressaltada em regiões com maior necessidade das mesmas, em geral centrais, em contrapartida a frequente importância dada às áreas periféricas, antes que estas sejam urbanizadas.
- b) a função principal do sistema de áreas verdes não é criar refúgios para que as pessoas possam escapar da cidade, mas sim, possibilitar à população momentos de lazer junto ao ambiente natural, respeitada a sua vivência urbana e o contato com outras pessoas;
- c) para ser efetivo, o plano do sistema de áreas verdes não precisa, necessariamente, obedecer a um plano diretor da cidade, mas ser orientado por um modelo orgânico que viabilize seu desenvolvimento coerente com o crescimento urbano;
- d) a melhor maneira de avaliação de um sistema de áreas verdes não é, necessariamente, a quantidade de espaço verde por habitante, uma vez que aspectos como a forma, qualidade e distribuição das áreas verdes são fundamentais;
- e) a escassez de recursos não constitui uma limitação fundamental ao planejamento e implantação de um sistema de áreas verdes, visto que é possível contorná-la através da otimização e racionalização da aplicação dos recursos disponíveis, do estabelecimento de credibilidade dentro e fora da administração pública e através de apoio externo. (HILDEBRAND, GRAÇA E MILANO, 2001, p. 77)

Sendo assim é importante, não apenas ter as áreas implementadas nas cidades, mas também pensar em acessibilidade e distribuição dessas áreas, para que consigam atender todos os bairros, evidenciando um planejamento eficaz dentro do ambiente urbano.

Em meio a pandemia de CoVID-19, que assolou o mundo, metodologias para evitar a disseminação do vírus foram adotadas, entre elas o fechamento das praças, parques urbanos e áreas verdes, o que fez com que os frequentantes também fossem prejudicados. Impactados pelo medo e incertezas de um futuro por vir, respostas urgentes necessitam ser pensadas. Por outro lado, a crise provocada pelo coronavírus é também uma oportunidade de reorientar a vida urbana para a superação da carência de áreas verdes e de espaços públicos que afeta as grandes cidades [...] (XIMENES et al. 2020, p. 17)

Porém, atualmente, com a reabertura gradativa dessas áreas e visto a importância que as mesmas têm no ambiente urbano, há a possibilidade de desenvolvimento de um novo pensamento de administração ambiental, reordenando e investindo na manutenção, para levar à população espaços de qualidade dos quais possam usufruir, pensando sempre na qualidade de vida. Criando, assim, áreas livres que tenham o “verde” e a natureza (mesmo modificada) como coadjuvante no auxílio da saúde e do bem-estar de todos.

4.2 PRAÇAS E PARQUES URBANOS COMO “NATUREZA” URBANA

Dentro do ambiente urbano, evidenciam-se duas principais formas na inserção da segunda natureza: as praças e os parques urbanos. Grande parte do “verde” no ambiente urbano está presente nos canteiros, mas as praças e parques urbanos concentram intrinsecamente, além da vegetação no ambiente urbano, a ideia de sociabilização, bem como o conceito de contato da população urbana com a natureza.

A característica de se estruturar diversos espaços para funções distintas permaneceu com o crescimento e desenvolvimento urbano, porém a praça adquiriu uma nova composição em função da introdução e valorização do verde na paisagem. Esse novo modelo de praça ajardinada priorizava funções como o lazer e a contemplação. (CALDEIRA, 2007, p. 91)

“Na Antiguidade greco-romana, a praça era o espaço público de maior importância da cidade, funcionava como seu centro vital” (CALDEIRA, 2007, p. 3). O entrelace entre as praças e a natureza é bem antigo, sendo visto desde a concepção das primeiras praças.

Com seus diversos significados — funcionais ou morfológicos — a praça representava o espaço de maior vitalidade urbana. Eram espaços referenciais, atuando como marcos visuais e como “pontos focais na organização da cidade”. Esse status alcançado pela praça ainda se faz

presente no imaginário urbano. Embora apresentem transformações significativas, as praças representam verdadeiros nós de confluência social e são espaços essenciais ao cotidiano da cidade. (CALDEIRA, 2007, p. 4)

Ecker (2016, p. 55) descreve que a junção de praças com a natureza (principalmente com a tentativa de recriar a natureza no ambiente urbano) ganha força principalmente após a revolução industrial, onde há uma total modificação nas dinâmicas dos centros urbanos, que passam a prezar pela evolução de seus sistemas internos. Essa vinculação é basicamente o desejo de recriar os elementos da primeira natureza no ambiente urbano. O trabalho, o tempo, o deslocamento não possibilitam a experiência e a fruição do espaço urbano. “A praça comparece em todas as propostas, porém interligada à questão da eficiência da circulação, prioridade máxima da cidade capitalista” (CALDEIRA, 2007, p. 8).

A circulação torna-se uma função primordial da vida urbana, e o espaço público adquire uma escala diferente da cidade tradicional. Essas transformações implicam, também, a alteração dos elementos que compõem a cidade — ruas, praças, lotes, edifícios, entre outros. No contexto das novas propostas urbanas, observa-se que o espaço da praça perde prestígio como espaço de sociabilidade, local de encontro e de lazer, mas destaca-se como espaço livre, espaço de circulação e área verde. (CALDEIRA, 2007, p. 228)

As praças, portanto, passam a ser um dos elementos primordiais para a inserção do “verde” dentro do ambiente urbano. Áreas livres, essas que anteriormente eram constituídas apenas para socialização da população, passam a incrementar o seu rol de benefícios incluindo (na maioria das praças) a presença do “verde” como atrativo.

[...] A implantação de praças ajardinadas tornou-se uma prática recorrente, transformando os espaços tradicionais em complexos cenários visuais: os elementos da natureza passaram a estar subordinados a princípios geométricos, em sintonia com um traçado urbano elaborado, inspirado em referenciais europeus. (ECKER; 2016, p. 55)

E esse conceito, com o passar do tempo e com o crescente e inerente desenvolvimento das cidades e da sociedade, começou a se modificar. Ecker (2016, p. 55) evidencia que, com o passar das décadas, os conceitos de desenvolvimento arquitetônico das praças foram se modificando, porém, sempre prezando a inserção,

mesmo que intrinsecamente, da natureza em sua concepção, conjuntamente com a iniciativa de socialização.

Nesta nova escala de cidade, a praça tradicional passou a ser entendida como um espaço livre. Suas características passaram a ser de cunho funcionalista (com espaços monumentais e áreas equipadas objetivamente ao lazer), e nacionalista, com ênfase na tropicalidade brasileira. Neste período, as inovações foram muitas, destacando-se a adoção de desenhos geométricos; as paginações elaboradas de piso; a redução de elementos decorativos; a composição de espelhos d'água com desenhos e configurações modernistas. Houve uma mudança do papel da praça, que passou a apresentar dimensões monumentais, coerentes com a espacialidade e a complexidade das cidades modernas. (ECKER, 2016, p. 60)

Os conceitos de praças passam, assim, por várias modificações, acompanhando principalmente o crescimento e desenvolvimentos das cidades. “A praça faz parte do desenho e da elaboração teórica da nova cidade, mas desempenha um papel, sobretudo de lugar de passagem, voltado para o embelezamento e o ordenamento urbano” (CALDEIRA, 2016, p. 8). “Em vários países, políticas urbanas destacam a questão da melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades por meio do resgate de espaços públicos e coletivos, assim como de estruturas arquitetônicas degradadas” (CALDEIRA, 2016 p. 14).

Após a verificação e compilação de vários pensadores e estudiosos do assunto, Ecker (2016, p. 70-71) conceitua praça “como o espaço público urbano, com características de convergência e centralidade, que está destinado às práticas de sociabilidade, e no qual está prevista uma porcentagem significativa de áreas verdes, destinada a cumprir funções ecológicas”. Portanto, além de funções sociais e políticas, as praças obtêm uma significativa importância ecológica no ambiente urbano.

Como evidenciado pelos dois autores acima citados, as praças, desde o início de seu desenvolvimento e com o passar das décadas, sofreram inúmeras modificações no conceito e função. Entretanto, sempre teve o principal intuito de socialização da população, juntamente ao contato com a natureza em si, dentro do ambiente urbano, muitas vezes carregados com as pressões capitalistas diárias.

Não muito diferente das praças, nós temos os parques em áreas urbanas tendo genericamente o mesmo intuito de socialização das praças, porém, atrelado mais fortemente à preservação de resquícios de “verde”, implementados como segunda natureza no ambiente urbano. Melo (2013, p. 28) afirma que, no ritmo que é imposto

à sociedade, principalmente pelo modo de produção capitalista, os parques tornam-se áreas que desempenham a função cada vez mais crescente de espaços públicos, com a possibilidade de realização de práticas de lazer, socialização e contato com a natureza, visando a melhoria da qualidade de vida e amenização dos pontos negativos relacionados ao convívio urbano.

Ao longo da história, os parques urbanos assumem diferentes funções e usos, seguindo a influência da estrutura urbana, do fenômeno social e da preservação de áreas verdes. Eles não são submetidos a um padrão, pois se diferenciam quanto ao tamanho, funções, tipos de equipamentos, espaço de preservação ambiental e de socialização, dentre outros. (MELO, 2013, p. 33)

“O parque público, como o conhecemos hoje, é um elemento típico da grande cidade moderna, estando em constante processo de recodificação” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 13). Ainda segundo os mesmos autores, o parque urbano tem, como uma de suas principais funções atualmente, a inserção de uma área livre pública que seja pautada nas questões relacionadas à vegetação, e que também consiga proporcionar lazer aos frequentadores.

Macedo e Sakata (2010, p. 13) relatam que a demanda por parques urbanos é crescente nas cidades brasileiras, mesmo que grande parte dos parques tenha uma dimensão reduzida, são implementados visando suprir as necessidades de diversas funções almejadas pela sociedade. Os autores ainda expõem que há a constante inserção de novas funções a essas áreas livres, conferindo e requalificando novas denominações, conceitos e definições. Atualmente podemos verificar a utilização de parques urbanos para a prática de lazer, esporte, movimentações sociais, educação, arte, cultura, entre outros.

A evolução do Parque Urbano nestes dois séculos tem acompanhado as mudanças urbanísticas das cidades, sendo assim um testemunho importante dos valores sociais e culturais das populações urbanas. É interessante observar que constituem um elemento de forte permanência, mantendo-se com suas principais características independentemente das transformações das estruturas urbanas em seu entorno. (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 7)

Porém, muitas vezes há o errôneo intuito de intitular diversas áreas livres urbanas como parques urbanos, pelo simples fato de valorização do entorno. Isso se deve, principalmente, a crescente corrente que dá enorme visibilidade à inserção do “verde” no ambiente urbano. “O papel dos parques no Brasil é abrangente, e sua

definição, nem sempre precisa” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 14). Em muitos casos, como evidenciados pelos autores, cercados que tenham a presença de uma vegetação de qualquer porte, sendo de qualquer dimensão, são erroneamente considerados parques urbanos. Para os autores, a definição de parque urbano pode ser descrita como:

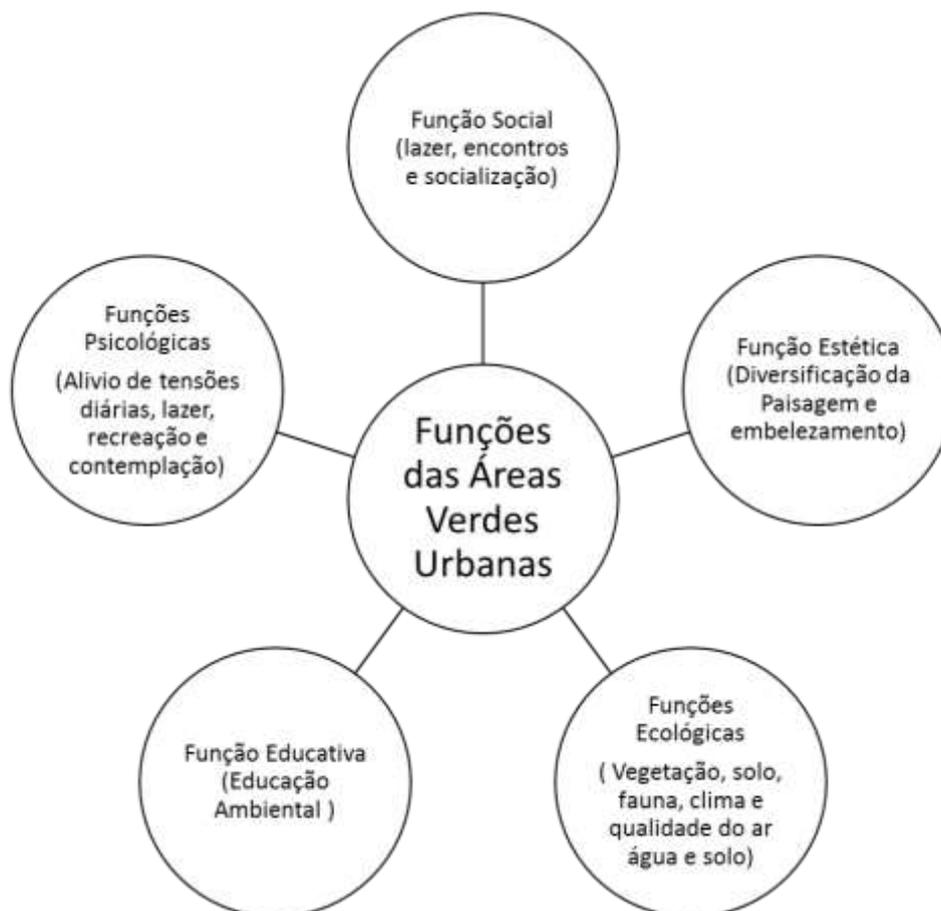
[...] todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno. (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 14)

Raimundo e Sarti (2016, p. 6) destacam que os parques urbanos foram desenvolvidos inspirados nas praças ancestrais, onde lhe fora atribuído uma maior incrementação de funções sociais, econômicas, culturais e ambientais, tão necessárias após o início do processo de industrialização. Em estudos recentes, Szeremeta e Zannin (2013, p. 187) concluem que a presença de parques urbanos gera imensos benefícios, principalmente no que se relaciona à qualidade de vida da população, auxiliando na socialização. Os parques também geram benefícios físicos e psicológicos para a comunidade que os utiliza. Porém, para haver essa interação da comunidade com o parque, vários fatores são levados em consideração. “A maior proximidade as residências e a beleza da paisagem dos parques urbanos parecem ser os principais determinantes para a adesão e manutenção de frequentadores assíduos” (SZEREMETA; ZANNIN, 2013, p. 187).

Os parques, praças e florestas urbanas possuem um grande valor estético e recreativo, além de auxiliar na atenuação do ruído, na minimização dos extremos de temperatura e em outras formas de poluição, fornecendo um habitat para pássaros e outros pequenos animais e proporcionando a vitalização da vida urbana. (VIEIRA; SANTOS; GRAZZIOTIN, 2007, p. 234)

Bargos e Matias (2011, p. 180) apontam que, dentre as principais funções relacionadas às áreas verdes urbanas, pode-se destacar cinco funções (Figura 6), sendo elas: as funções sociais, as funções estéticas, as funções ecológicas, funções educativas e funções psicológicas.

Figura 6: Principais funções das áreas verdes urbanas



Fonte: BARGOS E MATIAS (2010, p. 180)

Assim torna-se evidente que as praças e, especialmente, as áreas verdes e os parques urbanos são essenciais na concepção das cidades, pois são as principais formas de inserir o “verde” dentro do ambiente urbano. Isso traz para a população muitas funções que vêm a agregar, no intuito de melhoria da qualidade de vida da população.

4.3 PRAÇAS E PARQUES URBANOS DE DOURADOS – MS

Araújo (2019) desenvolveu a caracterização e classificação qualitativa das praças e parques urbanos de Dourados, concluindo que grande parte dessas áreas livres da cidade encontravam-se em condições péssimas de infraestrutura, equipamentos, quantidade de vegetação e manutenção.

A hipótese inicial da pesquisa se configurava em torno da distribuição das áreas públicas na cidade de Dourados, porém a partir dos trabalhos de campo realizados, pode-se constatar que a infraestrutura existente, na maioria, das praças e dos parques urbanos são precárias. Assim, apenas espalhar estes locais pela malha urbana não era o suficiente para compreender se os mesmos cumprem com suas funções como *locus* das interações sociais. (ARAÚJO, 2019, p. 102)

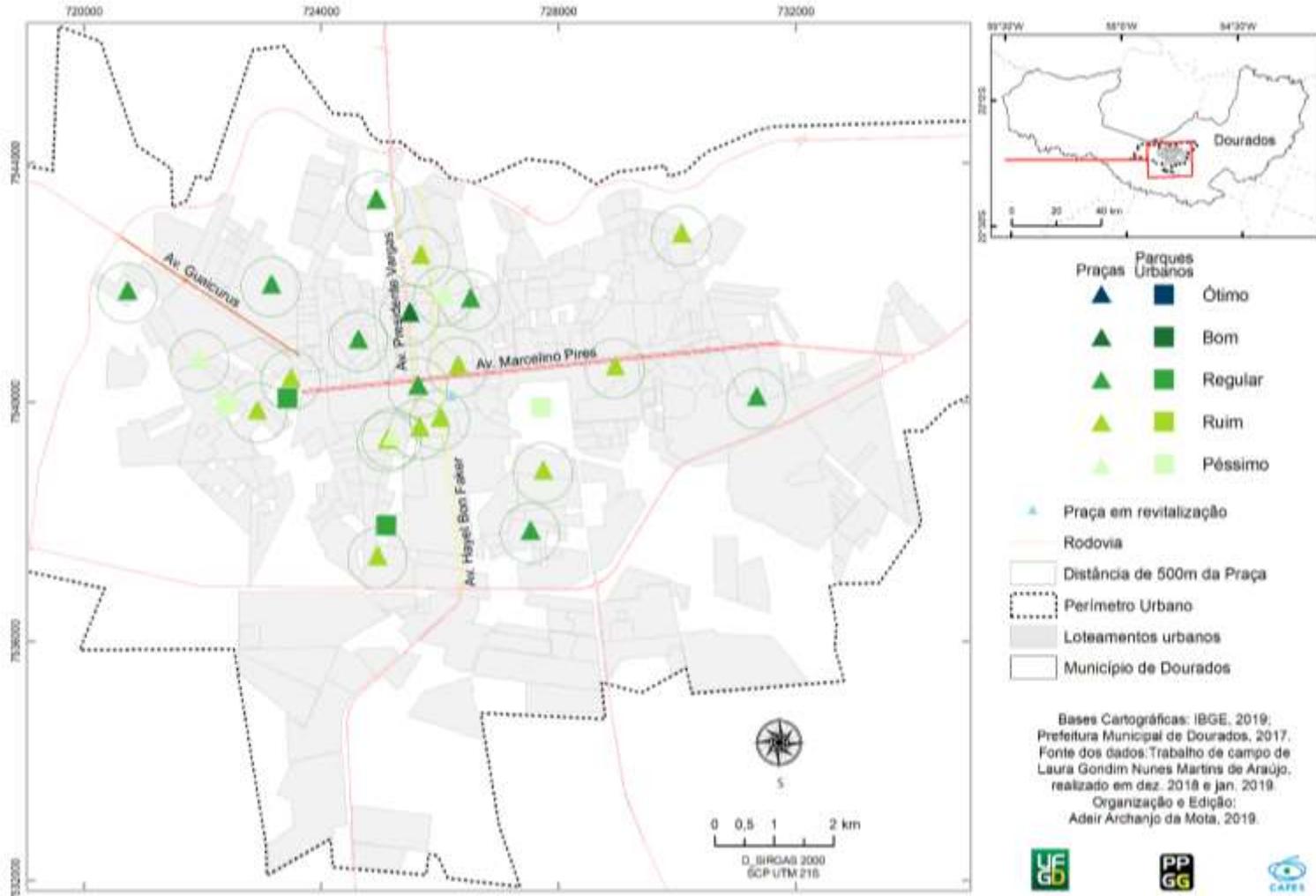
Segundo a mesma autora, as praças e parques urbanos na cidade de Dourados foram implementados, em sua maioria, após a década de 1980, quando houve o surgimento de vários bairros e de conjuntos habitacionais na malha urbana na cidade. Na cidade ainda existem espaços públicos datados de meados da década de 1970, sendo que, de lá para cá, houveram grandes mudanças na dinâmica de implantação desses espaços. No período que abrange as décadas de 1970 a 2010, os espaços públicos eram primordialmente instituídos pelo poder público; após esse período, houve mudanças na dinâmica de concepção dos espaços. A partir da década de 2010 houve a inserção de um novo ator na concepção dessas praças, denominados, pela autora, promotores imobiliários; em sua maioria, os promotores imobiliários utilizam da criação desses “espaços públicos” (fomentados com recursos privados) como forma de *merchandising* para valoração de seus produtos.

As áreas públicas chegam ao ápice de sua distribuição e implantação no atual decênio, em que pela primeira vez a disposição das praças e parques não se concentraram na porção central, mas voltaram-se para as “extremidades” da malha territorial urbana. Neste período, os recursos foram variados oriundos de verba estadual e federal, além do surgimento de um novo tipo de sujeito fomentador das áreas públicas, os agentes imobiliários. (ARAÚJO, 2019, p. 64)

A autora, que adaptou os critérios já desenvolvidos por outros autores, considerou os parâmetros de mobiliário urbano: acesso, lazer, esporte, atrativos

paisagísticos e monumentais e vegetação, subdivididos em 21 critérios. A síntese desta caracterização empírica pode ser observada no Mapa 7.

Mapa 7: Caracterização das praças e parques urbanos da cidade de Dourados

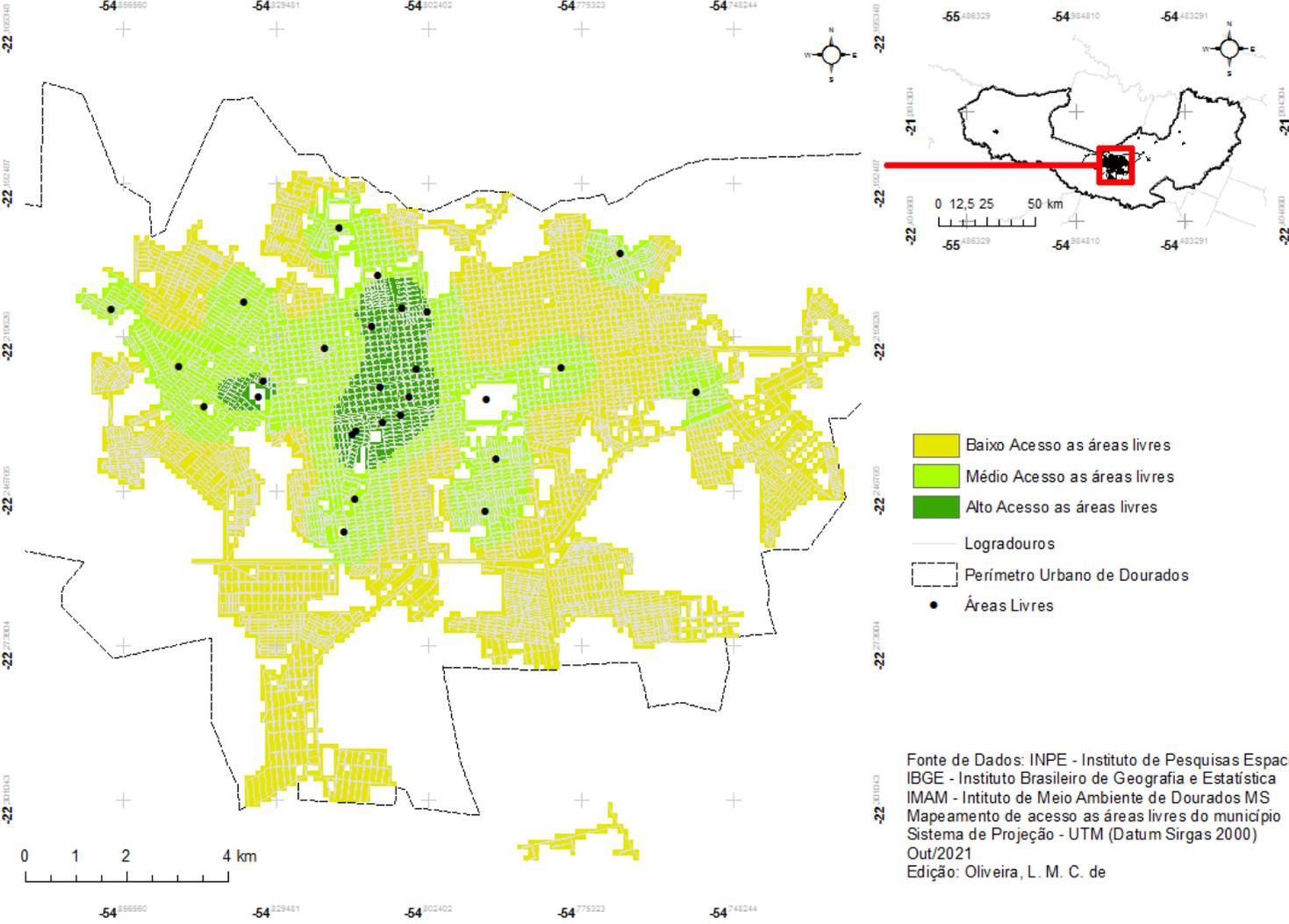


Fonte: ARAÚJO (2019, p. 101)

O estudo de Araújo (2019) evidenciou a desigualdade na distribuição espacial das áreas livres no perímetro urbano, bem como a forte desigualdade centro periferia, e das infraestruturas, equipamentos e manutenção dessas áreas. Grande parte das praças e parques urbanos da cidade localizam-se na porção centro-oeste do perímetro urbano, deixando a quase totalidade do quadrante leste e sul sem a presença de áreas livres.

A distribuição espacial das praças também se torna um fator que auxilia na utilização dessas áreas. Na cidade de Dourados a má distribuição faz com que as áreas livres do município se concentrem apenas na área central da cidade, deixando as áreas periféricas desassistidas de opções para acessos a essas áreas (mapa 10).

Mapa 8: Mapa de Kernel (mapa de calor) da concentração/acesso de áreas livres no perímetro urbano da cidade de Dourados-MS



“O planejamento estratégico é a base implícita do processo para se repensar a produção urbana contemporânea” (FRANÇA, 2018, p. 156). Porém não é somente o planejamento ou a falta de planejamento, que (re) produz o espaço. Na grande maioria das ações, planeja-se muito e se executa pouco, nem sempre somente pela ineficácia do poder público, mas também pela baixíssima participação da sociedade nas etapas de planejamento e fiscalização dos projetos. A cidade de Dourados tem investido em planos (mobilidade, arborização etc.), contudo não executa o que foi planejado, investindo tempo e dinheiro para organizar os planos, para deixá-los nos papéis, principalmente por falta de investimentos para sua implementação.

A precariedade dos espaços públicos da cidade é um indicador norteador para o entendimento dos usos desses espaços pela sociedade. Praças e parques urbanos depredados e sem condições necessárias de usabilidade, são a realidade atual dessas áreas em Dourados. Locais sem infraestrutura, depredados, sem iluminação, banheiros, lixeiras, sanitários, bebedouros, estacionamento, pavimentação, equipamentos de playground, equipamentos de exercícios físicos, atrativos paisagísticos e monumentais, são relatados por Araújo (2019) dentro das áreas livres da cidade. Essa precariedade está muito relacionada à falta de investimento do poder público, todavia grande parte da sociedade (utilizadores) tem sua parcela de omissão, não fomentando e auxiliando nas discussões e decisões acerca dessas áreas.

Outro fator bastante importante, ao levar em consideração a utilização dos espaços públicos, é a (in) segurança.

A queda crescente na frequência da população aos espaços de uso comum como as praças em contraponto à crescente tendência de “privatizar” os espaços de lazer, trazendo-os para áreas cercadas e de acesso restrito, são bons indicadores da sensação de insegurança e medo dos moradores[...]. Quanto mais a população em geral evita frequentar esses espaços por causa do medo, maior é a sensação de insegurança e menor o próprio controle social, já que os locais públicos de lazer vão ficando abandonados. (OLERJ, 2020)

A depredação dessas áreas é outro importante fator que influencia grandemente nos usos. Locais com grandes índices de depredação são comumente considerados inseguros.

São muitos os problemas presentes nas áreas verdes, em termos de distribuição espacial, quantidade e qualidade, mas, [...] a discussão está centrada nas frequentes condições de degradação em que essas se encontram. Condições que incidem diretamente na queda de qualidade, na perda de suas funções, e as caracterizam como espaços que, em potencial, podem oferecer riscos de uso para os seus frequentadores e para a cidade como um todo. (GOMES E MATIN, 2017, p. 108)

Ali, Jesus e Ramos (2020 p. 68) evidenciam que o crescimento das taxas de violência, dentro do perímetro urbano, influencia imensamente no modo de habitar da população, a qual, com medo da violência, deixa de frequentar espaços públicos de qualidade e atrativos. A sensação de segurança dentro das cidades é de grande importância para incentivar a população à utilização desses espaços públicos.

No entanto, apesar do direito de acesso ao lazer e a uma vida urbana de qualidade, o que se verifica é a escassez de espaços para práticas sociais ou mesmo a ausência de equipamentos e serviços adequados. O cenário atual de violência urbana e a ausência de intervenção do poder público para a criação de medidas que assegurem segurança pública para os seus usuários são fatores que contribuem para inibir o uso desses espaços por parte da população. (ALI; JESUS; RAMOS, 2020, p. 69-70)

Como evidenciado pelo estudo de Araújo (2019), grande parte das praças e parques urbanos de Dourados encontram-se em péssimo estado de conservação e em um estágio avançado de depredação. E esse é um dos fatores que influencia na frequência de utilização desses espaços, pois dificilmente há frequência onde há sentimento de insegurança.

Outro fator bastante importante é a ausência de áreas livres em relação à população. O crescimento de ambos não é exponencial. Enquanto o perímetro da cidade cresce de forma acelerada, a concepção de áreas livres não acompanha esse crescimento.

A relação, espaço urbano/lazer passou a constituir um problema relevante, considerando que o aumento da população nas cidades não veio seguido de áreas de lazer. Se por um lado são construídos bairros dotados de benefícios ou infraestrutura, praças e parques, de outro são concebidos bairros periféricos, redutos de habitações, exemplo conjunto habitacionais, com pequenas casas, com mínimo de espaço, que quando muito tem escola e posto de saúde próximos. Outra questão é quando são construídos grandes centros de lazer ou mesmo parques geram determinada concentração de equipamentos dificultando o acesso de famílias que moram/residem longe destes locais. (MALLMANN, 2019, p. 70)

Assim, os acessos a essas áreas tornam-se cada vez mais difíceis, principalmente para a população que vive em regiões mais periféricas da cidade, muitas vezes dependente de transporte público para, quem sabe, visitar essas áreas. O tema de acesso será abordado no próximo item, com base na cidade de Dourados, podendo, através do questionário aplicado à população, identificar a relação entre o acesso e uso das áreas livres.

4.4 ACESSO ESPACIAL E USOS DE PRAÇAS E PARQUES URBANOS DE DOURADOS

A questão de acesso às áreas livres da cidade pode ser comprovada principalmente pelos usos de cada um desses espaços. Ter acesso a um local nem sempre está ligado à utilização desse local. Quando levamos em consideração os fatores elencados no item anterior, os mesmos são determinantes nos usos que são realizados nessas áreas.

Entre os 319 participantes da pesquisa, a maioria (46,08%) evidenciou residir entre 100 metros e 1 quilômetro de uma praça ou parque urbano da cidade de Dourados (MS); os que moram um pouco mais distantes, entre 1 e 2 quilômetros, somaram 24,76% (tabela 1). Com aplicação da metodologia *Snowball*, tivemos uma menor representatividade de participantes residentes acima de 2 quilômetros (totalizando 17,87%); e de participantes que residem a menos de 100 metros de uma praça ou parque urbano do município, totalizaram o percentual de 11,29% dos participantes.

Tabela 1: Percentual de participantes por distância mínima de parques urbanos e praças da cidade de Dourados-MS

Qual a distância de sua casa para praça ou parque urbano mais próximo?	%	Quantidade de Respostas
Entre 100 e 1000 metros (1 quilômetro)	46,08%	147
Entre 1000 metros (1 quilômetro) e 2000 metros (2 quilômetro)	24,76%	79
Acima de 2000 metros (2quilômetros)	17,87%	57
Menos de 100 metros	11,29%	36
Total Geral	100,00%	319

Fonte: O autor

Grande parte dos participantes disseram locomover-se a pé para as praças e parques urbanos da cidade. Segundo Gehl (2013), uma distância confortável para locomoção é uma distância de 500 metros.

A distância aceitável de caminhada é um conceito relativamente fluido. Algumas pessoas andam felizes por muitos quilômetros, enquanto para alguns idosos, deficientes ou crianças, mesmo curtas caminhadas são difíceis. A maior parte das pessoas está disposta a percorrer cerca de 500 metros. A distância aceitável, porém, também depende da qualidade do percurso. Se o piso for de boa qualidade e se o trajeto for interessante, aceita-se uma caminhada mais longa. Por outro lado, a vontade de caminhar cai drasticamente se o trecho for desinteressante e, assim, parecer cansativo. Nesse caso, uma caminhada de 200 a 300 metros parecerá muito longa, mesmo que leve menos de cinco minutos. O tamanho dos centros das cidades confirma a distância de 500 metros como um objetivo aproximado de uma caminhada aceitável. (GEHL, 2013, p. 121)

Entre os participantes, observa-se que em 50,31% das respostas evidenciaram frequentar habitualmente praças e parques urbanos, enquanto 49,69% dizem não frequentar habitualmente. Entre os participantes os que moram a menos de 100 metros de uma praça ou parque urbano, percentualmente, costuma frequentar mais habitualmente as praças ou parques urbanos da cidade, como evidenciado na tabela 2; entre os que responderam morar a menos de 100 metros das praças e parques urbanos, aproximadamente 58% dos participantes, disseram frequentar habitualmente esses espaços; enquanto para as outras categorias tiveram um percentual com variação de aproximadamente 2%.

Quando levamos em consideração a distância da residência dos participantes, até uma praça ou parque urbano da cidade de Dourados, conseguimos concluir que, quanto mais próximo dessas áreas maior é o percentual de frequência nas praças e parques urbano da cidade. Esse resultado pode ajudar a corroborar com a primeira lei da Geografia de Tobler, em que o autor afirma: “tudo está relacionado com tudo, mas as coisas mais próximas estão mais relacionadas do que as coisas distantes” (GOMES; ABRANTES; BANOS; ROCHA, 2017, p 193).

Assim podemos entender que o percentual de visitação é maior entre as pessoas que moram mais próximo do que as mais distantes. A variável distância passa então a ser a uma das variáveis mais importantes para o estudo atual, pois levando principalmente a questão, quando seguimos a primeira Lei de Tobler, a correlação entre coisas mais próximas é maior do que coisas que estão mais longe,

ou seja, a correlação frequência e distância (tabela 2) é mais evidente quando levamos em consideração a proximidade com essas áreas.

Assim com evidenciado também por Hildebrand, Graça e Milano (2001, p. 83), a distância influencia grandemente na visitação das praças e parques de uma cidade. Ainda segundo os autores, grande parte dos frequentadores são pessoas que moram em bairros próximos ao espaço livre; os moradores locais têm um percentual maior de visitação a esses locais, e deixam bem claro que a importância desses espaços não está apenas para as pessoas que fazem parte da vizinhança, mas sim para a população da cidade como um todo. “A maior proximidade das residências e a beleza da paisagem dos parques parecem ser os principais determinantes para a adesão e manutenção de frequentadores assíduos” (SZEREMETA e ZANNIN, 2013, p. 187).

Um estudo desenvolvido por Reis (2001, p. 43-44) também evidenciou que a proximidade é uma das variáveis mais importantes na correlação com a frequência de visitação das praças e parques urbanos, onde 57,6% dos participantes responderam frequentar essas áreas pela proximidade. Sendo assim, essa variável é o principal motivo para a visitação, sendo demonstrada pela por uma correlação positiva entre as variáveis utilização e região de moradia.

Tabela 2: Percentual de correlação entre as variáveis frequência e distância

Qual a distância de sua casa para praça ou parque urbano mais próximo?	Costuma frequentar habitualmente alguma praça ou parque urbano ?	%	Quantidade de Respostas
Entre 100 e 1000 metros (1 quilômetro)		46,08%	147
	Não	50,34%	74
	Sim	49,66%	73
Entre 1000 metros (1 quilômetro) e 2000 metros (2 quilômetro)		24,76%	79
	Não	51,90%	41
	Sim	48,10%	38
Acima de 2000 metros (2quilômetros)		17,87%	57
	Não	50,88%	29
	Sim	49,12%	28
Menos de 100 metros		11,29%	36
	Sim	61,11%	22
	Não	38,89%	14
Total Geral		100,00%	319

Fonte: O autor

A administração municipal vem buscando implementar alternativas para desenvolver o sistema de transporte público, com o investimento no plano diretor de mobilidade urbana de Dourados (MS). Nesse plano tem-se um relatório técnico da mobilidade na cidade de Dourados, sendo evidenciada a principal forma de resolução, a criação de estações de integração pela cidade (mapa 9).

Mapa 9: Mapa de projeto de reestruturação do sistema do transporte coletivo municipal de Dourados - MS

INTEGRAÇÃO MODAL

REDE ATUAL TRANSPORTE COLETIVO

As linhas do transporte coletivo estão gradualmente migrando para o novo modelo do Sistema do Transporte Coletivo Municipal cujo traçado visa atender a população douradense, de modo atualizado com deslocamentos máximos de 300 metros.

Os principais polos atrativos e as zonas de interesse também são atendidas por diferentes itinerários de forma integrada, decorrente do processo de transição para o novo modelo.

REDE DO TRANSPORTE COLETIVO ATUAL

- L01 - JOQUEI CLUBE
- L01C - JOQUEI CIRCULAR
- L019 - IZIDRO PEDROSO - MARCELINO
- L02 - SANTAMARIA
- L02 - SANTAMARIA - RN
- L020 - IZIDRO PEDROSO
- L03 - BRASWEY/ CARGILL
- L030 - UNIGRAN
- L05 - GUACURUS
- L06 - DIST INDUSTRIAL
- L07 - CACHOEIRINHA
- L08 - JARDIM FLORIDA II
- L09 - JARDIM FLORIDA I
- L10 - PARQUE ALVORADA
- L11 - AYDE PRATINHA
- L12 - CIDADE UNIVERSITARIA
- L13 - JARDIM COLIBRI - CANAAS
- L14 - 4º PLANO
- L16 - JARDIM ITALIA
- L18 - UNIGRAN
- L19 - JAGUAPRUI
- L20 - ESTRELA POÇA
- D1501 - MACAUSA
- D1503 - USINA SÃO FERNANDO
- D1505 - INDAPOLIS
- D1506 - PANAMEI
- D1507 - SÃO MARCOS



Fonte: Dourados (2016)

Uma parte representativa da população participante se desloca a pé (Gráfico 6) para ir até as praças e parques urbanos. Quando essa distância é muito grande, a visitação desses locais acaba sendo inviabilizada, principalmente pelo fato de nem todas as pessoas terem acesso a veículos automotores e o transporte público da cidade apresentar-se deficitário. Grande parte da cidade de Dourados ainda está desassistida de transporte público, como evidenciado pelo mapa acima, em que, para algumas regiões da cidade, os moradores deslocam-se por um longo percurso para ter acesso ao transporte público. Na região mais a sudeste da cidade, por exemplo, a linha de transporte público é praticamente inexistente; já para os bairros mais periféricos da cidade, ainda temos um atendimento parcial do transporte público, não conseguindo atender efetivamente os bairros.

Uma das questões implementadas no questionário, aplicado à população da cidade, estava relacionada à distância percorrida pelos participantes para terem acesso a uma praça ou parque urbano da cidade. 54% responderam que se deslocam de 100 a 1000 metros para ter acesso a uma praça ou parque urbano na cidade, e 46% deslocam-se acima de 1000 metros para ter acesso a uma praça ou parque urbano.

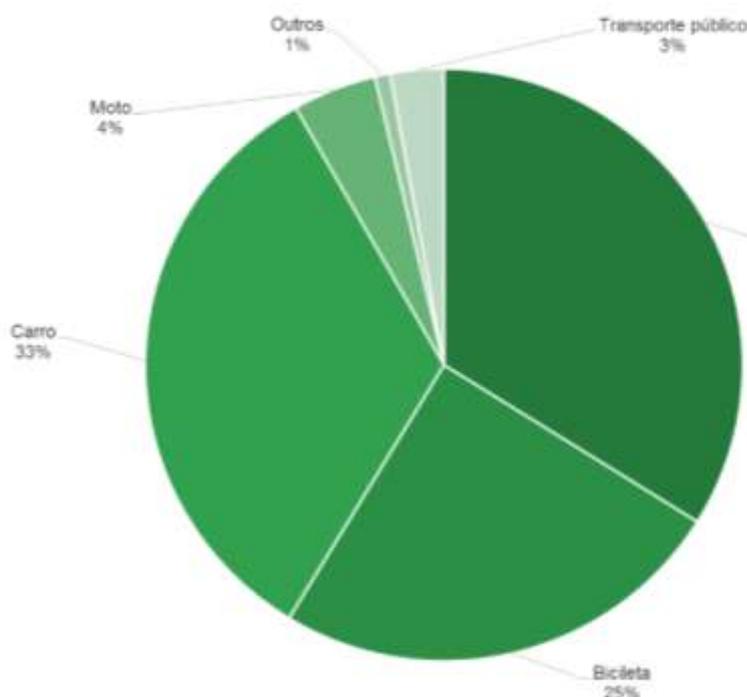


Gráfico 6: Meios de deslocamento da população para áreas livres da cidade de Dourados – MS
Fonte: O autor

Ao analisar a frequência em relação à distância dos 319 participantes (tabela 3), percebe-se que, quanto menor a distância entre a residência do participante maior é a frequência nos espaços livre seja para passeio, prática de exercícios, lazer ou contemplação da natureza.

Distância	Frequência de áreas livres			
	Acima de 5 vezes por mês	De 3 a 5 vezes por mês	De 1 a 2 vezes por mês	Nunca
Menos de 100 metros	25,00%	27,78%	25,00%	22,22%
Entre 100 e 1000 metros (1 quilômetro)	22,45%	20,41%	40,14%	17,01%
Entre 1000 metros (1 quilômetro) e 2000 metros (2 quilômetro)	16,46%	22,78%	48,10%	12,66%
Acima de 2000 metros (2quilômetros)	14,04%	14,04%	45,61%	26,32%

Tabela 3: Relação entre frequência de utilização e distância das áreas livres

Fonte: O autor

A relação é mais relevante quando analisamos os dados das variáveis frequência e distância, através da variável faixa etária. Entre a faixa etária de adultos (acima de 18 anos), (tabela 4), podemos verificar que os participantes que residem próximo das áreas livres, e costuma frequentar esses espaços mais vezes por semana. Ao passo que quem reside mais distante (acima de 2000 metros) tende a frequentar poucas vezes por semana.

Tabela 4: Relação entre frequência e distância das áreas livres por faixa etária adulto

Distância	Frequência de áreas livres			
	Acima de 5 vezes por mês	De 3 a 5 vezes por mês	De 1 a 2 vezes por mês	Nunca
Menos de 100 metros	33,33%	13,33%	40,00%	13,33%
Entre 100 e 1000 metros (1 quilômetro)	23,81%	40,48%	26,19%	9,52%
Entre 1000 metros (1 quilômetro) e 2000 metros (2 quilômetro)	19,15%	42,55%	27,66%	10,64%
Acima de 2000 metros (2quilômetros)	12,12%	42,42%	21,21%	24,24%

Fonte: O autor

Para a faixa etária dos adolescentes, o cenário modifica um pouco. Enquanto para a faixa dos adultos temos percentuais baixos, para as pessoas que dizem nunca frequentar as praças e parques urbanos, o percentual dos adolescentes (até 17 anos) é maior nesse quesito. Na tabela 5 pode-se visualizar que os percentuais (independente das distâncias) dos participantes da faixa etária de adolescentes, que dizem não frequentar praças e parques urbanos nunca, é relativamente bem maior do

que o da faixa etária dos adultos. Enquanto o percentual de participantes, que dizem não frequentar as áreas livres na faixa adulta, está em média 14%, para os adolescentes essa média salta para 25%.

Tabela 5: Relação entre frequência de utilização e distância das áreas livres por faixa etária de adolescentes

Distância	Frequência de áreas livres			
	Acima de 5 vezes por mês	De 3 a 5 vezes por mês	De 1 a 2 vezes por mês	Nunca
Menos de 100 metros	19,05%	33,33%	19,05%	28,57%
Entre 100 e 1000 metros (1 quilômetro)	20,63%	12,70%	39,68%	26,98%
Entre 1000 metros (1 quilômetro) e 2000 metros (2 quilômetro)	12,50%	15,63%	56,25%	15,63%
Acima de 2000 metros (2quilômetros)	16,67%	4,17%	50,00%	29,17%

Fonte: O autor

Em relação aos principais usos que a população faz desses espaços, temos a prática de esportes, prática de atividades físicas, lazer, contato com a natureza, socialização, bem-estar, confraternizações e eventos. Isso demonstra a importância das áreas livres no cotidiano das pessoas, reforçando a ideia da importância da criação e manutenção destes espaços, para que a população possa usufruir, e melhorar, assim, sua qualidade de vida.

Outra variável importante é a relação entre frequência de uso e a quantidade de horas trabalhadas (tabela 6). Para realização da análise, dividiu-se os participantes entre as pessoas que trabalham mais de 30 horas semanais e menos de 30 horas semanais. Conforme a tabela 6, pode-se concluir que as pessoas que trabalham acima de 30 horas semanais são mais frequentes na visitação às áreas livres. Conclui-se então que os trabalhadores, com mais de 30 horas semanais, sentem maior necessidade de frequência nessas áreas livres.

Tabela 6: Relação entre frequência de utilização das áreas livres e horas de trabalho

Costuma frequentar habitualmente áreas livres ?	HORAS SEMANAIS DE TRABALHO	
	MAIS DE 30 HORAS SEMANAIS	MENOS DE 30 HORAS SEMANAIS
Não	41%	55%
Sim	59%	45%
Total Geral	100%	100%

Fonte: O autor

A relação entre a frequência e renda familiar também apresenta resultados interessantes. O maior percentual de frequentadores desses espaços é constituída de

participantes que indicaram renda superior a 3 salários mínimos (tabela 7). Um dos principais indícios da maior visitação dos participantes, com renda maior de 3 salários mínimos, é a relação com o maior poder aquisitivo; estes participantes estão em grande maioria entre os que se deslocam de veículos automotores, mostrando também maior acessibilidade ao deslocamento para visitação das áreas livres.

Tabela 7: Relação entre frequência de utilização das áreas livres e renda familiar

Costuma frequentar habitualmente áreas livres ?	RENDA FAMILIAR	
	ACIMA DE 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	ATÉ 3 SÁRIOS MÍNIMOS
Não	44%	54%
Sim	56%	46%
Total Geral	100%	100%

Fonte: O autor

Pode-se concluir, portanto, que a distância de uma praça ou parque urbano tem grande influência na visitação da população a essas áreas livres; quanto maior a distância, menor é o percentual de visitação. O percentual de frequência habitual dessas áreas não se diferenciou, significativamente, da não frequência desses espaços. A relação entre frequência e faixa etária também se mostrou interessante; enquanto os adultos (que possuem mais horas trabalhadas) costumam frequentar mais as áreas livres, principalmente para a prática de exercícios e descanso, a faixa dos adolescentes se mostrou menos assídua na visitação desses espaços. Em relação aos usos, foram identificados principalmente os relacionados ao lazer e à prática de exercícios.

Assim, praças e parques urbanos são importantes para a dinâmica do ambiente urbano, principalmente para utilização da população quando propicia o contato com o “verde” urbano. Como evidenciado nas seções anteriores, as praças e parques urbanos são comumente relacionados a áreas verdes, porém, grande parte não atende os pré-requisitos para ser considerado com uma área verde. Na próxima seção, poderemos visualizar quais praças e parques da cidade de Dourados atendem os pré-requisitos para serem consideradas, como o conceito adotado pelo presente trabalho, área verde pública urbana.

5 CLASSIFICAÇÃO DO USO DE SOLO DAS PRAÇAS E PARQUES URBANOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS DA CIDADE DE DOURADOS

Um dos principais indicadores de qualidade ambiental urbana é, portanto, o Índice de Áreas Verdes (IAV). O principal intuito da implementação desse índice é a mensuração de quantidade de área verde (em m²) disponível por habitante dentro de um município.

A OMS adota parâmetros específicos para a determinação da qualidade ambiental. Um desses parâmetros é a análise quantitativa de áreas verdes disponíveis para cada habitante de determinada localidade, medido pelo índice de áreas verdes — doravante, IAV. (RAMOS; NUNES; SANTOS, 2020 p. 88-89)

“Estudar a qualidade ambiental e a qualidade de vida dos habitantes, por meio dos índices de áreas verdes, constitui um importante instrumento de análise das condições socioambientais de uma população de um determinado local” (SILVA, 2014, p. 5). Pode-se assim identificar quais os indicadores estão incluídos nessa relação.

[...] Em termos gerais, o IAV é aquele que denota a quantidade de espaços livres de uso público, em km² (quilômetro quadrado) ou m² (metro quadrado) dividido pela quantidade de habitantes de uma cidade. Assim, entende-se por índice de área verde por habitante a relação matemática existente entre o número de habitantes e o total em metros quadrados de áreas verdes, de uma cidade ou de partes dela. (TOLEDO; MAZEI; SANTOS, 2009, p. 91)

Bargos e Matias (2011, p. 175) evidenciam que muitas vezes a errônea definição e os diferentes entendimentos acerca do tema áreas verdes trazem o emprego de diferentes metodologias para o cálculo de IAV dos municípios. “Além disso, sabe-se que muitas administrações aumentam seus índices colocando todo espaço não construído como área verde e/ou até consideram a projeção das copas das árvores sobre as calçadas” (TOLEDO; MAZEI; SANTOS, 2009, p. 91).

Nucci (2001, p. 30) contextualiza que, para a execução do cálculo do índice de áreas verdes, devem ser consideradas as áreas verdes localizadas no perímetro urbano do município, e categorizadas como espaços públicos (praças e parques urbanos), áreas verdes particulares, ou ainda que não estão na categoria de espaços

públicos, as quais não seriam adequadas, pois não são de acesso e uso de toda a população do município.

Ademais, podemos concluir que os benefícios resultantes da presença dos espaços verdes em uma cidade estão diretamente relacionados com a quantidade, a qualidade e o sistema de distribuição destes dentro da malha urbana. Quanto maior a densidade demográfica em seus bairros, indubitavelmente, maior será a necessidade da presença de espaços verdes para a obtenção de um IAV/HAB favorável à melhoria da qualidade de vida da população. (RAMOS; NUNES; SANTOS, 2020, p. 99)

Para ser considerada uma área verde, a área livre precisa atender a critérios que a diferenciam das outras áreas livres, principalmente por trazer a presença do “verde”. Nos itens posteriores poderemos visualizar quais das áreas livres da cidade de Dourados atendem esses critérios, e como a cidade de Dourados está perante o índice de áreas verdes dentro das áreas livres.

5.1 CLASSIFICAÇÃO DO USO DO SOLO DAS PRAÇAS E PARQUES URBANOS DE DOURADOS E ÍNDICE DE ÁREAS VERDES EM ÁREAS LIVRES

Para realização da classificação das Áreas Verdes Urbanas Públicas da cidade de Dourados (MS), houve a necessidade de classificação dos espaços públicos para identificação e classificação do uso do solo nessas áreas públicas. Portanto, para a realização dessa classificação das áreas públicas, inicialmente em áreas verdes, utilizou-se os conceitos e metodologia evidenciados por Oliveira (1996) e corroborados por Bargos e Matias (2011). Assim, classifica-se como áreas verdes urbanas as áreas do perímetro urbano da cidade que apresentarem um percentual maior que 70% de área não impermeabilizada (com laje e/ou construção). Adotou-se, para a presente dissertação, duas classificações principais que estão presentes dentro das praças e parques urbanos da cidade, sendo elas, áreas edificadas e as áreas verdes (sendo esta a soma em m² das classificações de solo exposto, vegetação rasteira, vegetação arbórea e lagos). Para cada classificação presentes nas praças e parques urbanos, foram quantificadas em metros quadrados (m²), e podem ser vislumbrados na tabela.

Tabela 8: Classificação (em metros quadrados) dos espaços públicos de Dourados

Área Livres	Área Edificada		Área Verde				Área Verde Urbana Pública	
			Lago	Vegetação Arbórea	Vegetação Rasteira	Solo Exposto	Área Verde (Vegetação Arbórea + Vegetação Rasteira + Solo Exposto + Lago)	
							m ²	m ²
CEPER I ° Plano	4350	44%	0	2956	2489	0	5445	56%
CEPER II° Plano	5963	46%	0	3229	3685	0	6914	54%
CEPER III° Plano	3826	30%	0	3490	5293	0	8783	70%
CEPER IV ° Plano	5455	19%	0	14723	9092	0	23815	81%
Parque Ambiental Rego d'Água	10554	7%	20140	18038	53833	26673	118684	92%
Parque Antenor Martins	25984	9%	50411	37980	116687	4379	209457	89%
Parque Arnulpho Fioravanti	16664	3%	100393	191266	177857	60331	529846	97%
Parque do Ipês	11746	58%	0	6084	2549	0	8633	42%
Parque Victélio Pellegrin	977	1%	0	56152	45809	32923	134884	99%
Praça Alfredo Uhde	2684	79%	0	577	119	0	696	21%
Praça Altos da Boa Vista	4972	63%	0	281	2617	0	2898	37%
Praça Antônio Alves Duarte	3814	38%	0	3797	2322	0	6119	62%
Praça Antônio João	8918	61%	276	2742	2329	0	5348	37%
Praça Antônio Pontes Amarilha	739	86%	0	115	0	0	115	14%
Praça Cristhais	5839	64%	0	3350	0	0	3350	36%
Praça da Imigração Japonesa	494	66%	0	249	0	0	249	34%
Praça da Juventude	1585	33%	0	1089	2072	0	3161	67% ²
Praça do Cinquentenário	1684	12%	0	5223	6601	0	11824	88%
Praça do Parque Alvorada	7975	39%	0	4449	7737	327	12513	61%
Praça Feliciano Vieira Benedeti	5570	62%	0	230	3237	0	3467	38%
Praça José Guerreiro	2504	37%	0	1550	2684	0	4234	63%
Praça Norton Wentura Saldivar	468	42%	0	335	305	0	640	58%
Praça Pedro Rigotti	1067	47%	0	625	568	0	1193	53%
Praça Prefeito Ari Valdecir Artuzi	2399	56%	0	804	1066	0	1870	44%
Praça República Paraguaia	3156	42%	0	4411	0	0	4411	58%
Praça Rui Gomes	2684	79%	0	119	577	0	696	21%
Praça Terêncio Rumia	618	92%	0	57	0	0	57	8%
Praça Zeca Fernandes	32	2%	0	1518	308	0	1826	98%

Fonte: O autor

Acima de 70% de vegetação na área 

2 – A praça da Juventude apresentou menos de 70% de área não impermeabilizada nas amostragens realizadas, porém foi destacada nessa categoria por apresentar valor dentro da margem de erro de 5% apresentada pela metodologia aplicada.

2 – A praça da Juventude apresentou menos de 70% de área não impermeabilizada nas amostragens realizadas, porém foi destacada nessa categoria por apresentar valor dentro da margem de erro de 5% apresentada pela metodologia aplicada.

Com base na metodologia aplicada pelos autores, Bargas e Matias (2011), Guzzo, Carneiro e Júnior (2006) e Cavalheiro et al. (1999), uma das variáveis importantes para considerar uma área pública como área verde é o percentual de área não impermeabilizada presente; sendo assim, a área pública deve ter mais de 70% da área com ausência de impermeabilização. De todas as praças e parques urbanos da cidade de Dourados, apenas 9 atendem os 70% (considerando 5% da margem de erro da ferramenta aplicada) de área não impermeabilizada, sendo elas: CEPER III Plano, CEPER IV Plano, Parque Ambiental Rego d'Água, Parque Antenor Martins, Parque Arnulpho Fioravanti, Parque Victélio Pellegrin, Praça da Juventude, Praça do Cinquentenário e a Praça Zeca Fernandes.

Após o cálculo, em metros quadrados de áreas verdes, obteve-se o valor aproximado de 1.036.343 metros quadrados de área permeável nas praças e parques urbanos da cidade de Dourados. Ao realizar a equação do índice de áreas verdes, utilizou-se a estimativa populacional do IBGE, de 227.990 habitantes para o ano de 2021; na implementação da equação do Índice de áreas verdes, obteve-se o valor de aproximadamente 4,54 m²/habitante de áreas verdes presentes em áreas públicas da cidade, índice bem abaixo dos 12 a 15 m²/habitantes, que é o recomendado pela OMS e por estudiosos das áreas.

O baixo índice de áreas verdes no perímetro urbano é um indicador que evidencia a precariedade da qualidade ambiental urbana da cidade de Dourados. Essa baixa qualidade ambiental urbana tem reflexos em outros diversos fatores, que estão interligados na obtenção da qualidade de vida da população. Revela também a necessidade de implementação de políticas que visem à manutenção e ampliação das áreas verdes públicas e de qualidade, dentro do perímetro urbano.

Muitas praças do município apresentaram presença de vegetação em sua estrutura, e a grande maioria conta com pequenos resquícios de verde. No site da Prefeitura Municipal de Dourados (2020), ao realizar pesquisas relacionadas ao tema de áreas verdes, somos direcionados a uma página que cataloga essas áreas dentro da cidade; perante o site, todas as praças e parques urbanos estão elencados como áreas verdes, inclusive alguns canteiros e rotatórias presentes no perímetro urbano. Grande parte dessas áreas estão antropizadas e com ausência de um contingente representativo de vegetação, não conseguindo desempenhar o importantíssimo papel desses espaços no alcance da qualidade ambiental urbana.

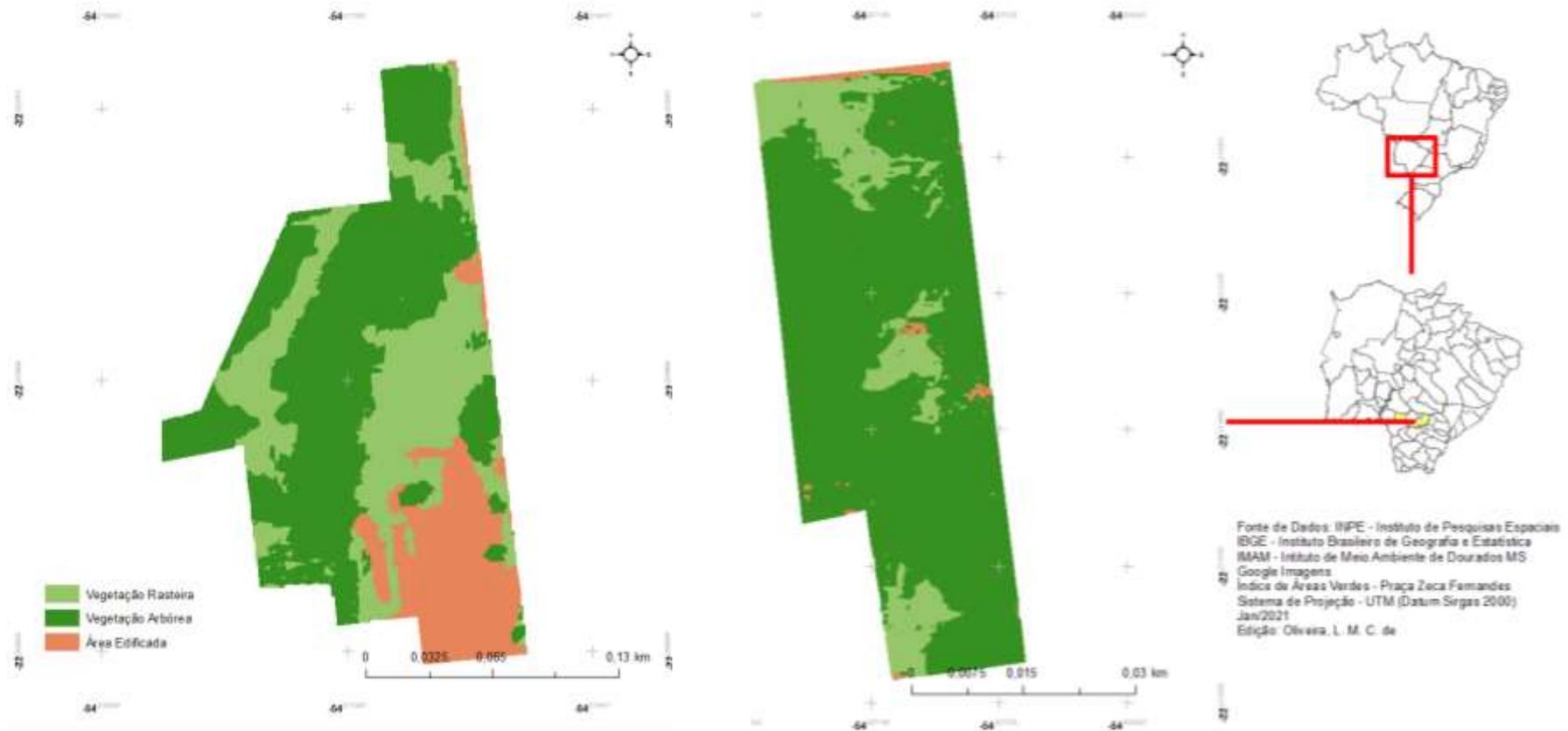
Ao darmos evidência para as praças e parques urbanos que se encaixam na categoria de percentual de área não impermeabilizada, com base em Oliveira (1996), Bargas e Matias (2011), Guzzo, Carneiro e Júnior (2006) e Cavalheiro et al. (1999), verificamos que as praças que se destacam, por ter 70% de sua área não impermeabilizadas, respectivamente, são o CEPER IV Plano e a Praça Zeca Fernandes (Mapa 10).

De forma mais expressiva, no que diz respeito ao percentual de áreas não impermeabilizadas, os parques da cidade destacam-se, representando cerca de 97% das áreas verdes presentes nas áreas livres do perímetro urbano. Porém, mesmo sendo representativos no que diz respeito às áreas verdes da cidade, grande parte desses parques urbanos estão esquecidos pelo poder público. A exemplo disso temos o parque Arnulpho Fioravanti (mapa 11), onde aproximadamente 67% do parque é composto por vegetação (rasteira e arbórea), representando aproximadamente 57% do contingente de áreas verdes urbanas públicas da cidade; porém, esse espaço encontra-se degradado. Assim com evidencia Araújo (2019, p. 91), a falta de manutenção desse parque, conjuntamente com a falta de interesses da sociedade e a configuração espacial que se desenvolveu ao seu entorno (com a presença de grandes centros comerciais), auxiliou no péssimo estado de conservação. Este último é um fator ainda mais relevante para a ausência de interesses em desenvolvimento de relações sociais em seu âmbito.

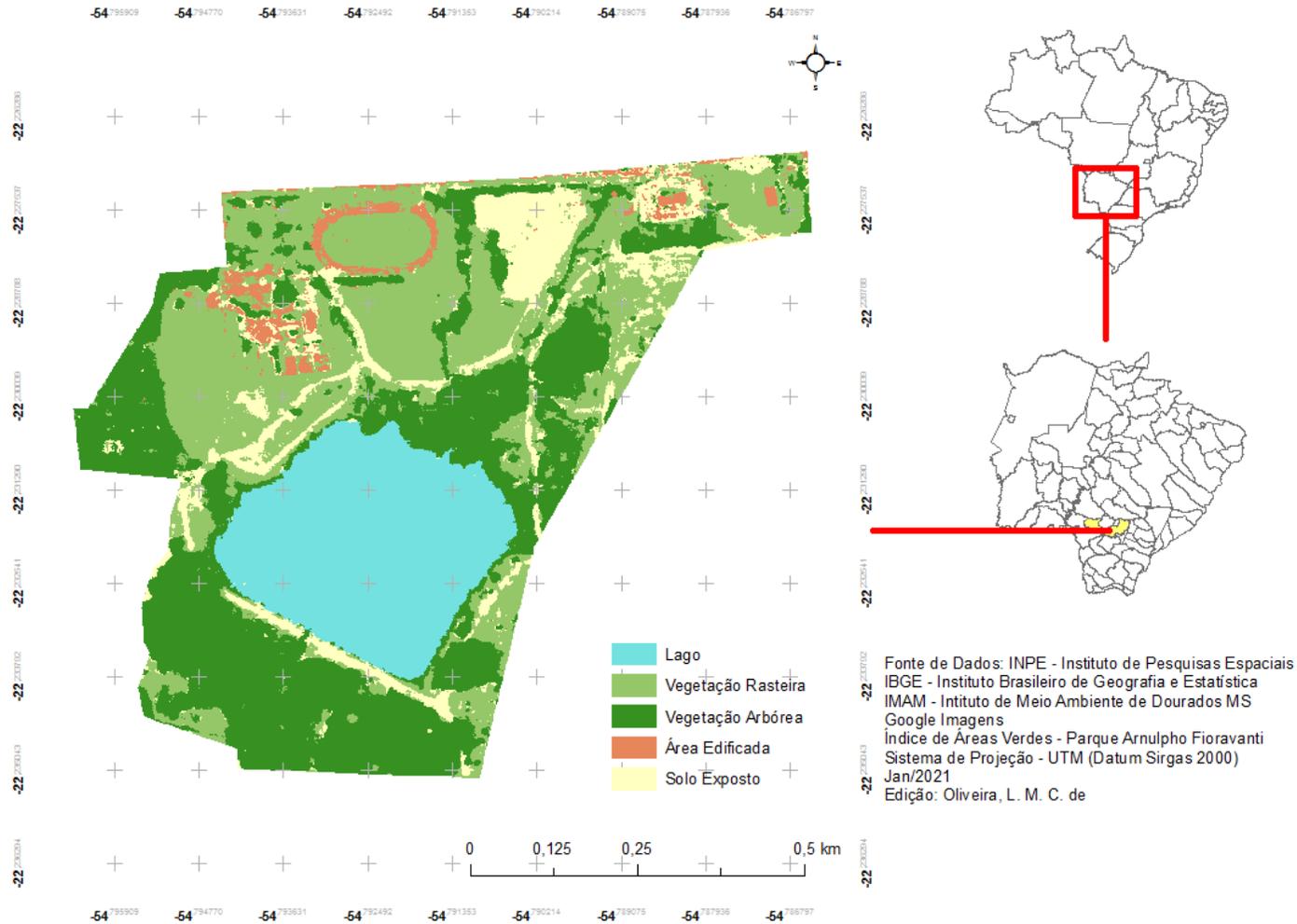
Suas nascentes encontram-se todas impactadas, com grande acúmulo de lixo, deposição de esgoto, espécies invasoras e ausência de matas ciliares. Nas condições em que se encontra a área não atende as funções básicas que é de servir para melhoria da qualidade de vida no ambiente urbano e da conservação da biodiversidade local. (MATSUMOTO et al., 2012, p. 59)

Outro parque é o Parque Antenor Martins, que mais se destaca na área urbana da cidade, representando cerca de 20% do total de áreas verdes públicas da cidade de Dourados. “O Parque Antenor Martins foi implantado em área de nascente com o intuito de preservá-la e, ainda, possibilitar a implantação de uma área de lazer” (MALLMANN, 2019 p. 11). “A gama de equipamentos e seu fácil acesso, faz do Parque Antenor Martins um dos parques urbanos mais utilizados pela população douradense” (ARAÚJO; 2019, p. 93). Dentro desse parque, também conhecido como Parque do Lago, as áreas verdes correspondem a 62% da área (Mapa 12).

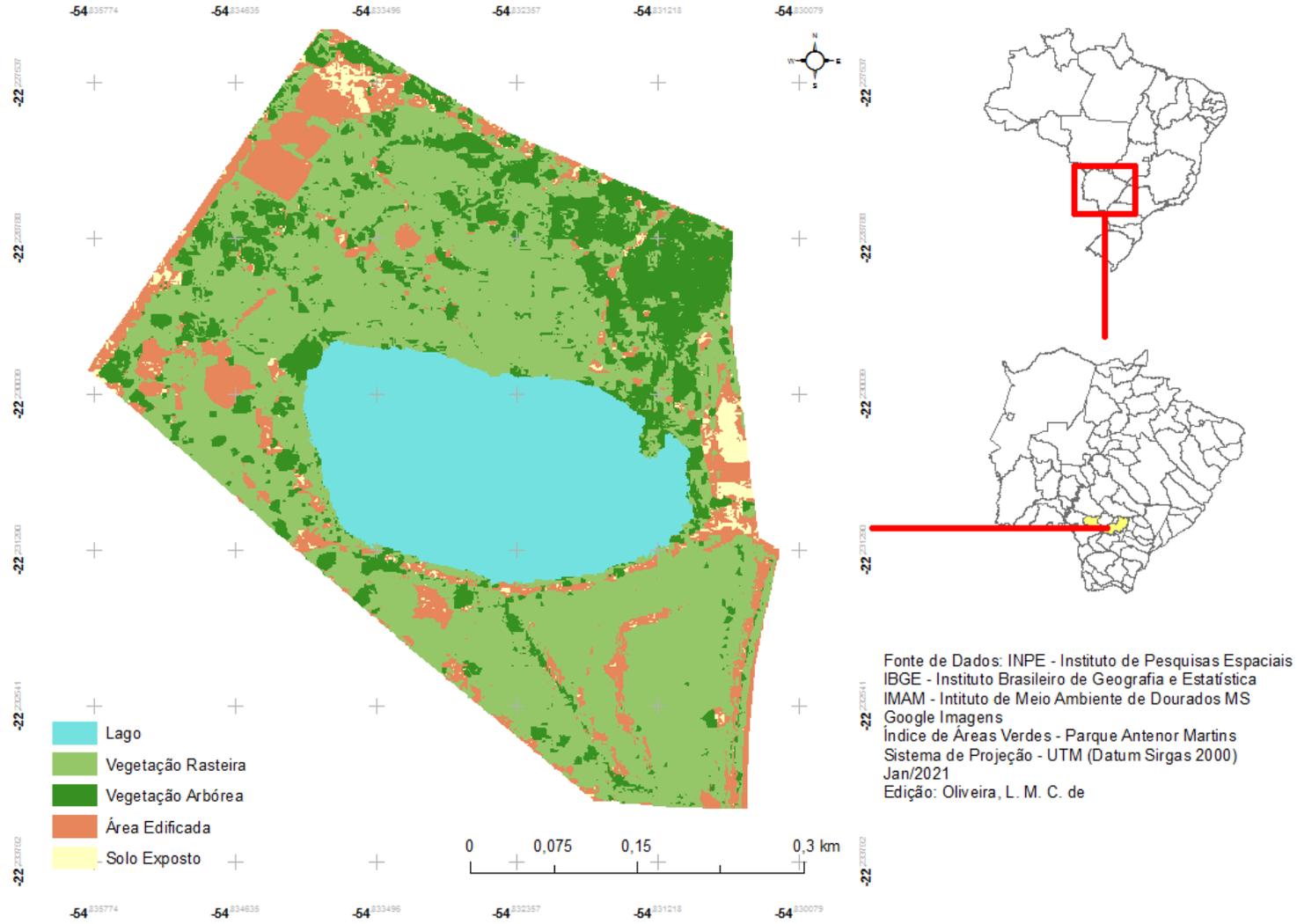
Mapa 10: Classificação do uso do solo do CEPER IV Plano e da Praça Zeca Fernandes em janeiro de 2021



Mapa 11: Classificação do uso do solo do Parque Arnulpho Fioravanti em janeiro de 2021



Mapa 12: Classificação do uso do solo do Parque Antenor Martins em janeiro de 2021



Está localizado no bairro Jardim Flórida, região de bastante densidade populacional, e é muito utilizado pelos moradores do entorno. A utilização pela população do município em geral, se dá especialmente em ocasiões festivas, quando o parque sedia grandes eventos tradicionais na cidade, como, por exemplo, a “Festa do Peixe” durante a semana santa e o “Verão Dourados”. Recebe pouca manutenção de infra-estrutura e por isso, seus equipamentos estão bastante deteriorados. (LUNAS; RIBAS; MARIA, 2013, p. 36)

O terceiro parque urbano com maior contingente de áreas verdes da cidade é o Parque Victélio Pelegrin, que abarca cerca de 13% das áreas verdes públicas (Mapa 13). É o parque com data de criação mais recente (com início das construções em 2011), e o menos conhecido pela população, por isso ainda são escassos os estudos acadêmicos relacionados ao parque.

Criado com o objetivo de proteger uma área ambiental, este parque urbano possui uma área de preservação, porém, em seu acesso principal a vegetação arbórea é escassa e sua infraestrutura, que já era pouca, não apresenta condição de uso. (ARAÚJO, 2019, p. 95)

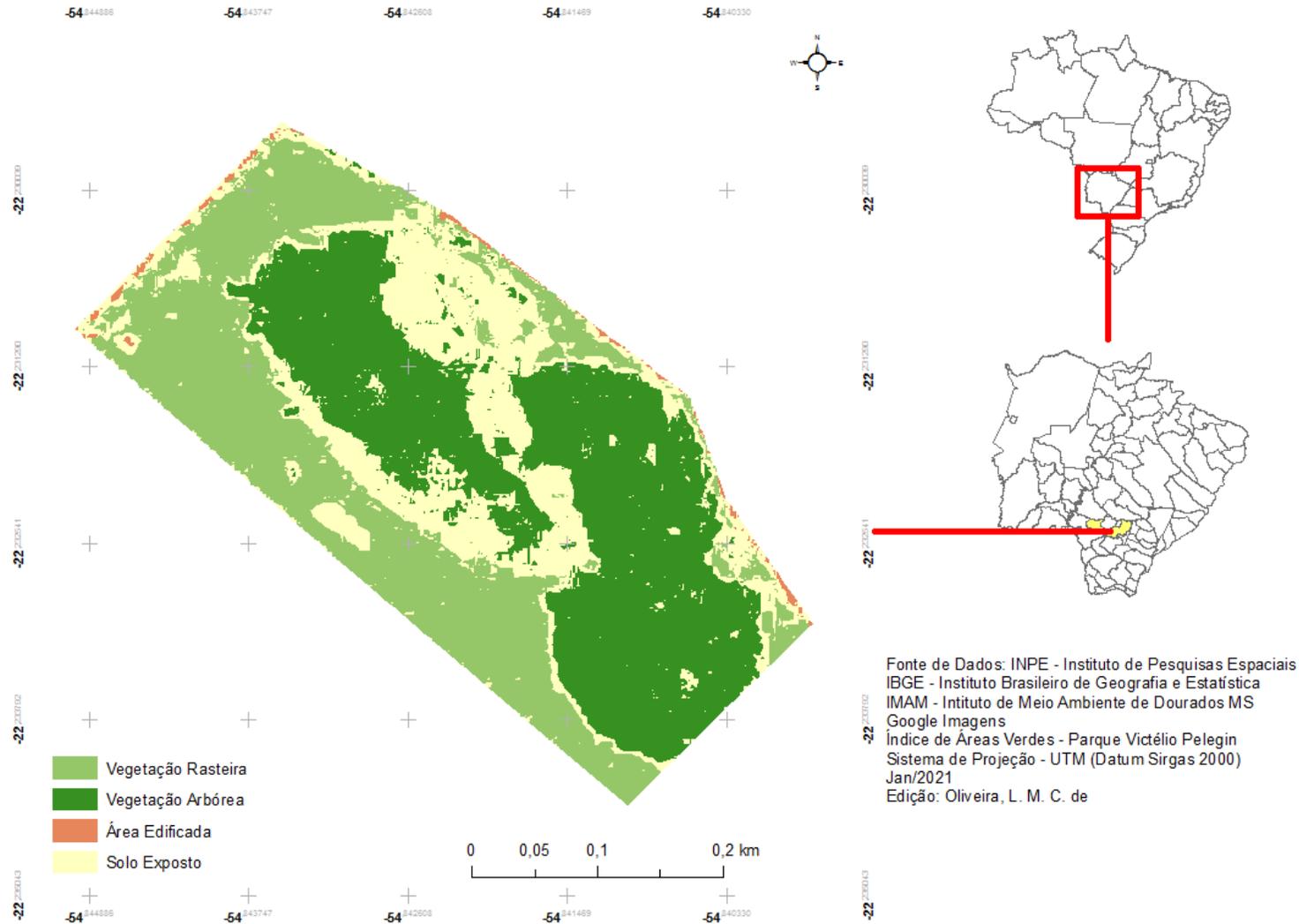
O Parque Ambiental Rego D’Água, que está localizado no maior bairro da cidade, o Água Boa, também se destaca em relação às áreas verdes. Pela análise da presente dissertação, esse parque representa cerca de 8% das áreas verdes em espaços públicos da cidade de Dourados (Mapa 14).

A partir da análise dos parques urbanos, observou que atualmente o poder público municipal está canalizando seus esforços para criar uma maior apropriação do Parque Rego D’Água pela população. Para isto, a Prefeitura Municipal de Dourados vem realizando uma maior manutenção, comparado aos outros parques, e transferindo grandes eventos da cidade para o local, como a Festa do Peixe que anteriormente acontecia no Parque Antenor Martins. (ARAÚJO, 2019, p. 93)

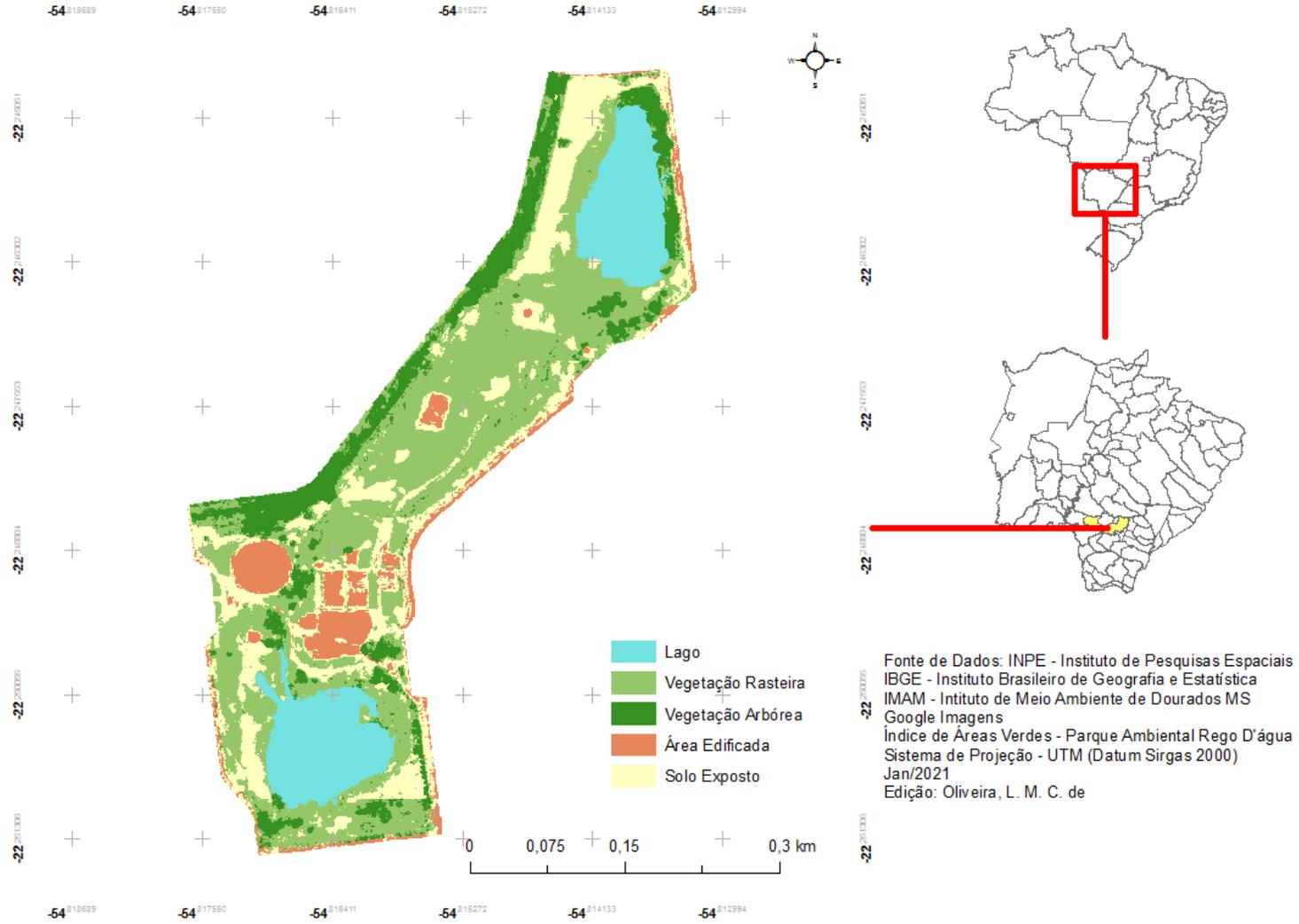
Esse parque urbano é o mais bem estruturado da cidade, com infraestrutura para prática de esportes e também para atividades festivas e culturais.

Apesar de toda a infraestrutura empregada, o local apresenta uma escassa arborização que acarreta na diminuição do uso em determinados períodos do dia, além de fazer a população buscar alternativas para conseguir permanecer no parque. (ARAÚJO, 2019, p. 93)

Mapa 13: Classificação do uso do solo do Parque Victélio Pelegrin em janeiro de 2021



Mapa 14: Classificação do uso do solo do Parque Ambiental Rego D'água em janeiro de 2021



A praça do Cinquentenário também obteve percentual acima de 70% de área não impermeabilizada (mapa 15). Essa praça está localizada na avenida Marcelino Pires, na porção leste da cidade e atualmente encontra-se muito depreciada.

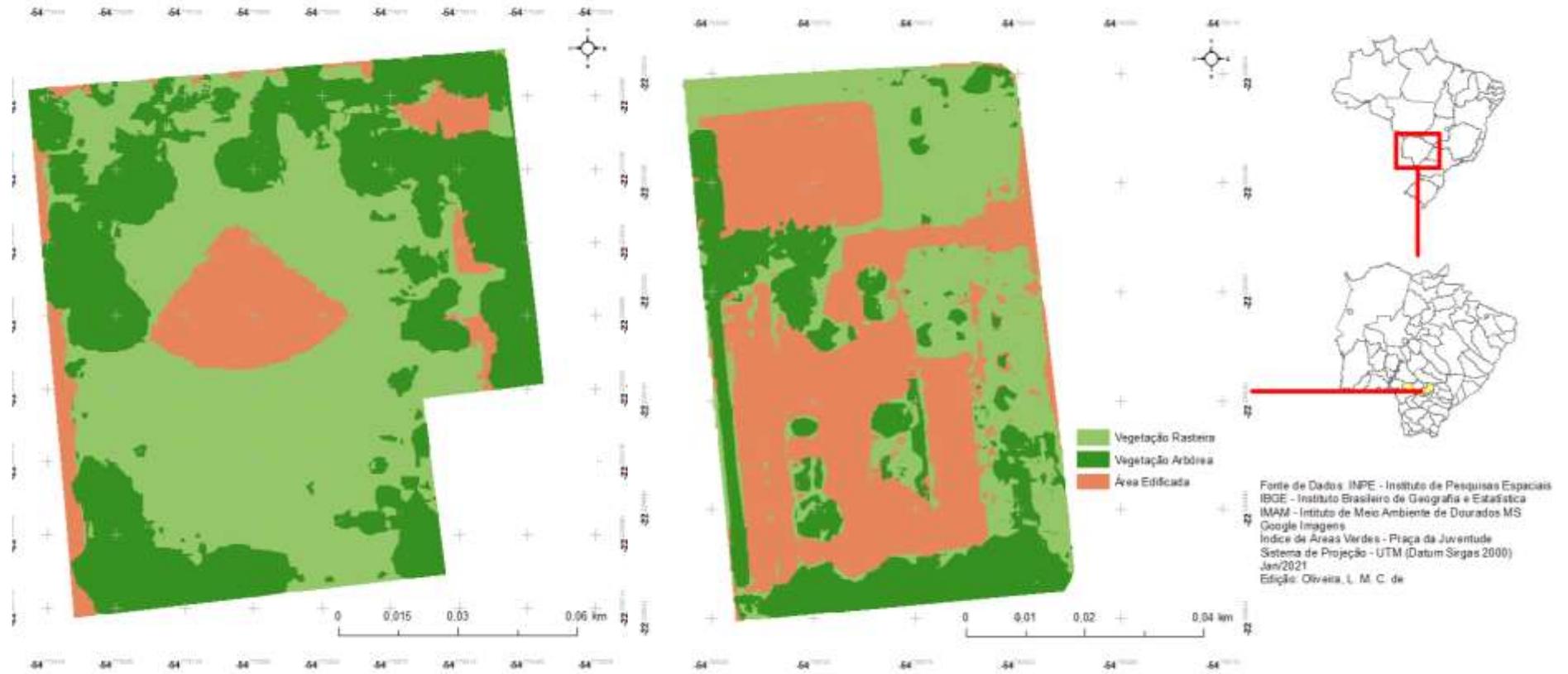
Atualmente, a Praça do Cinquentenário não consegue exercer sua principal função, os banheiros estão impossibilitados de uso, a biblioteca foi isolada da praça e apenas a concha acústica permanece apta para utilização, apesar de sua estrutura para suporte estar em condição ruim de uso. (ARAÚJO, 2019, p. 75)

A praça da Juventude (mapa 15) e o CEPER III Plano (mapa 16) ficaram dentro da margem de erro da metodologia aplicada para classificação de uso do solo. A praça da juventude localiza-se na porção sul da cidade e:

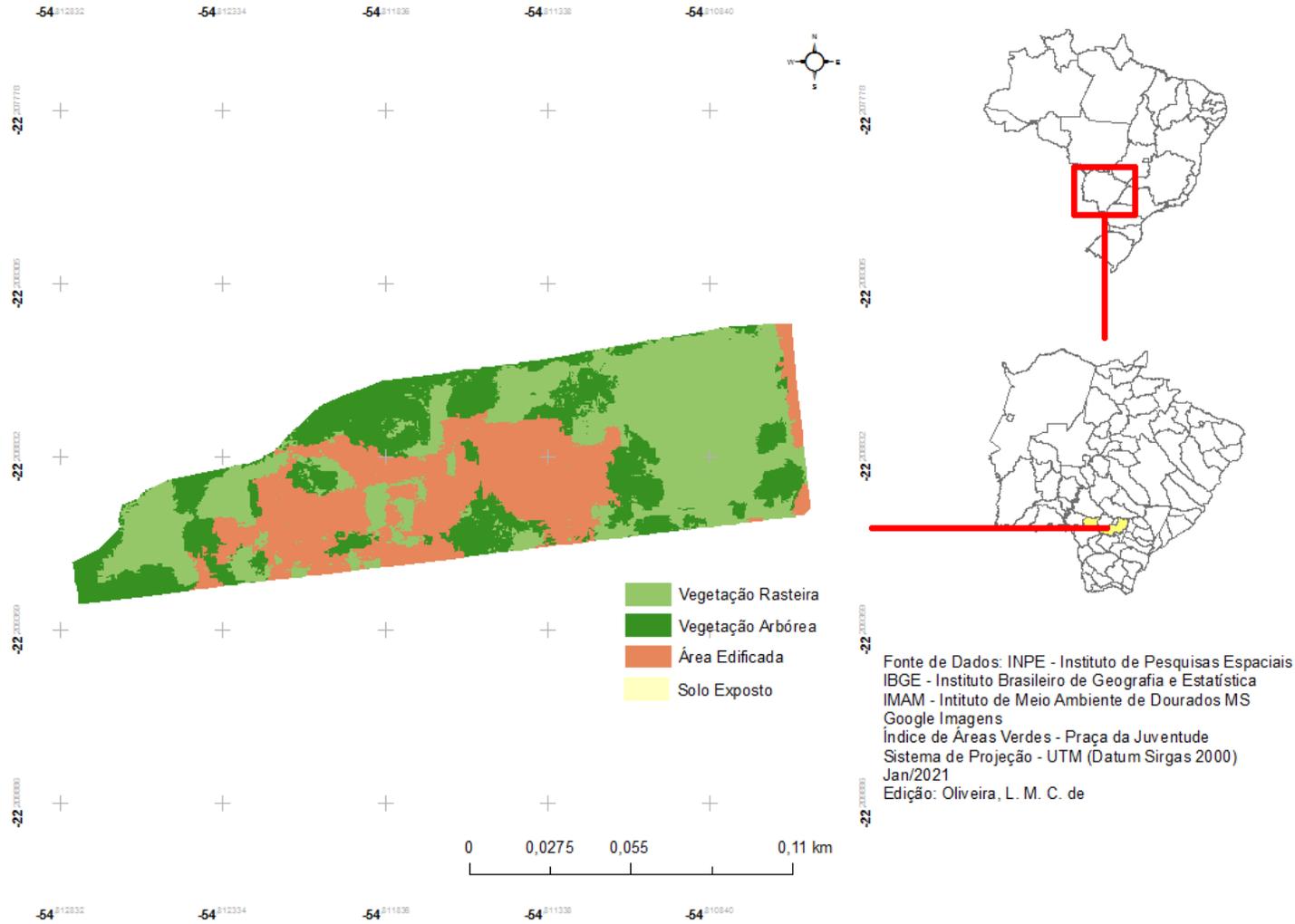
Por estar subordinada a gestão do CRAS, a praça apresenta peculiaridades em relação ao seu horário de funcionamento, sendo o acesso ao público restrito aos horários determinado pela prefeitura municipal. Apesar disso, por ser a única área pública da porção sudeste da cidade, a Praça da Juventude é bastante utilizada pelos moradores, além de atender, principalmente aos finais de semana, uma grande quantidade de usuários de bairros adjacentes. (ARAÚJO, 2019, p. 81)

Já o CEPER III Plano localiza-se na porção norte da cidade, tendo infraestrutura voltada à prática de esportes, em grande parte depreciada e com falta de manutenção. “Contudo, a infraestrutura que não compete a parte da escola de judô e aos escoteiros, fica a par do poder público e encontra-se sem manutenção adequada, provocando um esvaziamento do local” (ARAÚJO, 2019, p. 72).

Mapa 15: Classificação do uso do solo da Praça do Cinquentenário e da Praça da Juventude em janeiro de 2021



Mapa 16: Classificação do uso do solo do CEPER III Plano em janeiro de 2021

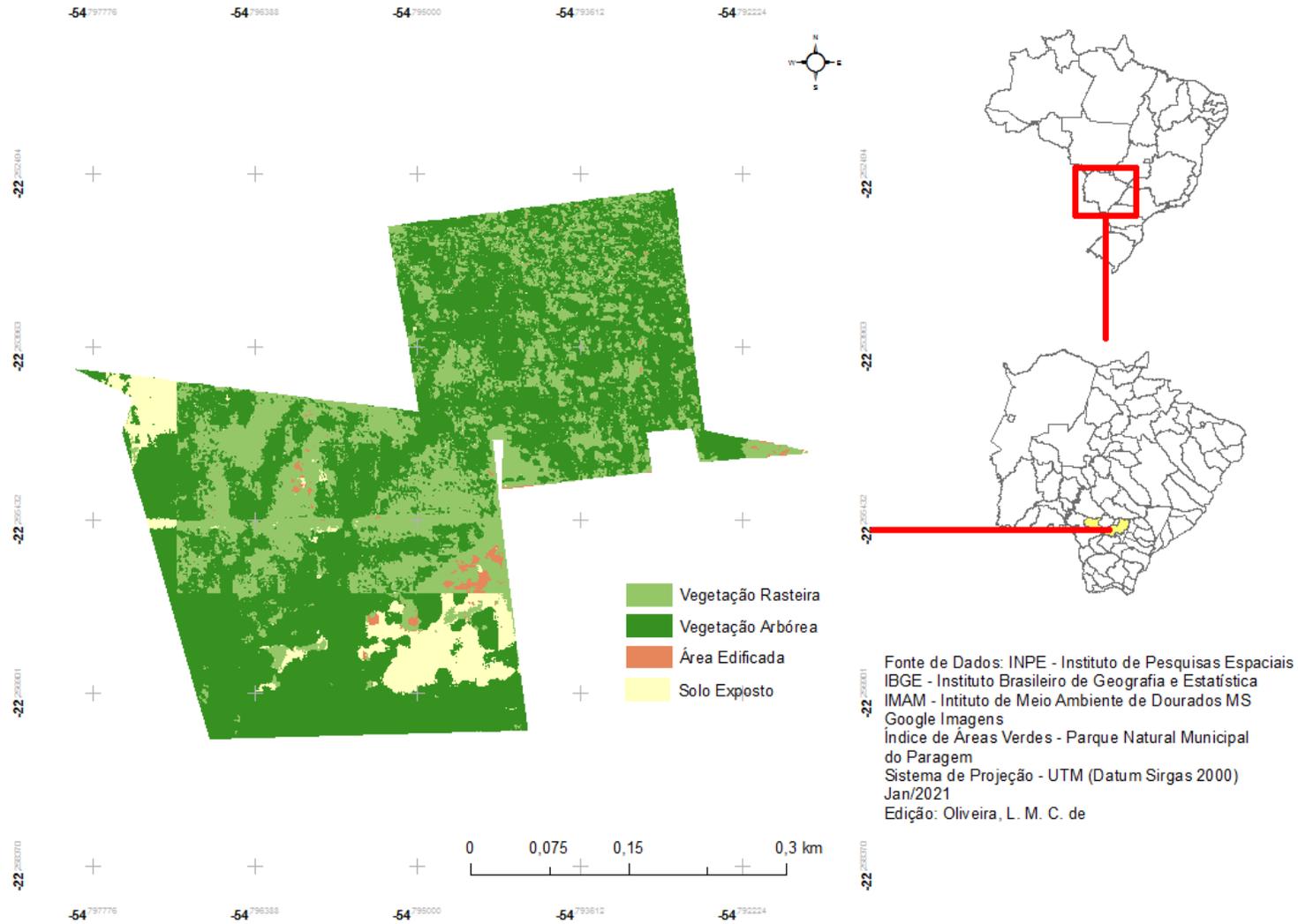


Ainda em fase de implantação, a cidade conta com o Parque Natural Municipal do Paragem. O parque foi criado pela Lei nº 3.009, de 22 de novembro de 2007, com área de 157.269,64 m², localiza-se na área sudoeste do perímetro urbano. O espaço não foi contabilizado nas áreas livres estudadas desse trabalho, pois ainda não conta com uma infraestrutura que contemple a visitação da população.

A unidade abriga nascentes e possui um trecho do córrego paragem em seu terreno. Além do reflorestamento que já está sendo feito são previstas a criação de um laboratório com herbário e insetário, museu, trilhas ecológicas e um centro de educação ambiental. Esta área é um dos poucos conjuntos de áreas verdes dentro do perímetro urbano da cidade de Dourados, compondo com o fundo de vale do Córrego Paragem, que inclui redutos florestais da Mata Atlântica, mata ciliar e mata de galeria, áreas aluviais de banhado, embora há muitos anos drenadas por diques e valetas. Apesar de seu histórico de perturbações, é ainda detentora de uma certa biodiversidade vegetal e animal. Apresenta ambientes fragmentados, que variam em função do gradiente edáfico e altitudinal, da proximidade de suas áreas aluviais, afloramentos rochosos e interferências antrópicas. (IMAD/UFGD, 2007, p. 16)

Atualmente o parque encontra-se na fase de implantação, denominada de fase 3 (Figura 7). Segundo o anteprojeto e o plano de manejo do parque, o mesmo contará com áreas de receptivo, administrativo, auditório, calçadas, iluminação, bancos, lixeiras e trilhas educativas. Quando finalizado, contribuirá grandemente para o contingente de áreas verdes da cidade. Atualmente, a grande maioria da área é de áreas verdes (mapa 17), contabilizando aproximadamente 90% da área de delimitação do parque urbanos. Com a implantação da fase 3 do projeto, o parque estará disponível para a utilização do público. Lembrando que esse parque não foi contabilizado nas áreas verdes, pois ainda está na fase de implantação na cidade, precisando ainda se adequar às condições de usabilidade da população.

Mapa 17: Classificação do uso do solo do Parque Natural Municipal do Paragem em janeiro de 2021



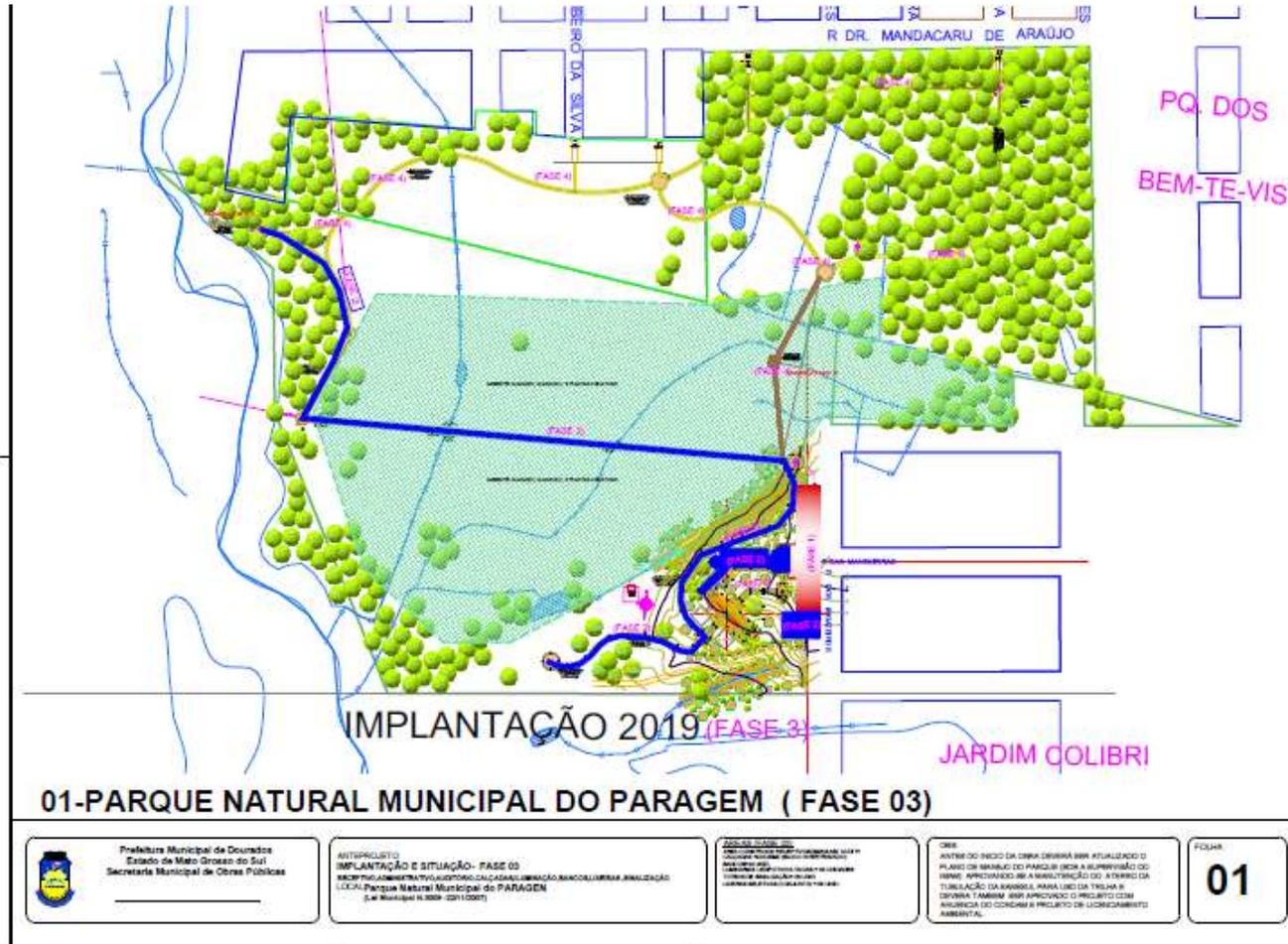


Figura 7: Implantação e situação fase 3 - anteprojeto Parque Natural Municipal do Paragem
Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados (2019)

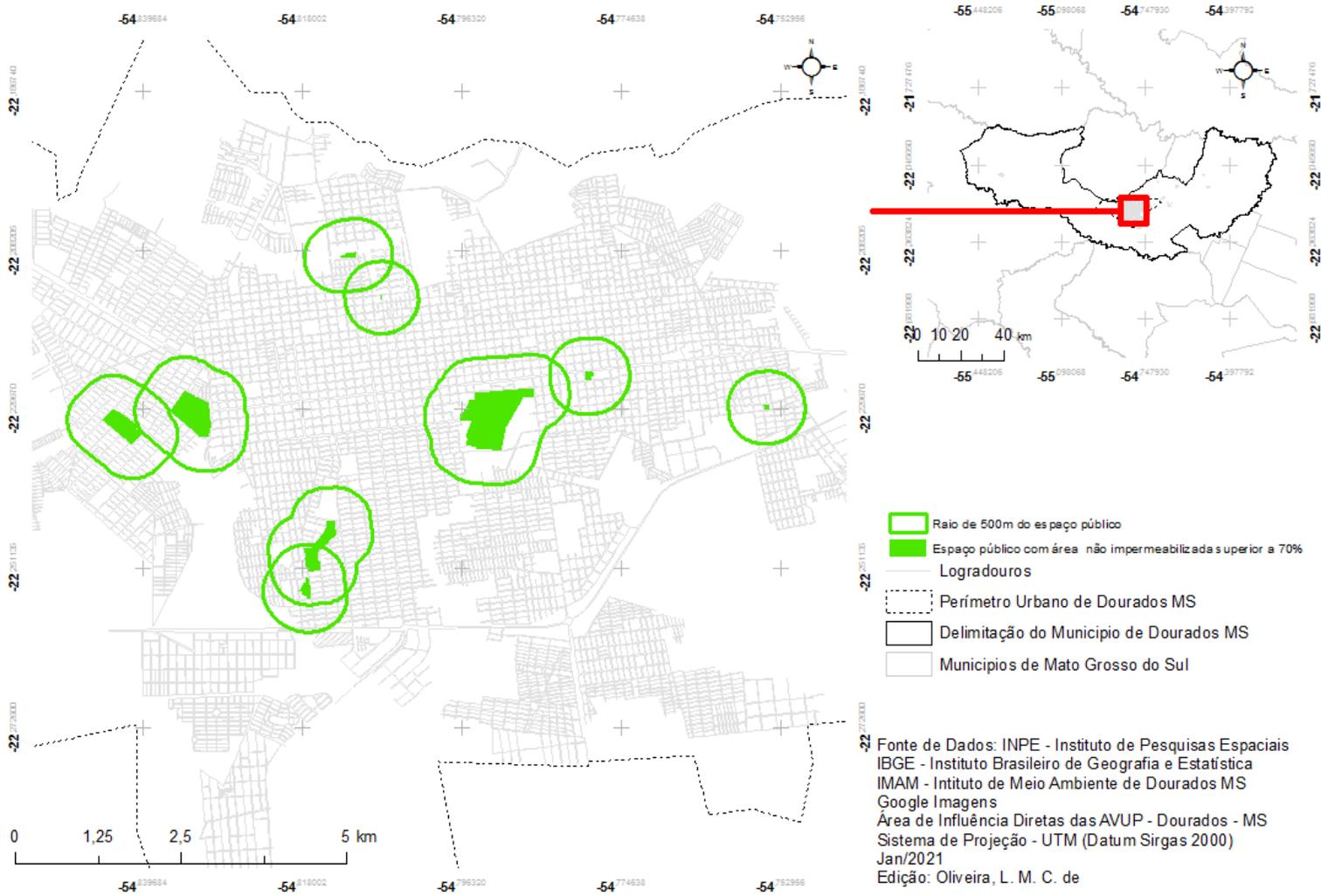
O plano de manejo proposto para o Parque Natural Municipal do Paragem contempla 5 programas e 17 subprogramas de manejo interdependentes. Entre os programas prioritários estão o de Operacionalização e de Conhecimento e Pesquisa, que dão suporte a todos os outros programas, sendo fundamentais para alcançar os objetivos específicos de manejo do Parque Natural Municipal do Paragem. Todos os demais programas, de Uso Público, de Integração com o Entorno e de Manejo do Meio Ambiente, necessitam das informações e suporte dos dois primeiros e podem ser implementados mais lentamente, embora a situação ideal é um cronograma de implementação em que o intervalo para implementação dos Programas de Manejo seja relativamente curto. (IMAD/UFGD, 2007, p. 100-101)

A cidade de Dourados possui então um baixo percentual de áreas livres que atendem o pré-requisito de 70% de área não impermeabilizada. Das 28 áreas livres presentes na cidade de Dourados, apenas 9 (32,15%) atendem esse critério. Além disso, grande parte delas apresentam infraestrutura ineficiente, principalmente pela falta de manutenção, e acabam não atendendo os outros critérios para ser considerada com uma AVUP, o que será evidenciado no próximo item da dissertação.

5.2 IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS NA CIDADE DE DOURADOS

No item anterior pudemos visualizar as praças e parques urbanos que possuem mais de 70% de sua área composta por áreas verdes. Quando levamos em consideração a abrangência dessas áreas, perante à malha urbana, pode-se verificar que grande parte da cidade está desassistida de áreas verdes, já que, ao traçarmos um raio de 500 metros das praças e parques urbanos, que são considerados com percentual de área não impermeabilizada, pode-se verificar que as regiões mais centrais da cidade, e as extremidades do perímetro urbano (a nordeste, sudeste, sudoeste e noroeste) não são contempladas com a proximidade de uma área verde (mapa 18).

Mapa 18: Área de influência direta das áreas livres com área não impermeabilizada superior a 70%



Outra variável a ser atendida, para que as áreas livres sejam consideradas como áreas verdes urbanas públicas, seguindo o conceito descrito com base em Oliveira (1996), Cavalheiro et al. (1999), Guzzo, Carneiro e Júnior (2006) e Bargas e Matias (2011), é de que a área livre deve, além de conter mais de 70% da área não impermeabilizada, sobre tudo cumprir com suas funções sociais, tendo assim uma infraestrutura adequada para atender a população.

Quando levamos em consideração o trabalho de Araújo (2019), já apresentado anteriormente, que avaliou qualitativamente as praças e parques urbanos da cidade de Dourados, podemos verificar a classificação de cada uma das áreas avaliadas. Na metodologia implementada pela autora, considerando os parâmetros de mobiliário urbano, acesso, lazer, esporte, atrativos paisagísticos e monumentais e vegetação, atribuiu-se notas de 0 a 4 para os critérios estabelecidos; na compilação final dos resultados, a autora insere um peso 2 para as áreas que são avaliadas com a presença de vegetação. Após a compilação dos dados as áreas teriam a possibilidade de atingir a nota de 100 pontos, onde a classificação das áreas variava através da somatória dos pontos inseridos para cada critério. A classificação utilizada pela autora, se estabeleceu da seguinte forma: de 0 a 12.5 pontos classificado com péssimo; de 12.5 a 37.5 pontos classificado como ruim; de 37.5 a 62.5 pontos considerado como regular; de 62.5 a 87.5 pontos classificado como bom; e de 87.5 a 100 pontos considerado como ótimo.

Para os espaços públicos que atenderam à variável de área não impermeabilizada, no presente estudo, foram considerados por Araújo (2019) em sua grande maioria como ruins. O CEPER III Plano obteve 37 pontos, sendo considerado qualitativamente como ruim: “a infraestrutura que não compete a parte da escola de judô e aos escoteiros, fica a par do poder público e encontra-se sem manutenção adequada, provocando um esvaziamento do local” (ARAÚJO, 2019, p. 73). A praça Zeca Fernandes, apesar de uma grande área verde presente, teve uma nota de 11,5 pontos, considerado qualitativamente como péssimo, pois trata-se um local com um grande déficit de estrutura: “[...] atualmente não possui nenhum equipamento, apenas postes de luz para garantir a segurança da população” (ARAÚJO, 2019, p. 74). Para o CEPER do IV Plano, atribuiu-se a nota de 25,5 pontos, qualificado com ruim, visto que possui uma infraestrutura com a presença em péssimo estado de conservação segundo Araújo (2019, p. 74):

Como singularidade marcante esta área pública possui integração com a Escola Municipal Franklin Azambuja, desta forma, os equipamentos mais utilizados pelos alunos apresentam certa manutenção, como o campo e a quadra coberta. Contudo, os equipamentos em péssimo estado de conservação não são mais utilizados.

Para a praça do cinquentenário obteve-se a nota de 24,5, também sendo considerado qualitativamente como ruim.

[...] Praça do Cinquentenário não consegue exercer sua principal função, os banheiros estão impossibilitados de uso, a biblioteca foi isolada da praça e apenas a concha acústica permanece apta para utilização, apesar de sua estrutura para suporte estar em condição ruim de uso. (ARAUJO, 2019, p. 75)

A praça da Juventude, que se apresentou dentro da margem de erro para as áreas com 70% de área não impermeabilizada, apresentou a nota 51 sendo classificada como regular. Essa praça fica sob gestão do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), e tem horário de funcionamento restrito. “[...] Por ser a única área pública da porção sudeste da cidade, a Praça da Juventude é bastante utilizada pelos moradores, além de atender, principalmente aos finais de semana, uma grande quantidade de usuários de bairros adjacentes” (ARAÚJO, 2019, p. 81).

Para os parques urbanos da cidade tivemos os 4 parques com mais de 70% de área não impermeabilizada. O parque Arnulpho Fioravanti possui uma estrutura que, em grande parte, está depreciada pela falta de manutenção. Este parque obteve a nota de 12,5, sendo considerado como péssimo.

De sua infraestrutura inicial, restou somente os quiosques à beira do lago, as quadras e o campo esportivo com pista de atletismo, sendo este último o único em bom estado. A falta de manutenção por parte do poder público municipal, o desuso do local pela população e a nova configuração espacial que se instalou no entorno acarretou em um processo de degradação. (ARAÚJO, 2019, p. 91)

O Parque Ambiental Victélio Pellegrin, o mais jovem da cidade, teve a menor nota dos parques urbanos, obtendo a pontuação de 11,5 pontos, sendo classificado com a categoria péssimo. “Criado com o objetivo de proteger uma área ambiental, este parque urbano possui uma área de preservação, porém, em seu acesso principal,

a vegetação arbórea é escassa e sua infraestrutura, que já era pouca, não apresenta condição de uso” (ARAÚJO, 2019, p. 95).

Os outros dois parques urbanos da cidade foram considerados como regulares. O Parque Antenor Martins obteve a nota de 41 pontos, demonstrando uma estrutura de quadras, pistas de caminhada e quiosques, possibilitando seu principal uso, que é para atividades esportivas e recreativas. “A gama de equipamentos e seu fácil acesso faz do Parque Antenor Martins um dos parques urbanos mais utilizados pela população douradense” (ARAÚJO, 2019, p. 92). Por fim, o Parque Ambiental Rego D’Água, que se localiza na porção sul da cidade, em relação à questão qualitativa, foi o mais bem avaliado, obtendo a pontuação de 44,5 pontos, considerado como regular. O parque possui quadras, academia e área para realização de eventos.

A partir da análise dos parques urbanos, observou que atualmente o poder público municipal está canalizando seus esforços para criar uma maior apropriação do Parque Rego D’Água pela população. Para isto, a Prefeitura Municipal de Dourados vem realizando uma maior manutenção, comparado aos outros parques, e transferindo grandes eventos da cidade para o local [...] (ARAÚJO, 2019, p. 93)

Das áreas com percentual superior a 70% de área não impermeabilizada, elencadas pelo presente estudo, os parques Antenor Martins (13,09%) e Rego D’Água (7,89%), tiveram os maiores valores representativos no percentual de frequência de visita dos participantes (Gráfico 7).

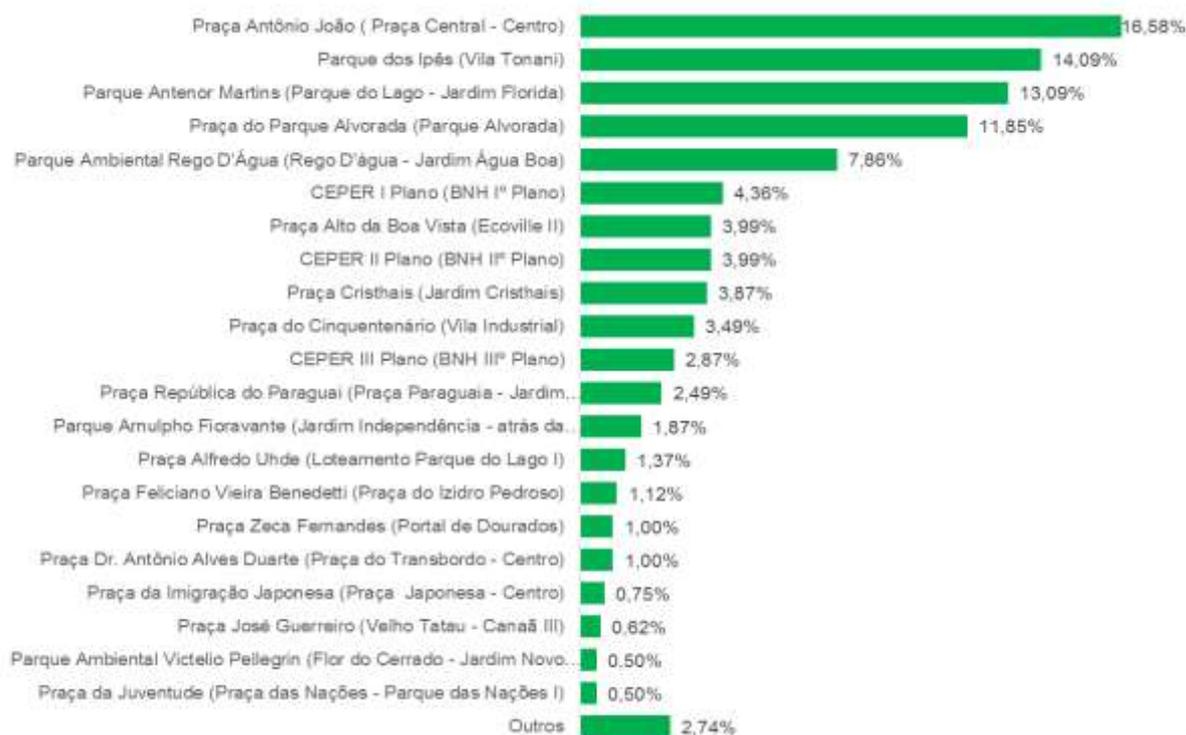


Gráfico 7: Percentual de frequência por parques urbanos e praças da cidade de Dourados/MS

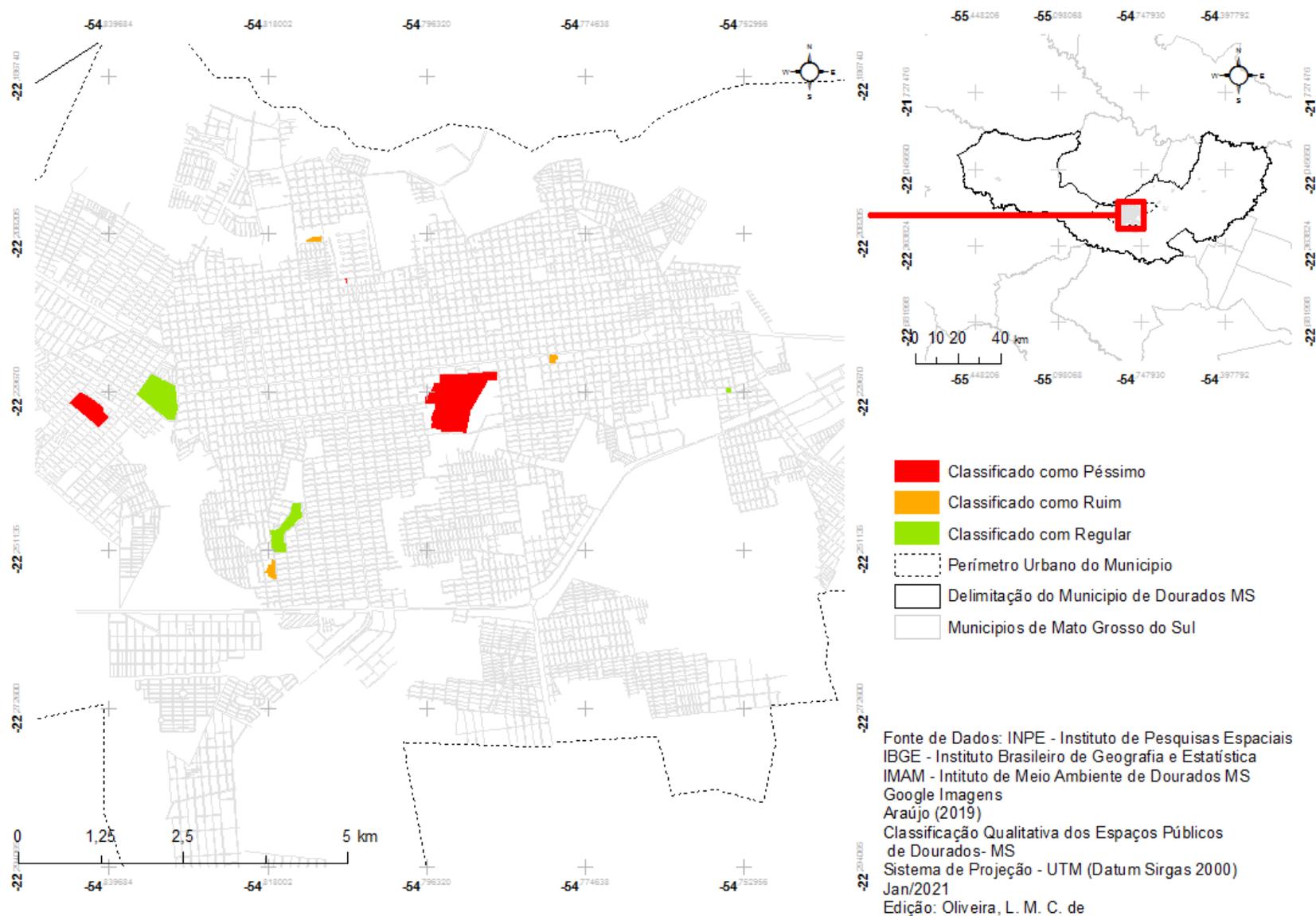
Fonte: O autor

Portanto, em relação ao atendimento do valor social e infraestrutura da área, podemos considerar destaque para as áreas livres Rego D'Água, Antenor Martins, e a Praça da Juventude. As outras áreas livres, que atenderam a variável de área não impermeabilizada, não atenderam as premissas de infraestrutura e valor social (Mapa 19).

Das 28 áreas livres /públicas presentes na cidade, apenas 9 atendem o requisito de área não impermeabilizada acima de 70% de sua área total, contabilizando assim, apenas 33% das áreas livres/públicas. Quando levamos em consideração a infraestrutura desses locais, apenas 3 das 9 atendem, ao menos, a classificação de regular, de acordo com o estudo de Araújo (2019). Já quando levamos em consideração o percentual de visitação das áreas livres /públicas (gráfico 7), pode-se notar que apenas 3 áreas, que atendem os requisitos de área não impermeabilizada e infraestrutura, apresentam uma frequência maior de visitação pela população da cidade. O Parque Antenor Martins, apresenta aproximadamente 13,09% de frequência de visitação dos participantes, e o Parque Ambiental Rego D'Água, com

um percentual 7,86%, e praça da Juventude, com 0,50% dos participantes afirmando frequentar essa área.

Mapa 19: Classificação em relação à infraestrutura das áreas livres com mais de 70% da área total não impermeabilizada



Assim, podemos concluir que, para serem consideradas áreas verdes urbanas públicas da cidade de Dourados, dos 28 espaços públicos, apenas 2 atendem os requisitos básicos, seguindo a literatura de apoio.

Para uma cidade média, como a cidade de Dourados, a classificação de apenas 3 áreas verdes urbanas públicas é muito preocupante, no que diz respeito à qualidade de vida da população. Grande parte do investimento é agregado em outras áreas da administração pública, deixando, muitas vezes, as áreas livres desassistidas e sem manutenção.

Após a compilação das informações fornecidas pela classificação do uso do solo, a infraestrutura, e a utilização das áreas livres, podemos elencar as áreas verdes urbanas públicas da cidade de Dourados. Na tabela 9 podemos verificar quais das áreas, que tem os percentuais superiores a 70% de área impermeabilizada, atendem os outros requisitos para serem consideradas como uma área verde urbana pública.

Tabela 9: Compilado da classificação das áreas que atendem 70% de área não impermeabilizada

Espaços Livres / Áreas Públicas	Área Total (m ²)	Área não impermeabilizada (%) (Função Ecológica)	% de visitação	Função Estética*	Função de Lazer (Infraestrutura)*	Classificação
Parque Victélio Pelegrine	135861	99%	0,50%	Não	Péssimo	Área Pública
Praça Zeca Fernandes	1858	98%	1,00%	Sim	Ruim	Área Pública
Parque Arnulpho Fioravante	546510	97%	1,87%	Não	Péssimo	Área Pública
Parque Ambiental Rego d'Água	129238	92%	7,86%	Sim	Regular	Área Verde Urbana Pública
Parque Antenor Martins	235441	89%	13,09%	Sim	Regular	Área Verde Urbana Pública
Praça do Cinquentenário	13508	88%	3,49%	Sim	Ruim	Área Pública
CEPER IV ° Plano	29270	81%	0,37%	Não	Ruim	Área Pública
CEPER III° Plano	12609	70%	2,87%	Não	Ruim	Área Pública
Praça de Juventude	4746	67%	0,50%	Sim	Regular	Área Verde Urbana Pública

* baseado no trabalho de Araújo (2019)

Fonte: O autor

Sendo assim, temos os parques Antenor Martins e Rego D'Água e a praça da Juventude (Mapa 20) atendendo os pré-requisitos para serem considerados áreas verdes urbanas públicas. Isso demonstra minimamente as questões descritas sucintamente por Bucchieri Filho e Nuccci (2006, p. 51):

1. A vegetação é o elemento fundamental de composição?
2. Cumpre funções: ecológica, estética e de lazer?
3. Área com 70% de cobertura vegetal em solo permeável (sem laje)?
4. Serve à população?
5. Propicia condições para recreação?

Portanto, temos geograficamente muitas áreas da cidade de Dourados desassistidas de áreas verdes urbanas públicas. Três áreas existentes encaixam-se na categoria de AVUP, sendo essas as principais áreas com investimento público em manutenção e realização de eventos socioculturais da cidade de Dourados. Duas das áreas das estão presentes na porção sudoeste da cidade, enquanto uma fica na porção leste da cidade; as outras porções da cidade ficam desassistidas. A terceira área acaba sendo uma das únicas a atender conjuntamente as 5 questões demonstradas por Bucchieri Filho e Nucci (2006).

Os espaços livres, as áreas verdes e a cobertura vegetal são elementos fundamentais para um planejamento urbano que se preocupa com a qualidade ambiental, sendo o poder público quem deve planejar, criar e ajudar a manter ambientes agradáveis e estéticos, dentro dos padrões aceitáveis para uma vida saudável dos moradores, deixando aos cidadãos a escolha de onde querem passar suas horas de lazer. (BUCCHIERI FILHO; NUCCI, 2006, p. 57)

Ajustar a cidade ao “verde” tem grandes vantagens para a saúde e o bem-estar da população, pois o “verde” presente na cidade transforma o ambiente, deixando-o mais agradável, para a vida cotidiana da sociedade.

Todavia, nas circunstâncias atuais, o planejamento das áreas verdes (públicas) urbanas, parte de uma definição de recursos que é residual. Os reclamos pelos espaços verdes de ordem pública são amenizados com recursos que sobram de outras atividades, consideradas como mais prioritárias, e que, geralmente, incluem-se nesse âmbito aquelas de cunho estratégico, político e econômico. (LODOBA, 2005, p. 137)

Assim não só o planejamento, mas a concepção de AVUP no ambiente urbano devem ser exigida pela sociedade e implementada pela administração do município, visto a gama de benefícios que essas áreas agregam ao ambiente urbano. No próximo item poderemos identificar a correlação entre a utilização das áreas livres (praças, parques urbanos e AVUP) e a percepção de saúde e bem-estar, relacionando os benefícios com o uso, para entender quais são os impactos de frequentar (ou não) as áreas livres.

6 CONEXÕES ENTRE BEM-ESTAR E ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS NA CIDADE DE DOURADOS

6.1 RELAÇÃO ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS E BEM-ESTAR DOS HABITANTES DE DOURADOS

O tema qualidade de vida é complexo por ser muito abrangente, e a garantia da qualidade de vida está no atendimento de muitas variáveis conjuntamente. Quando levamos em consideração a inter-relação de qualidade de vida e áreas verdes, há estudos que evidenciam que a utilização de áreas verdes auxilia na qualidade de vida da população.

No contexto da qualidade de vida urbana, as áreas verdes, além de atribuir melhorias ao meio ambiente e ao equilíbrio ambiental; contribuem para o desenvolvimento social e trazem benefícios ao bem-estar, à saúde física e psíquica da população, ao proporcionarem condições de aproximação do homem com o meio natural, e disporem de condições estruturais que favoreçam a prática de atividades de recreação e de lazer. Desse modo, quando dotadas de infraestrutura adequada, segurança, equipamentos e outros fatores positivos, poderão se tornar atrativas à população, que passará a frequentá-las, para a realização de atividades como caminhada, corrida, práticas desportivas, passeios, descanso e relaxamento; práticas importantes na restauração da saúde física e mental dos indivíduos. (LONDE, 2014, p. 269)

A partir das respostas descritas pelos participantes ao questionário por nós proposto, e da relação das variáveis frequência e atendimento do bem-estar pessoal, o gráfico 8 demonstra a relação entre as variáveis frequência e percepção de qualidade de vida. Nesse gráfico podemos verificar que, entre os participantes que dizem frequentar praças, parques urbanos e áreas verdes urbanas públicas, a grande maioria identificou sua qualidade de vida com boa ou muito boa. Para os que costumam frequentar as AVUP, 70,37% dos participantes, dizem entender sua qualidade de vida como boa ou muito boa; para os que frequentam as praças e parques urbanos da cidade, 72,45 %, entendem sua qualidade de vida como boa ou muito boa; e para quem não frequenta nenhuma das áreas livres da cidade, 68,96%, entendem sua qualidade de vida boa ou muito boa.

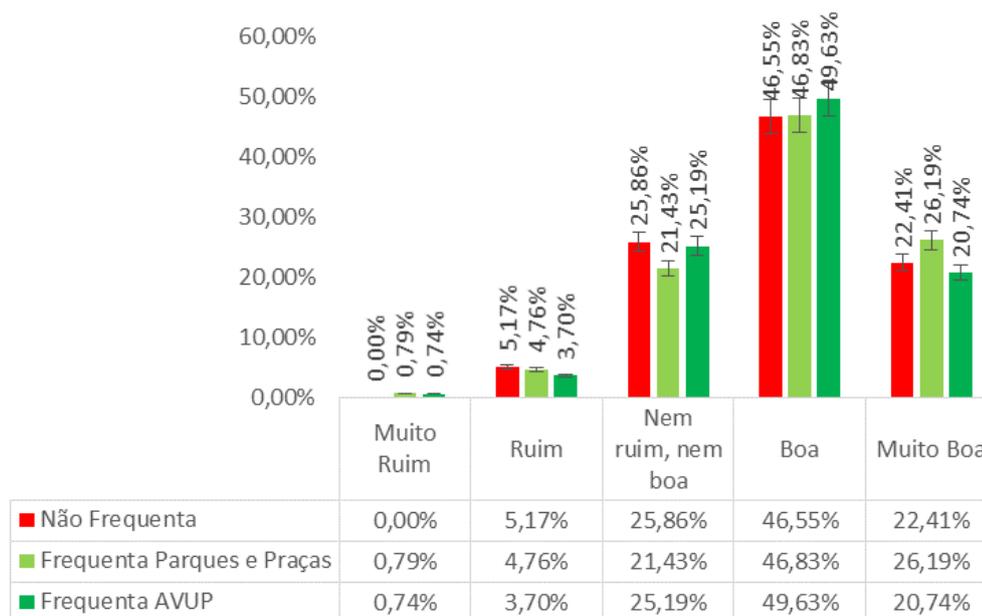


Gráfico 8: Correlação entre variáveis frequência e auto entendimento de qualidade de vida dos participantes

Fonte: O autor

Quando levamos em consideração a faixa etária dos participantes (gráfico 9), os adultos (18 anos ou mais), que dizem frequentar as AVUP e percebem a qualidade de vida como muito boa e boa, totalizam 73,34%; para quem frequenta as praças e parques urbanos da cidade e considera como boa ou muito boa; totalizaram-se 72,73%; e para o que não frequentam, 65,21%. Evidenciando assim que, para a faixa etária de adultos, a frequência em AVUP e nas praças e parques urbanos pode contribuir para a percepção de qualidade de vida.

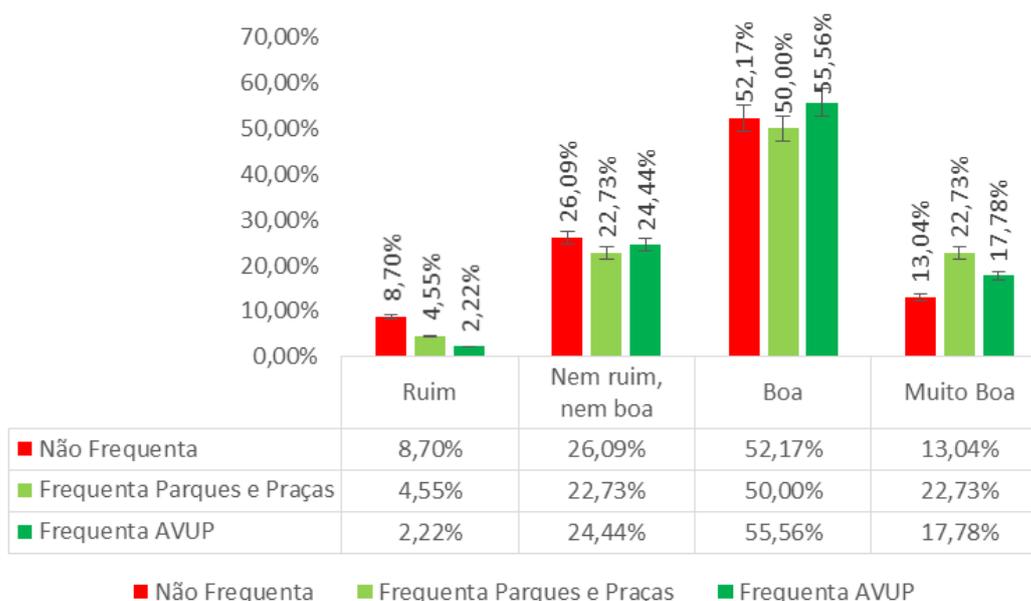


Gráfico 9: Correlação entre variáveis frequência e autoavaliação de qualidade de vida da faixa etária de adultos (18 anos ou mais)

Fonte: O autor

Para a faixa etária dos adolescentes, tem-se algumas mudanças nos resultados, mesmo que timidamente (gráfico 10). O percentual de quem considera sua qualidade de vida boa ou muito boa, dentre os participantes que dizem não frequentar totaliza, 71,43%, enquanto os que frequentam as praças e parques urbanos e as AVUP, totalizam respectivamente 73,33% e 64,45%. Temos então, para a faixa etária dos adolescentes, o destaque para a percepção de qualidade de vida, entre os frequentadores de praças e parques, e para os que dizem não frequentar áreas livres no município. Sendo que para essa faixa etária, os que frequentam as AVUP, classificaram sua qualidade de vida na categoria de nem ruim, nem boa.

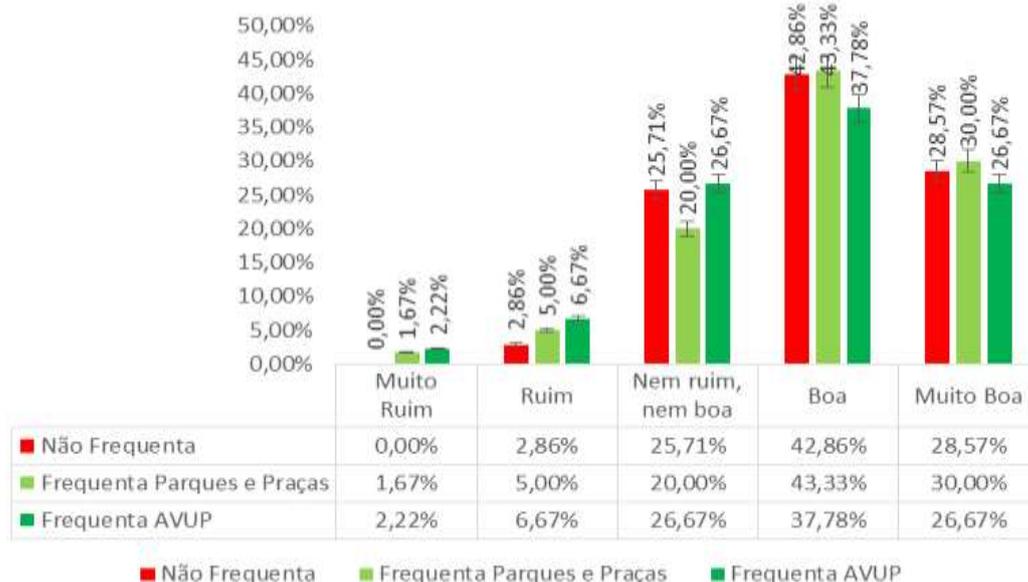


Gráfico 10: Correlação entre variáveis frequência e autoavaliação de qualidade de vida da faixa etária de adolescentes (abaixo de 18 anos)

Fonte: O autor

Quando analisamos as variáveis frequência, distância e autoavaliação de qualidade de vida, conjuntamente (Tabela 10), pode-se concluir que as pessoas que evidenciaram residir a menos de 100 metros de distância das áreas livres, quando falamos na autoavaliação de qualidade de vida muito boa, tendem a frequentar mais as AVUP (ou seja, 54,55% dos participantes que consideram a qualidade de vida como muito boa, e que moram a menos de 100 metros das áreas livres, costumam frequentar habitualmente as AVUP). Para quem frequenta as praças e parques da cidade, o maior percentual de participantes, que consideram sua qualidade de vida muito boa, está ligado aos que residem entre 100 e 1000 metros de distância. Essas frequências, conjuntamente com a autoavaliação de qualidade de vida, evidenciam que a proximidade de praças parques pode estar diretamente relacionada à percepção de uma melhor qualidade de vida das pessoas.

Tabela 10: Frequência, distância e autoavaliação de qualidade de vida na categoria muito boa

Frequência de áreas verdes	Distância de Espaços Livres			
	Menos de 100 metros	Entre 100 e 1000 metros (1 quilômetro)	Entre 1000 metros (1 quilômetro) e 2000 metros (2 quilômetro)	Acima de 2000 metros (2quilômetros)
Frequenta Praças e Parques	18,18%	42,86%	68,42%	37,50%
Frequenta AVUP	54,55%	28,57%	31,58%	50,00%
Não Frequenta	27,27%	28,57%	0,00%	12,50%
Total Geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: O autor

Relacionando ainda a percepção de qualidade de vida, temos o resultado do questionário WHOQOL-bref. Em relação ao atendimento dos domínios presentes no questionário, para os participantes, quando levamos em consideração a frequência ou não às áreas livres da cidade (Gráfico 11), os resultados não demonstraram relevância significativa, mantendo-se, basicamente, na média de 66% para todos os domínios.

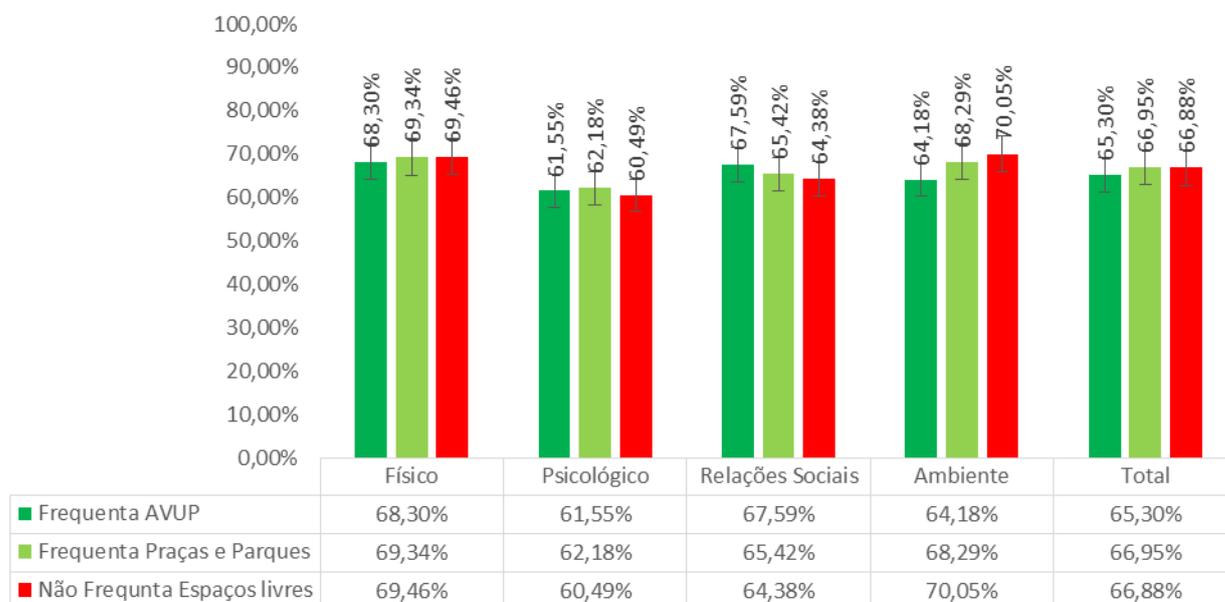


Gráfico 11: Resultados do questionário WHOQOL- bref consolidado por frequência em espaços públicos

Fonte: O autor

Quando relacionamos a distância de residência dos participantes com os resultados do questionário WHOQOL- bref (Gráfico 12), podemos concluir que, na média geral (coluna total), não temos também resultados com relevância significativa, onde os resultados têm uma variação média de $\pm 2,0\%$. Ao levar em consideração os destaques por distância nos domínios, pode-se verificar que, nos domínios psicológico, relações sociais e ambiente, temos um destaque aos valores descritos pelos participantes que disseram residir a menos de 100 metros de áreas livres; a ênfase recai, principalmente, no domínio de relações sociais, onde houve um grande destaque para os moradores de menos de 100 metros das áreas livres.



Gráfico 12: Relação entre distância de área livre e resultado WHOQOL-bref

Fonte: O autor

Em relação ao entendimento de qualidade de vida e bem-estar dos participantes, verifica-se que os mesmos entendem que a existência de áreas verdes auxilia na manutenção dos preceitos básicos para a sadia qualidade de vida. O gráfico 13 demonstra que a grande maioria dos participantes disse entender que a utilização de áreas livres tem grande relevância no auxílio do bem-estar de cada indivíduo, evidenciando que esses espaços auxiliam muito na manutenção e atendimento de qualidade de vida da população.

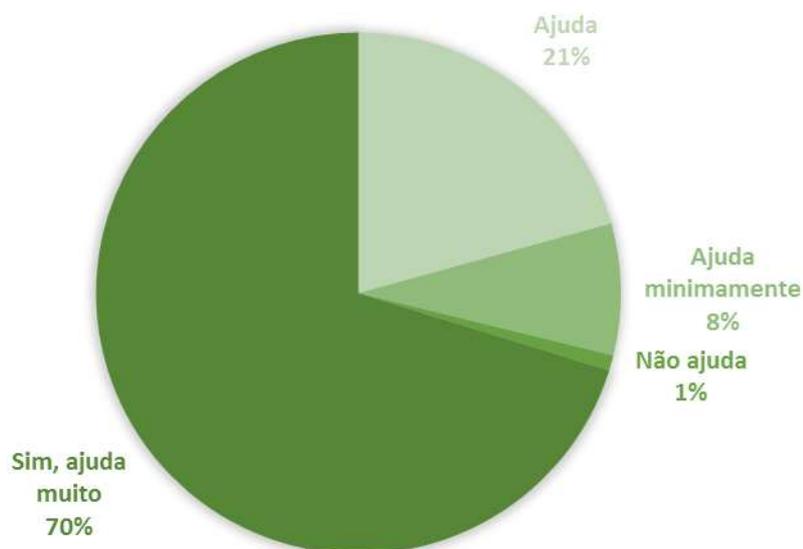


Gráfico 13: Percepção dos participantes quanto ao auxílio os espaços públicos no bem-estar.
Fonte: O autor

Assim podemos evidenciar que a proximidade e frequência de áreas livres têm grande influência na percepção de bem-estar dos participantes do estudo. No próximo item serão demonstradas as variáveis relacionadas à percepção de saúde dos entrevistados.

6.2 RELAÇÃO ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS E SAÚDE DOS HABITANTES DE DOURADOS

O impacto das áreas verdes na saúde é notável, visto as muitas funções que essas áreas têm. Oliveira e Mota (2019) trazem a evidência do estudo de James et al. (2015), (figura 8), um organograma que evidencia os principais impactos que as áreas verdes têm para a saúde humana.

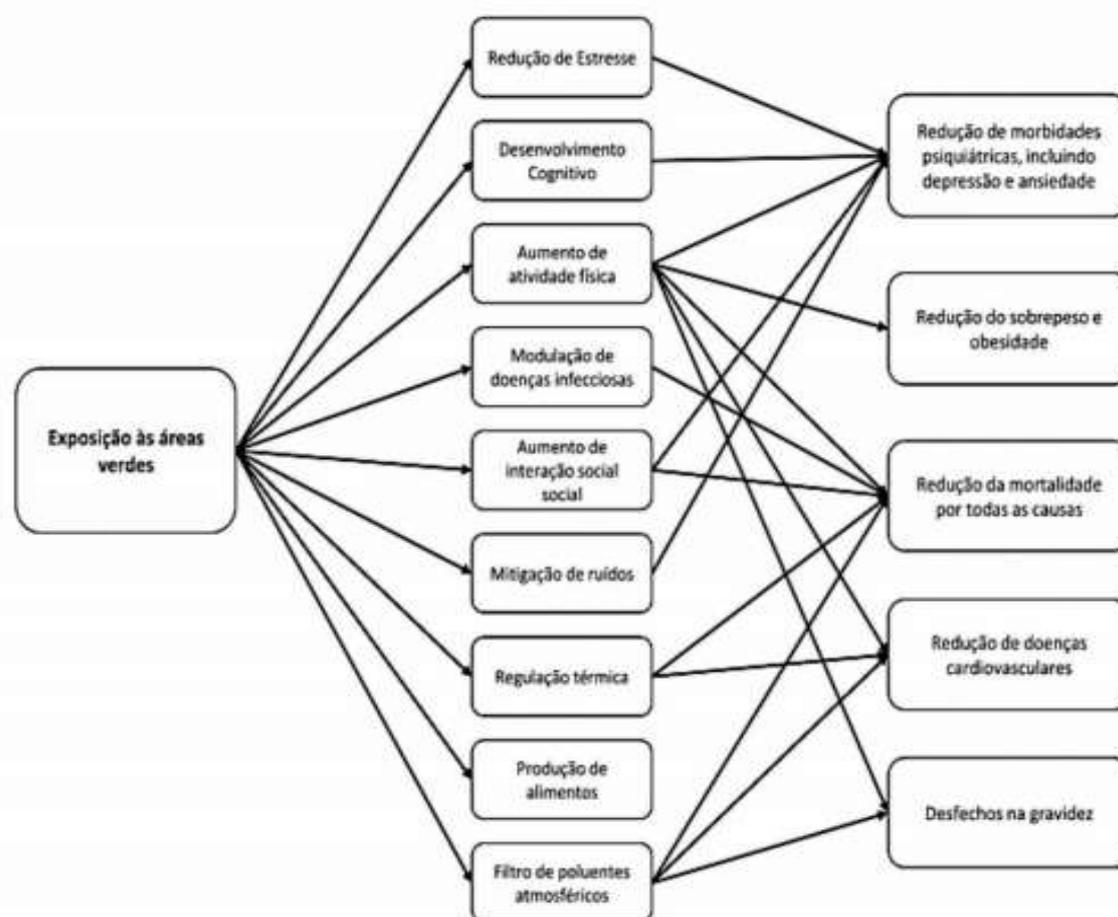


Figura 8: Impactos das áreas verdes na saúde humana

Fonte: JAMES et al., 2015.

Entre os participantes da pesquisa, podemos evidenciar que, através da Tabela 11, para os participantes que dizem frequentar habitualmente as áreas livres da cidade, temos a soma de aproximadamente 90% que consideram a saúde com boa, muito boa e excelente. Já para os participantes que dizem não frequentar habitualmente as áreas livres, a soma é equivalente à aproximadamente 83%. Sendo um forte indício de que a visitação desses espaços contribui para uma melhor percepção de saúde das pessoas.

Tabela 11: Relação entre frequência e auto percepção de saúde

Frequência habitual de visitação áreas livres	Auto Percepção de saúde	%
Sim		50,47%
	Excelente	16,77%
	Muito Bom	36,65%
	Bom	36,65%
	Ruim	9,32%
	Muito Ruim	0,62%
Não		49,53%
	Excelente	18,99%
	Muito Bom	23,42%
	Bom	39,87%
	Ruim	17,09%
	Muito Ruim	0,63%
Total Geral		100,00%

Fonte: O autor

Em relação à autoavaliação da saúde por frequência de utilização de praças e parques urbanos e áreas verdes urbanas públicas (Gráfico 14), verifica-se que, para os participantes que disseram não frequentar áreas livres, destacam-se as categorias insatisfeito e nem insatisfeito e nem satisfeito, enquanto os participantes que disseram frequentar, tanto as praças e parques quanto as AVUP identificadas pelo presente estudo, destacam-se nas categorias de satisfeitos e muito satisfeito, com destaque para muito satisfeito, dentre as pessoas que frequentam as praças e parques urbanos.

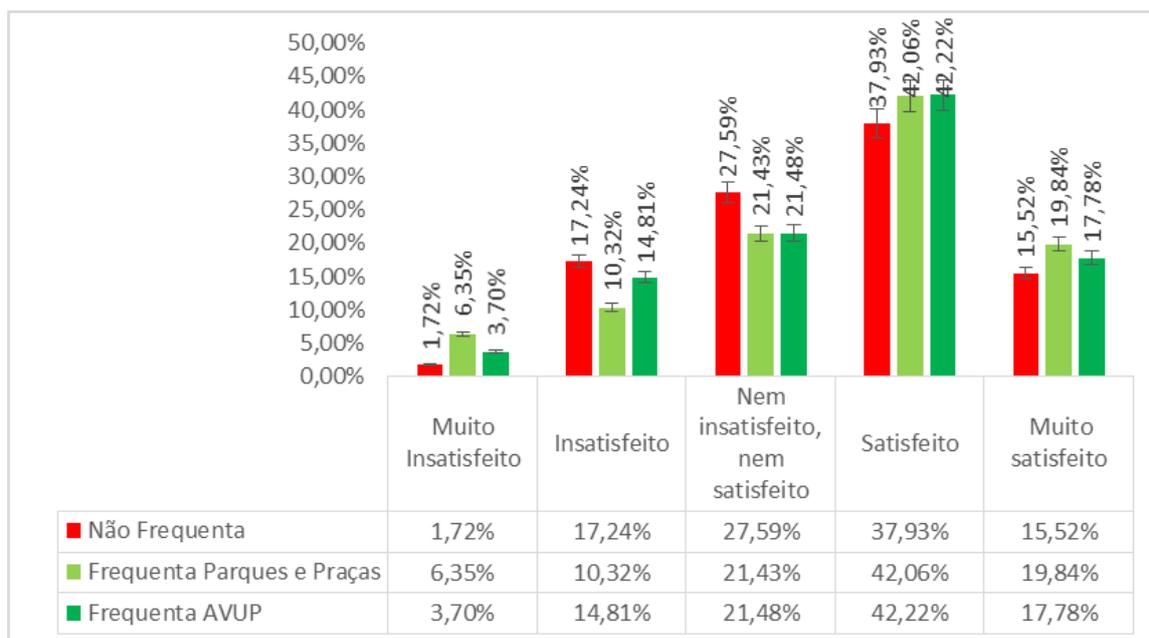


Gráfico 14: Correlação entre variáveis frequência e autoavaliação de saúde

Fonte: O autor

Ao analisar os dados, conclui-se uma diferença significativa na compilação das faixas etárias de adolescentes (até 18 anos) e adultos (18 anos ou mais). Ao avaliarmos os dados dos participantes que fazem parte da faixa etária de adolescentes (Gráfico 15), identifica-se que, dentre aqueles que dizem não frequentar esses espaços, destacam-se as categorias de nem insatisfeito e nem satisfeito e na categoria de satisfeito. Para categoria de muito satisfeito, temos o destaque para os participantes que frequentam as praças e parques urbanos e AVUP, com percentuais acima de 22%. Quando falamos em melhor percepção de saúde, e englobarmos as categorias de satisfeito e muito satisfeito, destacam-se os participantes que frequentam as praças e parques urbanos com aproximadamente 55%, e os que dizem não frequentar esses espaços, com aproximadamente 52%. Enquanto para os participantes que frequentam as AVUP da faixa etária dos adolescentes, temos aproximadamente 49% dos participantes evidenciando estar satisfeito com sua saúde. Evidencia-se assim que para essa faixa etária a frequência de visitação às AVUP não necessariamente influencia na saúde dos participantes, mas a frequência de praças e parques urbanos pode influenciar positivamente na saúde desses participantes.

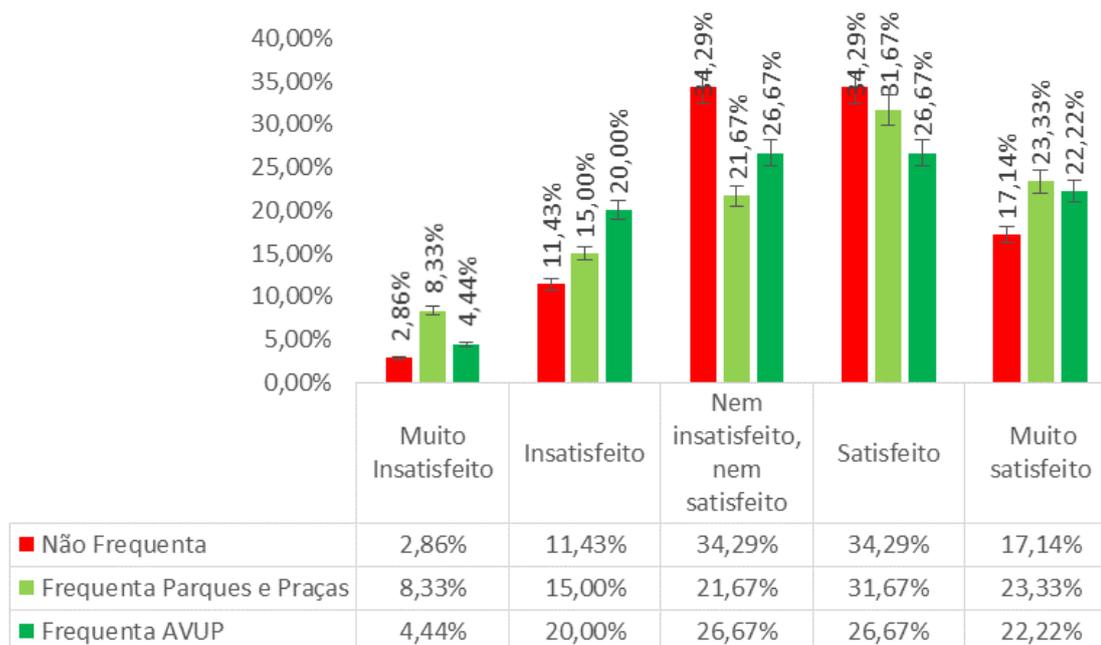


Gráfico 15: Correlação entre variáveis frequência e autoavaliação de saúde na faixa etária adolescente (abaixo de 18 anos)

Fonte: O autor

Quando falamos na correlação de saúde e frequência para a faixa etária de adultos (Gráfico 16), dos participantes que dizem frequentar as AVUP, aproximadamente 65% evidenciam estar satisfeito/ muito satisfeito; para os participantes que frequentam as praças e parques urbanos, os que evidenciam estar satisfeito/muito satisfeito com sua saúde, temos aproximadamente 68%; enquanto para os que não frequentam nem praças, parques urbanos e nem as AVUP, temos aproximadamente 56%. Quando se destaca a categoria de insatisfeito dos participantes que evidenciam não frequentar áreas livres, temos um percentual bem significativo com aproximadamente 26% dos participantes. Assim pode-se concluir que, para a faixa etária de adultos, a frequência nas áreas livres contribui para uma melhor percepção de saúde.

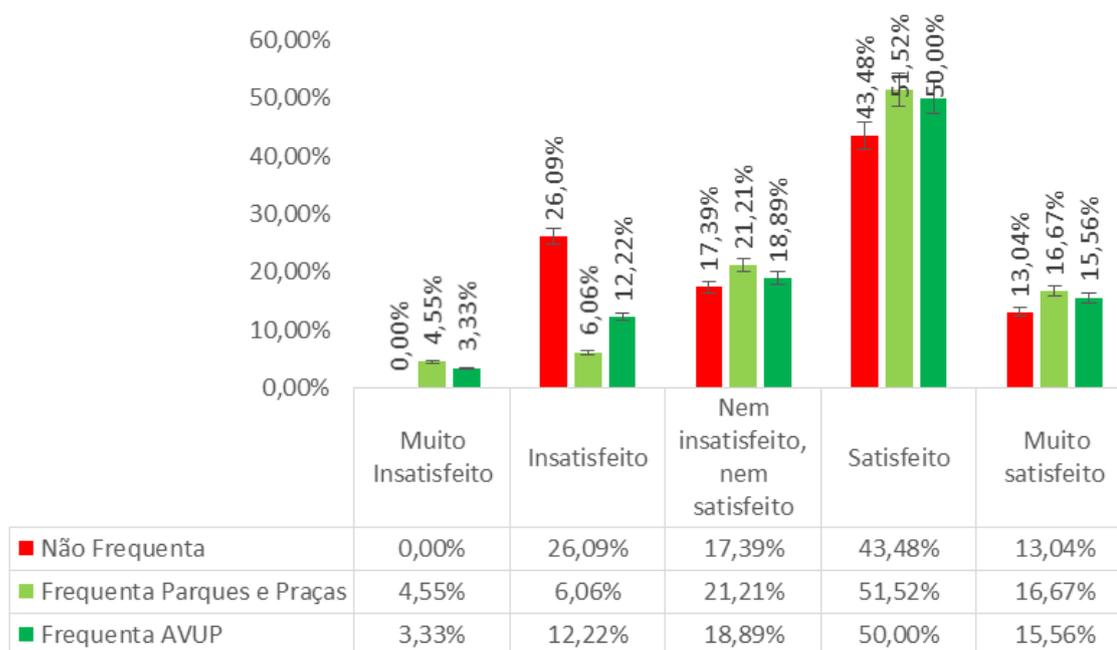


Gráfico 16: Correlação entre variáveis frequência e autoavaliação de saúde na faixa etária adulto (18 anos ou mais)

Fonte: O autor

Outro fator importante para a manutenção da saúde é a prática de exercícios físicos. No Gráfico 17 foi levada em consideração a pergunta do questionário com a seguinte descrição: “*Qual a sua frequência de prática de exercícios?*”, e através da compilação de dados de todas as respostas, pode-se verificar que a frequência de praças, parques urbanos e AVUP, auxiliam no incentivo a prática de exercícios para os moradores.

Praças, áreas verdes e ciclovias são exemplos de espaços que possuem um papel importante na prática de atividades físicas ao ar livre, promovendo um estilo de vida mais ativo à população urbana. Nestes espaços é possível observar uma grande variedade de tipos de atividades realizadas em diferentes níveis de intensidades e em diferentes faixas etárias. (REIS *et al.*, 2017, p. 195)

As áreas livres, quando bem equipadas, despertam o desejo de utilização, e a população passa a frequentar essas áreas, tornando-as formas de incentivo à prática de exercícios, e auxiliando assim na melhoria de percepção de saúde e bem-estar.

[...] Os espaços públicos como parques, praças e ciclovias podem exercer um papel importante na promoção de um estilo de vida ativo, pois representam uma alternativa de ampliação e democratização do acesso a locais propícios para prática de atividade física. (SILVA *et al.*, 2015, p. 83)



Gráfico 17: Correlação entre as variáveis frequência de prática de exercícios e frequência de praças, parques urbanos e AVUP

Fonte: O autor

Ao somarmos as categorias “frequentemente” e “muito frequentemente”, para os participantes que dizem não frequentar nenhuma das áreas, obtemos 34,48%; já para as pessoas que frequentam as praças e parques urbanos, temos o resultado de 51,58%; e para os que frequentam as AVUP, 48,15%. Vale ressaltar que as praças obtêm um percentual maior em relação à prática de exercícios com frequência, principalmente devido à infraestrutura que oferece.

[...] Cabe também ressaltar que diversos aspectos como as condições de manutenção, acessibilidade, estética, segurança, bem como a qualidade e adequação dos atributos existentes nestes locais podem ser preponderantes para sua utilização como um espaço de lazer e de prática de atividade física. (SILVA et al., 2015, p. 83)

Segundo o estudo desenvolvido por Araújo (2019, p. 85), as praças da cidade de Dourados, em sua grande maioria, são classificadas como ruins, com destaque para o Parque dos Ipês, única praça da cidade a ser considerada como boa pelo estudo. Na maioria das praças, há infraestrutura voltada ao incentivo e prática de esportes, seja com a inserção de equipamentos de exercícios, quadra de esportes ou pistas de caminhadas. Essas condições influenciam grandemente na frequência de visita da população, com o intuito de prática de exercícios. No entanto, apesar do

percentual de visitação das AVUP, as mesmas são deficientes de instrumentos para práticas de exercícios da população, demonstrando uma necessidade de adequação dessas áreas.

Uma relação também importante de se vislumbrar é a existente entre a distância das áreas livres e a percepção de saúde dos participantes (tabela 12). Quando verificamos essa relação, dos participantes que residem em até 100 metros das áreas livres da cidade, a maioria (33,33%) percebem sua saúde como excelente; para os que residem entre 100 e 1000 metros também temos destaque para a percepção de saúde como excelente. Quando se verifica maiores distâncias, essa percepção passa para boa.

Distância de áreas livres	Percepção de saúde				
	Excelente	Muito Bom	Bom	Ruim	Muito Ruim
Menos de 100 metros	33,33%	22,22%	30,56%	0,00%	13,89%
Entre 100 e 1000 metros (1 quilômetro)	42,18%	18,37%	24,49%	0,00%	14,97%
Entre 1000 metros (1 quilômetro) e 2000 metros (2 quilômetro)	35,44%	15,19%	35,44%	1,27%	12,66%
Acima de 2000 metros (2quilômetros)	35,09%	17,54%	36,84%	1,75%	8,77%
Total Geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Tabela 12: Relação entre as variáveis distância e percepção de saúde

Fonte: O autor

Atualmente, a preocupação com o meio ambiente tem sido valorizada nos meios acadêmicos e na sociedade, mas na prática de organização das cidades, o que se observa em algumas cidades é a incorporação de espaços livres, especialmente nas áreas de expansão do território urbano, não havendo um planejamento de como deverão ser incorporadas à estrutura urbana e à paisagem das cidades. Considerando a necessidade do contato do homem com a natureza, os espaços livres urbanos devem ser ampliados em número e qualidade, destaca-se que a possibilidade do lazer ao ar livre, além de proporcionar bem-estar, também contribui para melhorar a saúde do homem urbano. (GARCIA E FERREIRA, 2018, p. 81)

A inter-relação entre as áreas livres, (praças, parques urbanos e AVUP), e a promoção e percepção de saúde das pessoas é bem visível. Vários autores evidenciaram que áreas livres e áreas verdes são importantes na promoção da saúde da população. Quando falamos em percepção de saúde, a presente pesquisa auxilia na demonstração de que a proximidade e frequência de áreas livres e AVUP auxiliam grandemente na percepção de saúde das pessoas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas verdes urbanas públicas, assim como as demais áreas livres, são importantes para garantir uma qualidade de vida adequada à população. Em meio ao conturbado cotidiano em que se encontram muitas cidades, esses espaços são uma das válvulas de escape para a população, seja em relação ao contato com a natureza e/ou para lazer e prática de esportes.

A sinergia na relação entre saúde, qualidade ambiental e o ambiente é imprescindível para garantir a qualidade de vida da população. A implementação de uma qualidade ambiental adequada dos ambientes urbanos, promove ambientes mais agradáveis em que a percepção de saúde conseqüentemente melhora. A vegetação é uma das principais variáveis para melhoria da qualidade ambiental no espaço urbano, e essa presença muda totalmente o cenário de uma cidade.

Dentre as hipóteses elencadas para a presente pesquisa, tivemos uma descartada, pois inicialmente pensava-se que na cidade de Dourados o percentual de utilização das áreas livres seria maior do que os resultados obtidos através das respostas dos participantes. Mesmo deixando claro que para a pesquisa devia-se considerar a vida cotidiana pré-pandemia, tivemos um percentual bastante aproximado de utilizadores e não utilizadores das áreas livres, isso podendo estar relacionado, principalmente, à infraestrutura ou ausência de acesso espacial facilitado dessas áreas. Outra hipótese foi parcialmente confirmada, a hipótese que correlacionava frequência e distância, onde pudemos verificar que os percentuais de acesso são maiores para os participantes que evidenciaram morar a menos de 100 metros, enquanto para outras categorias de distância a ausência de frequência, predominou (mesmo que minimamente). A terceira hipótese do projeto, relacionada à melhoria da percepção de saúde e bem-estar para os participantes que evidenciaram frequentar as AVUP, também foi parcialmente confirmada, já que o resultado para a frequência de uso de praças e parques urbanos mostrou-se em resultados positivos, significativos em relação à percepção de saúde e/ou bem-estar. Isso evidenciou, através de resultados, que a frequência de usos das áreas livres é de suma importância, seja em qualquer uma das categorias evidenciadas no estudo, mas que, segundo a literatura pesquisada e apresentada, a categoria de áreas verdes urbanas

públicas tem um peso a mais, que é a implementação da qualidade ambiental no ambiente urbano.

A metodologia *Snowball*, aplicada no presente trabalho, proporcionou condições à aplicação do questionário, em meio à realidade vivida com a pandemia de CoVID-19, auxiliando assim na concepção do trabalho e no atendimento do distanciamento social. Porém, a metodologia não garante a coleta de dados de amostras uniformes de todas as regiões do perímetro urbano, não sendo possível garantir a representatividade da amostra para todas as categorias demográficas consideradas no estudo, em relação às proporções presentes no município de Dourados.

As áreas verdes urbanas públicas, categoria destacada no estudo e com origem na categoria de áreas verdes, devem ser garantidas com todas suas variáveis e critérios, para que consigam cumprir com seus principais objetivos, dentro do ambiente urbano. Revelou-se importante o esforço de classificação dessas áreas, para maior representatividade do “verde” dentro dos ambientes urbanos, garantindo funções imprescindíveis ao atendimento da qualidade de vida.

O ambiente urbano traz, em suma, uma reconfiguração da natureza, tornando-a de primeira (intocada) em segunda natureza, sendo moldada para atender os anseios do crescimento quase que inevitável dos ambientes urbanos. Porém, mesmo que modificada, a sua importância no ambiente urbano é imprescindível para a garantia da qualidade de vida. “O verde” na cidade é implementado principalmente nas áreas livres, e contribui para construção de áreas que a população possa usufruir em seu próprio benefício, e devem ser áreas que atendam às necessidades da população, na implementação de instrumentos que propiciem a saúde e o bem-estar.

Na cidade de Dourados, a utilização dessas áreas se dá principalmente pelo reflexo da acessibilidade e manutenção. A população procura, então, as áreas que melhor atendam suas necessidades de utilização, pensando sempre em quão acessíveis elas são e o quanto atende suas necessidades pessoais.

O número de áreas livres e, principalmente, de áreas verdes urbanas públicas, na cidade de Dourados, é insuficiente, levando-se em consideração o tamanho de sua população e a extensão territorial de seu perímetro urbano. Grandes áreas da cidade ficam desassistidas da proximidade desses espaços, e caso a população respectiva queira frequentar algum deles, deve andar cerca de 1 quilômetro para ter contato com esses locais. Quando traçamos um raio de 500 metros das áreas livres e áreas verdes,

poucas pessoas teriam acesso a essas áreas. O que pode vir a inviabilizar o acesso à grande parte da população, devido ao deslocamento a ser feito para frequentar essas áreas. Para essa significativa parcela da população, os grandes deslocamentos para os espaços, que atendem minimamente suas necessidades, acaba sendo um fator de desmotivação na procura de utilização dessas áreas.

Além da insuficiência de áreas livres na cidade, nas regiões leste, sul e sudoeste do perímetro urbano, grande parte das áreas estão depreciadas e com manutenção insuficiente para reverter as depredações e depreciações das áreas. Isso torna esses locais apenas números a serem contabilizados na quantidade absoluta de praças e parques urbanos da cidade, não sendo passíveis de utilização da população. Há uma grande necessidade, portanto, de criação de novos locais, para diminuir essa lacuna de áreas livres na cidade de Dourados. Felizmente, uma crescente onda de pensamento vem emergindo e ficando cada vez mais forte, a que diz respeito à importância das áreas livres e das áreas verdes no âmbito urbano.

Como essas áreas são fundamentais na promoção e percepção de saúde e bem-estar da população, é necessária, não só no contexto da cidade de Dourados mas de todo Brasil, a implementação de políticas públicas com o intuito de aumento de investimento em manutenção e criação de áreas livres, que atendam às necessidades da população. Devido ao cenário atual, de enfrentamento de uma pandemia, em que uma das principais estratégias de combate foi o distanciamento social, foram criadas, em muitas cidades brasileiras, decretos e leis que restringiam a circulação das pessoas pelas áreas livres. Assim, evitar aglomerações e disseminação do vírus foi estratégia primordial, na fase inicial da pandemia, porém distanciou a população das áreas livres da cidade. Há agora a necessidade de se pensar estratégias de incentivo e reordenação da utilização dessas áreas, garantindo que a população possa usufruir dos benefícios. É importante lembrar que, na cidade de Dourados, tem-se algumas áreas livres com altos índices de impermeabilização e baixos índices de vegetação; quando levamos em consideração o clima da localidade da cidade, as questões de excesso de impermeabilização e pouca vegetação tem um peso na ponderação de utilização desses espaços.

Com o presente estudo pode-se demonstrar que, quanto mais próximo a pessoa reside de uma área livre (praças, parques urbanos e AVUP) maior é a sua frequência nesses ambientes. Conclui-se também que a percepção de saúde e bem-estar dos indivíduos é maior em relação às pessoas que frequentam as áreas livres. Bem

significativa na pesquisa, pode-se evidenciar, a diferença de resultados de frequência e percepção de saúde e bem-estar entre as faixas etárias de adolescentes e adultos; assim há uma maior necessidade dessas áreas para os adultos dentro dos ambientes urbanos. A instalação e desenvolvimento de atrativos para as várias faixas etárias também é um fator a ser ponderado. A instalação de atrativos para diferentes faixas etárias pode ser um ponto a mais na tentativa de atração de públicos diversos, que venham a utilizar essas áreas.

Quando falamos em categorias das áreas livres, na relação entre a frequência e a percepção de saúde e bem-estar, tanto para praças, parques urbanos ou AVUP, podemos perceber que a percepção de saúde e bem-estar para quem frequenta essas áreas é positiva, não sendo demonstrada uma diferença significativa de resultados entre as categorias. Já quando levamos em consideração a frequência ou não no conjunto das áreas livres, podemos perceber que esses resultados mudam bastante, sendo que, para os que não frequentam essas áreas, temos índices de percepção de saúde e bem-estar menores.

Ademais, umas das principais finalidades desse projeto é incentivar o poder público na idealização de repasse de recursos para manutenção e/ou recuperação das áreas livres, e principalmente para a criação de áreas nas regiões periféricas do perímetro urbano, com foco nos loteamentos sociais e reserva indígena do município. Visa-se, desta forma, proporcionar condições básicas para a utilização e garantia da qualidade de vida.

Um ponto a ser abordado em pesquisas futuras, principalmente para o município de Dourados, é a implementação de estudos específicos em relação às áreas verdes urbanas, com ênfase para a população indígena. Não foi abordado especificamente no presente estudo, mas devem ser mais amplamente estudados os usos e apropriação das áreas verdes urbanas da cidade, levando em conta quais as demandas de produção dessas áreas dentro da reserva indígena, adaptando a metodologia para trabalhar a percepção de natureza.

Reconhece-se que, pelo termo qualidade de vida ser abrangente e estar envolto por muitas variáveis, a metodologia aplicada no presente trabalho (necessária perante as condições atuais), precisa ser mais aprofundada quanto à coleta de dados, para o aprofundamento do entendimento da inter-relação dos temas na cidade de Dourados. Sugere-se assim, que, a partir desse trabalho, sejam desenvolvidos estudos que visem à ampliação do entendimento da influência das áreas livres na

qualidade de vida da população, em escalas e dimensões mais abrangentes, assim como é o termo de qualidade de vida.

Portanto, ampliam-se possibilidades de aprofundamento para estudos da correlação entre saúde e qualidade ambiental, com intuito de entender suas implicações e pesos perante às diversas variáveis que compõem o atendimento da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos Machado de; LOPES, Wilza Gomes Reis; Influência Da Vegetação Em Variáveis Climáticas: Estudo Em Bairros Da Cidade De Teresina, Piauí. **Ra'e Ga**, Curitiba, v. 36, p. 38 - 68, abr. 2016. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/39719/27989>. Acesso em 24 nov. 2019.

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009., 99p. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2411> Acesso em 19 out. 2020.

ALI, Pamella Cosme; JESUS, Luciana Aparecida Netto de; RAMOS, Larissa Letícia Anadara. Espaços livres de uso público no contexto da segurança urbana. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 67-86, jul. /set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ac/v20n3/1678-8621-ac-20-03-0067.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

ALMEIDA, Marcos Antônio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato; **Qualidade de vida**: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012. 142p: Disponível em http://www.each.usp.br/edicoeseach/qualidade_vida.pdf; Acesso em: 15 ago. 2020.

ALVES, Lidiane Aparecida et al. Espaços Públicos e Qualidade de Vida: Uma avaliação das circunstâncias dos espaços verdes urbanos em Uberlândia-MG. In: SOARES, Beatriz Ribeiro et al. (Orgs.). **Construindo Cidades Sustentáveis: Utopias e Práticas**. Uberlândia: Assis Editora, 2017. p. 269-295.

AMATO-LOURENÇO, Luís Fernando; MOREIRA, Tiana Carla Lopes. ARANTES, B Bruna Lara de; FILHO, Demóstenes Ferreira da Silva; MAUAD, Thais.;. Metrôpoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 86, p. 113-130, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/115084>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ARAÚJO, Laura Gondim Nunes Martins de. **A Distribuição espaço-temporal e avaliação qualitativa das praças e parques urbanos de Dourados-MS**. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/2555>. Acesso em: 01 jul. 2019.

ARRETCHE, Marta.A Geografia Digital no Brasil: um panorama das desigualdades regionais. In: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br (org.). **Desigualdades Digitais no Espaço Urbano**: Um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: Referências. Rio de Janeiro. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro. 2002.

BACKES, Marli Terezinha Stein; ROSA, Luciana Martins da; FERNANDES, Gisele Cristina Manfrini Fernandes; BECKER, Sandra Greice; MEIRELLES, Betina Hörner Schindwein; SANTOS, Sílvia Maria de Azevedo dos;. Conceitos de Saúde e Doença ao Longo da História sob o Olhar Epidemiológico e Antropológico. **Rev. enferm.** 2009; 17(1): p. 111-117. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v17n1/v17n1a21.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2019.

BARBOSA, A. G.; DA COSTA, A. A. O solo urbano e a apropriação da natureza na cidade /. **Sociedade & Natureza**, v. 24, n. 3, 11 dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadedenatureza/article/view/13839>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BARGOS, Danúbia Caporusso. **Mapeamento e Análise das Áreas Verdes Urbanas como Indicador da Qualidade Ambiental Urbana: estudo de caso de Paulínia-SP**. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286912>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BARGOS, Danubia Caporusso,; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, .6, n.3, p.172-188, 2011. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/revsbau/article/view/66481/38295>. Acesso em 27 nov. 2019

BARTALINI, Vladimir;. Áreas verdes e espaços livres urbanos. **Paisagem e ambiente**. São Paulo, n. 1, p. 49-61, dez. 1996. Disponível em : <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133974/129803>. Acesso em: out. 2018

BENINI, Sandra Medina; ROSIN, Jeane Aparecida Rombi de Godoy. Qualidade Ambiental Urbana. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, [s.l.], v. 5, n. 11, p. 29-36, 20 set. 2017. ANAP - Associação Amigos de Natureza de Alta Paulista. <http://dx.doi.org/10.17271/2317860451120171568>.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos. Vigilância em saúde ambiental no Brasil: heranças e desafios. **Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 26, n. 4, p.1044-1057, dez. 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902017170093>. Acesso em: 06 maio 2019.

BODSTEIN, Regina. Atenção básica na agenda da saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**. v.7, n.3, p. 401-412, 2002. Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S1413-81232002000300002&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 26 set. 2019.

BORELLI, Elizabeth. Urbanização e Qualidade Ambiental: O Processo de Produção do Espaço da Costa Brasileira. **InterThesis**, Florianóp., v. 4, n. 1, p.1-27, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/894>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BORJA, Patrícia. **Avaliação da Qualidade Ambiental Urbana**: Uma contribuição metodológica. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo /UFBA, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25943/1/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20qualidade%20ambiental%20urbana.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Sistema de Único de Saúde (SUS): Princípios e Conquistas**. Secretaria Executiva – Brasília. Ministério Saúde. 2000. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf. Acesso em: 8 abr. 2020.

BRASIL, Constituição (1990). **Lei nº 8080, de 19 de julho de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 04 mai. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Instrução normativa nº 01 de 7 de março de 2005**. Regulamenta a portaria nº 1.172/2004/GM, no que se refere às competências da União, estados, municípios e Distrito Federal na área de vigilância em saúde ambiental. Brasília. 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2005/int0001_07_03_2005_rep.html. Acesso em: 06 mai. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Glossário temático: promoção da saúde**. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: 2012. 48 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_promocao_saude_1ed.pdf. Acesso em: 04 set. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas**. Ministério da Saúde; Secretaria Executiva. – Brasília: Ministério da Saúde, 2000. 44p. il. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf. Acesso em: 04 mai. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana**. 2019b. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/agenda-ambiental-urbana.html>. Acesso em: 21 out. 2019.

BRASIL. Constituição (2019a). **Resolução nº 1, de 18 de março de 2019**. Brasília, Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/67531883. Acesso em: 04 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. **O desenvolvimento do Sistema Único de Saúde: avanços, desafios e reafirmação dos seus princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/desenvolvimento_sus.pdf. Aceso em 11de mai.2019

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 16 de Ago 2020.

BRITO, Annie Mehes Maldonado. **Representações sociais, crenças e comportamentos de saúde: um estudo comparativo entre homens e mulheres**. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BUCCHERI FILHO, Alexandre Theobaldo; NUCCI, João Carlos. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. Geography Department, University Of São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 48-59, fev. 2006. Universidade de Sao Paulo, **Agencia**

USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7154/rdg.2006.0018.0005>. Acesso em: 15 out. 2019.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 77-93, abr. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312007000100006>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BUSS, Paulo Marchiori; **O conceito de promoção da saúde e os determinantes sociais**. 2010. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/o-conceito-de-promo%C3%A7%C3%A3o-da-sa%C3%BAde-e-os-determinantes-sociais>>. Acesso em: 04 set. 2019

BUSS, Paulo Marchiori; Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, 5 (1), p. 163-177, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2000.v5n1/163-177>. Acesso em: 04 set. 2019.

CAIAFFA, Waleska Teixeira et al. Saúde urbana: "a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora". **Ciênc. Saúde coletiva**. 2008, v.13, n.6, p.1785-1796. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000600013>. Acesso em: 04 set. 2019.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A Praça Brasileira**: trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade. 2007. 434 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR_CALDEIRA.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. O processo de consolidação da centralidade regional de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 23, n. 3, p. 582-601, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/159878/159120>. Acesso em: 15 set. 2020.

CARVALHO, Antônio Ivo de.; Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. In: Fundação Oswaldo Cruz. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro**: população e perfil sanitário [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. v. 2. p. 19-38. Disponível em < <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/07/11.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

CASSILHA, Gilda A.; CASSILHA, Simone A. **Planejamento Urbano e Meio Ambiente**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2009. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~felipe/Livro%20Planejamento.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; GUZZO, P.; ROCHA, Y.T. Proposição de Terminologia para o Verde Urbano. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**. Rio de Janeiro, RJ, Ano VII, n. 3, 1999. Disponível em: <https://tgpusp.files.wordpress.com/2018/05/cavalheiro-et-al-1999.pdf>. Acesso em: 20 Ago 2020.

COSTA, Renata Geryani S; FERREIRA Cácia Castro M.; Análise do Índice de Áreas Verdes (IAV) na Área Central da Cidade de Juiz de Fora, MG. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (RSBAU)**, v. 4, n. 1, p. 39, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revsbau/article/view/66240>. Acesso em: 22 mar. 2020.

CUNHA, Érika Jorge Rodrigues da. **A Natureza do Espaço Urbano**: formação e transformação de territórios na cidade contemporânea. 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível

em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/RAAO-7EFPDL/1/a_natureza_do_espa_o_urbano.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

CUNHA, Paulo Roberto; A relação entre meio ambiente e saúde e a importância dos princípios da prevenção e da precaução. **JUS**, 2005. Disponível em: www.jus.com.br/artigos/6484/a-relacao-entre-meio-ambiente-e-saude-e-a-importancia-dos-principios-da-prevencao-e-da-precaucao. Acesso em: 22 jun. 2019.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos; NETO Generoso De Angelis; BARROS Gabriela De Angelis; BARROS Rafaela De Angelis; **Praças**: História, Usos e Funções. Maringá: EDUEM, 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/129642661-Fundamentum-pracas-historia-usos-e-funcoes.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.

DENALDI, Rosana; FERRARA, Luciana Nicolau.; A Dimensão Ambiental da Melhoria de Favelas. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, p.1-20, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc0195r0vu18l1ao>. Acesso em: 06 fev. 2020.

DOURADOS. **Lei N° 4.246, de 25 de fevereiro De 2019**. Define a organização espacial da área urbana de dourados, a denominação dos bairros que a compõem e dá outras providências. Dourados: Prefeitura Municipal de Dourados (2019). Disponível em: <https://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Lei-n%C2%BA-4246-Define-e-organiza-%C3%A1rea-urbana-e-os-bairros.pdf>. Acesso em: 25 de jun de 2021.

DOURADOS. **Plano diretor de mobilidade urbana de Dourados – MS (Relatório Técnico – Segunda Etapa)**. Secretaria Municipal de Planejamento, 2016.

DEGREAS, Helena Napoleon; RAMOS, Priscilla Goya. ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: FORMAS URBANAS PARA UMA VIDA PÚBLICA. **X Colóquio Quapá-Sel**. Brasília. jun. 2015. Disponível em: <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/11/Espa%C3%A7os-livres-p%C3%BAblicos-formas-urbanas-para-uma-vida-p%C3%BAblica.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2021.

ECKER, Vivian Dall'igna. **A praça como locus da sociabilidade**: estudo de caso da Praça da Cidadania, no Campus da UFSC. 2016. 253 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura da Cidade), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167780/341231.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 maio 2020.

ESTÊVEZ, Laura Freire; NUCCI, João Carlos. A QUESTÃO ECOLÓGICA URBANA E A QUALIDADE AMBIENTAL URBANA. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 10, n. 1, p.26-49, jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/37677/26756>. Acesso em: 21 out. 2019.

FARIA, Rivaldo Mauro; BORTOLOZZI, Arlêude. Espaço, Território e Saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. **Ra'e Ga**, Curitiba, v. 17, n. 0, p. 31-41, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v17i0.11995>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FERENTZ, Larissa Maria da Silva. ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA PELO MÉTODO WHOQOL-BREF: estudo de caso na cidade de Curitiba, Paraná. **Revista Estudo & Debate**, v. 24, n. 3, p. 116-134, 28 dez. 2017. Editora Univates. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-036x.v24i3a2017.1359>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 18, p. 87-94, 2008.

FITZ, Paulo Roberto; VIEIRA, Jeferson Cordeiro; SOARES, Mirlla Casimiro. O uso de polígonos de amostragem em classificações supervisionadas de imagens de satélite. **Entre-Lugar**, v. 10, n. 19, p. 319-342, jul. 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/9595>. Acesso em: 17 dez. 2020.

FLECK, Marcelo Pa; LOUZADA, Sérgio; XAVIER, Marta; CHACHAMOVICH, Eduardo; VIEIRA, Guilherme; SANTOS, Lyssandra; PINZON, Vanessa.; Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida. **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, p. 178-183, 2000.

FLEURY, Sonia; OUVRENEY, Assis. O sistema único de saúde brasileiro: Desafios da gestão em rede. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, Lisboa, v. 11, n. 2, p.74-83, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpb/v11n2-3/v11n2-3a07.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2019.

FRANÇA, Jéssika Paiva. **Desdobramentos em Belém-PA, o caso da orla Portal da Amazônia**. 2018. 362 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-17042018-152235/publico/CorrigidaJessikaPaivaFranca.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

FREITAS, Carlos Machado de. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. **Ciênc. Saúde coletiva**, v.8, n.1, p.137-150, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232003000100011>. Acesso em: 04 set. 2019.

GAMARRA, Roberto Macedo.; TEIXEIRA-GAMARRA, Mara Cristina.; CARRIJO, Martha Gilka Gutiérrez.; FILHO, Antônio Conceição Paranhos. Uso Do NDVI Na Análise Da Estrutura Da Vegetação e Efetividade Da Proteção De Unidade De Conservação No Cerrado. **Ra'e Ga**, Curitiba, v. 37, p. 307-332, 2016. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/42454/29046>. Acesso em: 05 dez. 2019.

GARCIA, Gislaíne Cristina Villela Araújo; FERREIRA, Gisele Nepomuceno; Espaços Livres em Áreas Urbanas. **Revista Internacional de Debates da Administração Públicas**, v. 3, n. 1, p. 73-87, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/RIDAP/article/view/1291>. Acesso em: 7 set. 2021.

GEHL, Jan. Cidade para pessoas. 2ª ed. São Paulo: **Perspectiva**, 2013. Disponível em <https://archive.org/details/LivroCidadeParaPessoasJanGehl/page/n131/mode/2up>. Acesso em: 24 ago. 2021.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SOARES, Beatriz Ribeiro. Reflexões sobre qualidade ambiental urbana. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 2, n. 2, p.21-30, jun. 2004. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>. Acesso em: 20 out. 2019.

GOMES, Maria Rosângela; MARTIN, Encarnita Salas. Degradação das Praças Públicas e os Fatores de Riscos Para a População: Exemplos Para a Cidade de Natal/RN. **Geographia**, Niterói, v. 19, n. 40, p. 107-122, 2017.

GOMES, Eduardo; ABRANTES, Patricia; BANOS, Arnaud; ROCHA, Jorge. Influência da vizinhança nas alterações de uso/ocupação do solo urbano: o método LAND. In: FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO. (org.). **As dimensões e a responsabilidade**

social da geografia, 2017. Cap. 1. p. 193-197. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/110011/2/241307.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

GONÇALVES, Wantuelfer; TIBIRIÇÁ, Antônio Cleber Gonçalves; SILVA, Vanisa Almeida; TORRES, Ewerton Magalhães; Planejamento de Áreas Verdes em Espaços Urbanos. **XII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**. Fortaleza, p. 1-9. 2008. Disponível em: <http://www.infohab.org.br/entac2014/2008/artigos/A2287.pdf>. Acesso em: out. 2018.

GOUVEIA, Nelson. Saúde e Meio Ambiente nas Cidades: Os Desafios da Saúde Ambiental. **Saúde e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 49-61, 1999. Disponível em: www.scielo.org/article/sausoc/1999.v8n1/49-61/pt/#. Acesso em: 03 set. 2019.

GUIMARÃES, Raul Borges. Geografia da saúde: categorias, conceitos e escalas. In: **Saúde: fundamentos de Geografia humana**. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 79-97.

GUIMARÃES, Raul Borges; PICKENHAYN, Jorge Amancio; LIMA, Samuel do Carmo. **Geografia e Saúde: Sem fronteiras**. Uberlândia: Assis Editora, 2014.

GUZZO, Perci; CARNEIRO, Regina Maria Alves; JÚNIOR, Hamilton de Oliveira. Cadastro Municipal de Espaços Livres Urbanos de Ribeirão Preto (SP): Acesso Público, Índices e Base para Novos Instrumentos e Mecanismos de Gestão. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v.1, n.1, 2006.

HANNES, Evy; Espaços abertos / espaços livres: um estudo de tipologias. **Paisagem e Ambiente**, n. 37, p. 121-144, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/100413>. Acesso em: 7 set. 2021.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 17 dez. 2019.

HENRIQUE, Wendel. Representações da natureza na cidade. SERPA, Angelo (Org.) **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA., 2008. p. 201-253 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7476/9788523211899>. Acesso em: 17 dez 2019.

HILDEBRAND, Elisabeth.; GRAÇA, Luiz Roberto.; MILANO, Miguel Serediuk.; Distância De Deslocamento Dos Visitantes Dos Parques Urbanos Em Curitiba-Pr. **Floresta e Ambiente**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 76-83, 2001. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/33776/1/Floresta.pdf>. Aceso em: 15 abr. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Áreas urbanizadas do Brasil**: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 28 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100639.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf> Acesso em: 28 out. 2020.

_____. **Censo Demográfico 2010**, Sinopse. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama> Acesso em 12 de abr.2020

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2018**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

IMAD - Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento; UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados. **Plano de Manejo – Fase 1 Parque Natural Municipal do Paragem**. 2007. Disponível em <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/plano-de-manejo-do-parque-natural-municipal-do-paragem/> Acesso em 18 de Dez de 2020.

IMAM - Instituto de Meio Ambiente de Dourados. **Mapa de Áreas Verdes**. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/mapa-de-areas-verdes/>. Acesso em: 17 out. 2020.

JUNQUEIRA, Renata Dias.; Geografia Médica e Geografia da Saúde. Hygeia, **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. 5 (8), p. 57 - 91. Uberlândia. Jun/2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/viewFile/16931/9336>. Acesso em: 19 out. 2019

LEITE Maria Ângela Faggin Pereira. A natureza e a cidade: discutindo suas relações. In: Souza MAA, Santos M, Scarlato FC, Arroyo M, organizadores. **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR; 1994. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000124&pid=S0102-311X200500040001600016&lng=en. Acesso em: 15 jun. 2020.

LIMA, Elias Lopes de. O Mito do "Fator Antrópico" no Discurso Ambiental Geográfico. **Mercator**, Fortaleza, v. 3, n. 14, p. 109-122, set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14n3/1984-2201-mercator-14-03-0109.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

LIMA, Valéria. **Análise da qualidade ambiental na cidade de Osvaldo Cruz/SP**. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96691>. Acesso em: 15 set. 2019.

LIMA, Valéria; AMORIM, Margarete Cristiane da Costa Trindade. A Importância das Áreas Verdes Para a Qualidade Ambiental das Cidades. **Formação**, Presidente Prudente, v. 13, n. 1, p.69-82, jan. 2006. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/835>. Acesso em: 12 fev. 2020.

LOBODA, Carlos Roberto.; ANGELIS, Bruno Luis Domingos. Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções. **Ambiência**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 125-139, jul. 2005. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/157/185>. Acesso em: 07 out. 2018.

LONDE Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. A Influência das Áreas Verdes na Qualidade de Vida Urbana. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 10, n. 18, p. 264 - 272, 25 jul. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/26487>. Acesso em: 07 set. 2021.

LORENZETTI, Jorge; LANZONI, Gabriela Marcellino de Melo; ASSUITI, Luciana Ferreira Cardoso; PIRES, Denise Elvira Pires de; RAMOS, Flávia Regina Souza. Gestão da saúde no Brasil: diálogo com gestores públicos e privados. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 417-425, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/qJDNdKLVQ9qc6wVRsQRmyyH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

LOUZADA, Raquel Martin. **Análise da Qualidade Ambiental Urbana da Região da Praia Central de Balneário Camboriú-SC Frente ao Processo de Expansão e Valorização Imobiliária**. 2017. 265 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência e Tecnologia Ambiental, Centro de Ciência e Tecnologia do Mar, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2017. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Raquel%20Martin%20Louzada.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LUNAS Fernandes da Silva; RIBAS Maria Cristiane; Lopes Rodrigues; MARIA Lidia Parques Urbanos Municipais em Dourados - MS -Brasil: Estado da Arte Redes. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 2, 2013, pp. 231-245. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056835013.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. 122 p. Coleção Quapá.

MACEDO, Silvio Soares; Espaços livres. **Paisagem ambiente**, São Paulo, 1995 7, 15-56. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133811/129684>. Acesso em de out. de 2020.

MALLMANN, Andrey de Souza. Parques Urbanos Enquanto Equipamentos de Lazer, Caracterização do Parque Antenor Martins –Dourados/MS. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXIX, Nº. 000158, 19/03/2019. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/parques-urbanos-enquanto-equipamentos-de-lazer-caracterizacao-do-parque-antenor-martins>. Acesso em:15 de set 2020

MARTELLI, Anderson,; JUNIOR, Arnaldo Rodrigues Santos,; Arborização Urbana do município de Itapira – SP: perspectivas para educação ambiental e sua influência no conforto térmico. **Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM Santa Maria Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental e-ISSN 2236 1170 - V. 19, n. 2, mai-ago. 2015, p. 1018-1031.** Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/download/15968/pdf> Acesso em 24 de nov. de 2019.

MARTINELLI, Patrícia. **Qualidade Ambiental Urbana em Cidades Médias**: proposta de modelo de avaliação para o Estado de São Paulo. 2004. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95585/martinelli_p_me_rcla.pdf;sequence=1. Acesso em: 04 mar. 2020.

MATOS, Fátima Loureiro de. Espaços Públicos e Qualidade de Vida Nas Cidades - O Caso da Cidade Porto. Observatorium: **Revista Eletrônica de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p. 17-33, jul. 2007. Disponível em: http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/2edicao/n4/Espacos_publicos.pdf. Acesso em: 26 out. 2020.

MATSUMOTO, Maria Lída et al. Avaliação ambiental do parque urbano Arnulpho Fioravanti para adoção de estratégias de restauração. **Boletim Paranaense de Geociências** 66-67 (2012) 51-60. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geociencias/article/download/19400/20449>. Acesso em: 22 out. 2020.

MAZZEI, Kátia; Munio COLESANTI, Marlene T.; Gomes dos SANTOS, Douglas. Áreas Verdes Urbanas, Espaços Livres para o Lazer. **Sociedade & Natureza**, v. 19, n. 1, 2007, p. 33-43. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/3213/Resumenes/Resumo_321327190003_5.pdf. Acesso em: 18 out. 2018.

MELO, Mariana Inocência Oliveira. **Parques Urbanos, a Natureza na Cidade**: Práticas de Lazer e Turismo Cidadão. 2013. 204 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Turismo, Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14302/1/2013_MarianaInocenciaOliveiraMelo.pdf. Acesso em: 25 mai. 2020.

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, 1991. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101991000500003>. Acesso em: 08 out. 2019.

MENDONCA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estud. pesqui. psicol.** 2007, v. 7, n. 2. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S180842812007000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 mar. 2020.

MINAKI, Cíntia.; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. Espaços Urbanos e Qualidade Ambiental – Um Enfoque Da Paisagem. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 14, p. 67-82. 2007. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/Minaki.pdf> Acesso em: 17 jan. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232000000100002>. Acesso em: 05 mai. 2019

MIOT, Hélio Amante. Tamanho da amostra em estudos clínicos e experimentais. *Jornal Vascular Brasileiro. Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular (SBACV)*, v. 10, n. 4, p. 275-278, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/11712>>. Acesso 26 de out. de 2020

MOTA, Adeir Archanjo da. Suicídio no Brasil e os contextos geográficos: contribuições para política pública de saúde mental. 2014. xviii, 208 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115754>>. Acesso em 12 de dez.2020.

MORAIS, Maria Maura de; QUEIROZ Neusa da Silva. Saúde e Meio Ambiente: interpretações e perspectivas. **4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: Tendências e Desafios**, Belo Horizonte, p.1-16, maio de 2016. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/0d/0d745eca-5bdb-4391-8dd9-71904b68df2f.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2019

MORERO, Andrea Maria; SANTOS, Rozely Ferreira dos; FIDALGO, Elaine Cristina Cardoso. Planejamento Ambiental de Áreas Verdes: Estudo de Caso em Campinas–Sp. **Rev. Inst. Flor**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 19-30, jul. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228338634_Planejamento_ambiental_de_areas_verdes_estudo_de_caso_em_Campinas-SP. Acesso em: 15 out. 2020.

MORETTI, Edvaldo César; CAMPOS, Bruno Ferreira.; Fundamentos e Dinâmicas da Produção do Espaço no Processo de Ampliação do Perímetro Urbano de Dourados – MS (2011-2014). *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 430-449, 2016 | doi: 10.12957/geouerj.2016.13015. Acesso em:18 de maio de 2021.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: acção política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 9, p. 265-291, jul. 2009. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a02.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020

NETO, Nicolau Cardoso; Princípios Constitucionais de Meio Ambiente e de Saúde Como Garantia de Qualidade De Vida Identificados na Constituição Federal Brasileira De 1988; **Direito ambiental**. Florianópolis : FUNJAB, 2013. Disponível em <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=2f254e66097fd653> . Acesso em: 04 set. 2019.

NUCCI, João Carlos. Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP) / - Curitiba: 1999. Disponível no endereço: <http://www.portal.ufpr.br> Acesso em 12 de ago de 2020.

NUCCI, João Carlos. Qualidade ambiental e adensamento urbano. São Paulo, SP: Humanitas, 2001. Disponível em <https://tgpusp.files.wordpress.com/2018/05/qualidade-ambiental-e-adensamento-urbano-nucci-2008.pdf> Acesso em 07 de abr, 2020.

OLERJ - OBSERVATÓRIO LEGISLATIVO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro). Praça pública e medo. Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/praca-publica-e-medo>. Acesso em: 19 out. 2020.

OLIVEIRA, Carlos Henke de. **Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas**. 1996. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ecologia e Recursos Naturais, Centro de Ciências Biológicas e Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1950/mestrado-carlos-henke-oliveira.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 nov. 2019.

OLIVEIRA, Lucas Manoel Cardoso de; MOTA, Adeir Archanjo. Considerações sobre as Áreas Verdes na Promoção da Saúde Mental nos Espaços Urbanos. In: RIBEIRO, Eduardo Augusto Werneck et al (org.). **Conexão Da Saúde Mental E Território**. Blumenau: Editora Instituto Federal Catarinense, 2019. Cap. 1. p. 1-27. Disponível em: Editora Instituto Federal Catarinense. Acesso em: 04 mai. 2020.

PATINO, Cecilia Maria; FERREIRA, Juliana Carvalho. Intervalos de confiança: uma ferramenta estatística útil para estimar tamanhos de efeito no mundo real. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, São Paulo, v. 41, n. 6, p. 565-566, dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/jbpneu/v41n6/pt_1806-3713-jbpneu-41-06-00565.pdf. Acesso em: 22 out. 2020

PAULA, Isabela Fernanda Moraes de; FERREIRA, Cássia Castro Martins. Avaliação e mapeamento da cobertura vegetal da região central da cidade de Juiz de Fora – MG. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, 2017. v. 39, p. 146 - 166, abr. 2017. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/43374/32079>>. Acesso em: 04 out. 2021.

PEDROSO, Bruno. et al. Validação da sintaxe unificada para o cálculo dos escores dos instrumentos WHOQOL. **Conexões (UNICAMP)**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 130-156, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637717#:~:text=As%20sintaxes%20originais%20dos%20instrumentos,individuais%20de%20cada%20instrumento%20WHOQOL>. Acesso em 15 de dez. 2020

PÊGO, Bolívar; ROMA, Júlio César; FERES, José Gustavo; SCHMIDT, Larissa; O Licenciamento ambiental como condicionante à execução de obras de infraestrutura. Capítulo da publicação: Governança da política de infraestrutura: condicionantes institucionais ao investimento / Alexandre de Ávila Gomide, Ana Karine Pereira, editores. - Rio de Janeiro : Ipea, 2018. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8554> . Acesso em 15 de Jan. de 2020.

PEITER, Paulo Cesar. Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio. Rio de Janeiro. UFRJ/IGEO/ PPGG, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Paulo-Peiter-2/publication/267838080_A_Geografia_da_Saude_na_Faixa_de_Fronteira_Continental_do_Brasil_na_Passagem_do_Milenio/links/572b90de08aef7c7e2c6b57e/A-Geografia-da-Saude-na-Faixa-de-Fronteira-Continental-do-Brasil-na-Passagem-do-Milenio.pdf. Acesso em: 15 Out. 2020.

PIZZOL, Kátia Maria Santos de Andrade. Uso e apropriação dos espaços livres públicos e informais de uma área urbana em João Pessoa - PB. 2005. 174 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4591/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2021.

PITANGA, Francisco José Gondim. Epidemiologia, atividade física e saúde. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 10, n. 3, p. 49-54, 2002. Disponível em: <portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/463/489>. Acesso em: 15 jul. 2020.

POHLENZ, Marilu; COSER, Katia. O estudo do uso e ocupação irregular em áreas de preservação permanente urbanas. **Jus.Br**, S/i, mar. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/47822/o-estudo-do-uso-e-ocupacao-irregular-em-areas-de-preservacao-permanente-urbanas#:~:text=Visto%20que%20a%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20irregular,%C3%A9%20considerada%20um%20direito%20fundamental..> Acesso em: 25 out. 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS. Lei nº 4.246, de 25 de fevereiro de 2019. Disponível em <https://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Lei-n%C2%BA-4246-Define-e-organiza-%C3%A1rea-urbana-e-os-bairros.pdf> Acesso em 15 de jul. 2021.

QUANDT, Fábio Luiz et al. Saúde Ambiental e atenção à saúde: construção e ressignificação de referências. **Cadernos Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 22, n. 2, p.150-157, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201400020007>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v22n2/1414-462X-cadsc-22-02-00150.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2019.

QUEIROGA, E. F. Da relevância pública dos espaços livres um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 58, p. 105-132, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i58p105-132. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82387>. Acesso em: 24 dez. 2021.

_____. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **RESGATE** - vol. XIX, N0 21 - jan./jun. 2011 - QUEIROGA, Eugênio Fernandes - p. 25-35. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/download/8645703/13003/#:~:text=O%20sistema%20de%20espa%C3%A7os%20livres%20p%C3%ABlicos%20constitue m%20no%20principal%20subsistema,s%C3%A3o%20os%20terrenos%20privados%20deso cupados.> Acesso em 26. Dez 2021.

RAIMUNDO, Sidnei; SARTI, Antônio Carlos. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana de Turismo** (ritur), [s.l.], v. 2, n. 6, p. 3-24, jan. 2016. Universitat de Girona-Universidade de Alagoas. <http://dx.doi.org/10.2436/20.8070.01.32>. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/download/2791/2063>. Acesso em: 04 mai. 2020.

RAMOS, Helci Ferreira; NUNES, Fabrizia Gioppo; SANTOS, Alex Mota dos. Índice de áreas verdes como estratégia ao desenvolvimento urbano sustentável das Regiões Norte, Noroeste e Meia Ponte de Goiânia-Go, **Cuadernos de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 86-101, jun. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v29n1/2256-5442-rcdg-29-01-86.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

REIS, Rodrigo Siqueira. Determinantes Ambientais para a Realização de Atividades Físicas nos Parques Urbanos de Curitiba: Uma Abordagem Sócio-Ecológica da Percepção dos Usuários. Florianópolis, 2001. 101 p. **Dissertação (Mestrado em Educação Física)** - Centro

de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/80235>. Acesso em: jan. 2021.

REIS, Daniel Fernando dos *et al.* ATIVIDADE FÍSICA AO AR LIVRE E A INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA. **Colloquium Vitae**, v. 9, p. 191-201, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5747/cv.2017.v09.nesp.000319>. Acesso em: 15 ago. 2021.

RIBEIRO, Helena. Saúde Pública e Meio Ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. **Saúde e Sociedade**, v.13, n.1, p.70-80, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2004.v13n1/70-80/#>. Acesso em: 3 set. 2019.

RIBEIRO, Helena; VARGAS, Heliana Comin; Urbanização, globalização e saúde. **Revista USP** • São Paulo • n. 107 • p. 13-26 • outubro/novembro/dezembro 2015. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/115110/112815#:~:text=O%20ambiente%20das%20cidades%20era,esgotos%20e%20coleta%20de%20res%C3%ADduos>. Acesso em: 15 out. 2020.

RODRIGUES, Ariete. Moysés. A Matriz Discursiva Sobre O “Meio Ambiente”: Produção Do Espaço Urbano – Agentes, Escalas, Conflitos. In: **A Produção Do Espaço Urbano: Agentes Processos, Escalas E Desafios**. Editora Contexto, 2011. p. 207 – 230. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/blogarlete/a-matriz-discursiva-sobre-o-meio-ambiente>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ROGGERO, Marília Araújo. **Qualidade de vida urbana nas bordas da metrópole: centralidades e periferias**. 2015. 2019 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-16092015-145700/pt-br.php>>. Acesso em: 21 out. 2019.

RUBIRA, Felipe Gomes. Definição e diferenciação dos conceitos de áreas verdes/espços livres e degradação ambiental/impacto ambiental. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 45, p. 134-150, ago. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/download/9570/8740/0#:~:text=Espa%C3%A7o%20livre%3A%20%C3%89%20o%20conceito,p%C3%BAblicos%20e%20os%20parques%20urbanos>. Acesso em: 18 out. 2020.

SALDANHA, Hamanda Gelça Araújo Costa *et al.* Espaço urbano: como e por quem ele é produzido. **INTESA – Informativo Técnico do Semiárido**, Pombal, v. 11, n. 2, p. 13 - 19, 2017. Disponível em: <https://gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/download/5416/4635>. Acesso em 17 dez. 2019.

SALLES, Maria Clara Torquato.; GRIGIO, Alfredo Marcelo.; SILVA, Márcia Regina Farias da.; Expansão urbana e conflito ambiental: uma descrição da problemática do município de Mossoró, RN - Brasil **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 25 (2): 281-290, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sn/v25n2/a06v25n2.pdf>. Acesso em: 17 dez. de 2019.

SANTOS, Jose Aparecido dos. **Cidade e natureza: relações entre e produção do espaço urbano, a degradação ambiental e os movimentos sociais em Bauru-SP**. 2008. 344p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287389>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. *Physis*: **Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 29-41, abr. 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312007000100003>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/WNtwLvWQRFbscbzCywV9wGq/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SCHEUER, Junior Miranda. Planejamento urbano, áreas verdes e qualidade de vida. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Curitiba, v. 11, n. 5, p. 59-73, dez. 2016. Disponível em: http://www.conexaoambiental.pr.gov.br/sites/conexao-ambiental/arquivos_restritos/files/documento/2018-11/587-1962-1-pb.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, n. 5, p.538-542, out. 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-89101997000600016>. Acesso em: 04 set. 2019.

SILVA, Geovany Jessé Alexandre da; WERLE, Hugo José Scheuer.; Planejamento urbano e ambiental nas municipalidades: da Cidade à sustentabilidade, da lei à realidade. **Paisagens em Debate**, n. 05, 2007. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/gdpa/paisagens/artigos/2007Silva-Werle-PlanejamentoUrbanoSustentabilidade.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.

SILVA, Guilhermina Castro; LOPES, Wilza Gomes Reis; LOPES, João Batista. Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Ambiente Construído**, v. 11, n. 3, p. 197-212, set. 2011. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212011000300014>. Acesso em: 23 out. 2020.

SILVA, Inacio *et al.* Espaços públicos de lazer: distribuição, qualidade e adequação à prática de atividade física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 20, n. 1, p. 82-92, 31 jan. 2015. Brazilian Society of Physical Activity and Health. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12820/rbafs.v.20n1p82>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SILVA, Lucas Fernando Bertacco da; CARVALHO, Marcia Siqueira de. ; Praças Como Espaços Para Saúde: o caso da praça Nishinomiya (Londrina-paraná). **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia v. 13, n. 26, p. 175-191, 6 dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/hygeia132615>. Acesso em: 26 out. 2020.

SILVA, André Vieira Batista da; **Índice de Área Verde e Cobertura Vegetal no Município de Santa Terezinha De Itaipu-PR**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/22878/2/MD_GAMUNI_2014_2_19.pdf. Acesso em: 18 mar. 2020.

SOUZA, Cinoélia Leal de; ANDRADE, Cristina Setenta. Saúde, meio ambiente e território: uma discussão necessária na formação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 19, n. 10, p.4113-4122, out. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320141910.08992014>. Acesso em 04 set. de 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. "A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais." In: DAMIANI, A.L.; CARLOS, A.F.A. e SEABRA, O.C. de L. (Orgs.) **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo, Contexto, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 1, n. 35, p. 51-62, abr. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/4817/5178>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O Desafio Metodológico da Abordagem Interescalar no Estudo de Cidades. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 3, n. 5, p. 143-157, maio 2006.

Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/508>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Meio, ambiente e geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021.

SZEREMETA, Bani. ZANNIN, Paulo Henrique Trombetta A Importância dos Parques Urbanos e Áreas Verdes na Promoção da Qualidade de Vida em Cidades. R. **Ra'e Ga** - Curitiba, v.29, p.177-193, dez/2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30747/21483>. Acesso em: 27 out. 2018.

TOLEDO, Fabiane dos Santos; MAZZEI, Kátia; SANTOS, Douglas Gomes dos. Um índice de áreas verdes (IAV) na cidade de Uberlândia / mg. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, v. 4, n. 3, p. 86-105, 1 maio 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332823831_UM_INDICE_DE_AREAS_VERDES_I_AV_NA_CIDADE_DE_UBERLANDIA_MG. Acesso em: 15 out. 2020.

VARGAS, Heliana Comin. Qualidade Ambiental Urbana: em Busca de uma Nova Ética. **VII Encontro Nacional da Anpur**, Porto Alegre, p. 1-13, maio 1999. Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/08/1999-QUALIDADE-AMBIENTAL-URBANA-EM-BUSCA-DE-UMA-NOVA-%C3%89TICA.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

VIACAVA, Francisco; OLIVEIRA, Ricardo Antunes Dantas de; CARVALHO, Carolina de Campos; LAGUARDIA, Josué; BELLIDO, Jaime Gregório. SUS: oferta, acesso e utilização de serviços de saúde nos últimos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p.1751-1762, jun. 2018. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2018.v23n6/1751-1762/#>. Acesso em: 09 Jan 2020.

VIEIRA, Paulo Barral de Hollanda; SANTOS, Lisana Katia Schmitz; GRAZZIOTIN, Adriano. Utilização do SIG Na Análise Das Áreas Verdes Públicas Do Bairro Do Córrego Grande (UEP-12). **II SBG**. FLORIANÓPOLIS/SC.: Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 223-231, jul. 2007. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/departamentos/cartografia/eventos/2007_II_SBG/artigos/A_033.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 44, n. 22, p. 203-220, dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 10 dez. 2020.

XIMENES, Deize Sbarai Sanches et al. A importância dos espaços públicos e áreas verdes pós-pandemia na cidade de São Paulo (SP). **Revista Labverde**, v. 10, n. 1, p. 1-21, 2020. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-2275.labverde.2020.172291>. Acesso em: 12 set. 2021.

APÊNDICE A – Questionário sobre áreas verdes urbanas e saúde em Dourados-MS

ÁREAS VERDES URBANAS E SAÚDE EM DOURADOS-MS

Olá, sou Lucas Manoel, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), desenvolvo estudo que tem por objetivo compreender a influência das áreas verdes urbanas na saúde da população do município de Dourados - MS, sob orientação do Prof. Dr. Adeir Archanjo Mota, da Faculdade de Ciência Humanas da UFGD. Desde já agradeço a participação na pesquisa. Esse questionário faz parte da pesquisa denominada "QUALIDADE AMBIENTAL E SAÚDE NA CIDADE DE DOURADOS – MS: PERCEPÇÕES SOBRE OS IMPACTOS DAS ÁREAS VERDES URBANAS NA SAÚDE HUMANA". A atual conjuntura de Saúde Pública, a pandemia da CoVID-19, dificultou a aplicação de questionário nas praças e nos parques urbanos, o que fez necessário mudarmos o questionário para o formato digital e coletar as respostas por meio virtual.

ESSA PESQUISA É DIRECIONADA ÀS/AOS HABITANTES DO MUNICÍPIO DE DOURADOS – MS.

O tempo médio para responder este questionário é de 10 a 15 minutos. Peço por gentileza, se puder, envia o link desse questionário para todos os seus contatos de Dourados – MS, me ajudem na divulgação. De acordo com o art. 1º da Resolução do Conselho Nacional de Saúde n. 510/2016 "não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados; [...]".

Agradeço muito a sua participação!

Atenciosamente,

Lucas Manoel Cardoso de Oliveira

Mestrando em Geografia - UFGD

Professor Responsável (Orientador): Prof. Dr. Adeir Archanjo da Mota

Líder do Grupo de Pesquisa "Saúde, Espaço e Fronteiras"

Programa de Pós-graduação em Geografia

Faculdade de Ciências Humanas - UFGD

Contato: adeirmota@ufgd.edu.br



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O (a) senhor (a) está sendo convidado a participar de um projeto de pesquisa de vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, intitulado: QUALIDADE AMBIENTAL E SAÚDE NA CIDADE DE DOURADOS – MS: PERCEPÇÕES SOBRE OS IMPACTOS DAS ÁREAS VERDES URBANAS NA SAÚDE HUMANA. Os participantes do estudo são habitantes do município de Dourados - MS incluindo o (a) senhor (a). Todos serão convidados a responder um questionário estruturado a respeito de opiniões onde os participantes não informarão nenhum dado pessoal que permita identificação do indivíduo e que versará sobre as percepções do entrevistado a respeito da quantidade e acesso as áreas verdes urbanas em seu contexto de vida e as possíveis relações entre as áreas verdes urbanas e o estado de saúde e bem-estar. O questionário será aplicado através de um formulário eletrônico, alocado na plataforma Google Forms. A pesquisa terá como objetivo principal entender quais os principais usos que a população faz desses espaços público (praças e parque) nas áreas urbanas do município de Dourados/MS e quais as influências geradas por essa utilização na saúde e na qualidade ambiental urbana da população. O (a) senhor (a) ao aceitar participar da pesquisa deverá:

1. Eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura do TCLE,

2 Responder ao questionário on-line. O questionário será on-line e, portanto, respondido no momento e local de sua preferência. As perguntas obrigatórias para obtenção de dados essenciais para a pesquisa estarão assinaladas com *. O (a) Senhor (a) não terá despesas e nem será remunerado pela participação na pesquisa. O risco da pesquisa é mínimo por envolver apenas a resposta ao questionário online, o qual foi elaborado com o intuito de que o tempo gasto para seu preenchimento seja mínimo, em torno de 10 a 15 minutos. Para garantir a (TCLE) confidencialidade e a privacidade dos indivíduos, não serão solicitados dados pessoais que identifiquem o participante da pesquisa. De acordo com o parágrafo único do art. 1º da Resolução do Conselho Nacional de Saúde n. 510/2016 "não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados; [...]". Todos os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidades científicas conforme previsto no consentimento do participante. Os resultados diretos da pesquisa não serão divulgados a terceiros. Não existe benefício ou vantagem direta em participar deste estudo. Os benefícios e vantagens em participar são indiretos, proporcionando retorno social através mensuração de dados para possíveis futuras tomadas de decisão acerca do assunto. Remotamente as pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores: Lucas Manoel Cardoso de Oliveira e Prof. Dr. Adeir Archanjo Motta que são os responsáveis pela pesquisa. O (a) senhor (a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer necessidade de justificativa. Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação de seu

nome ou endereço. Ao clicar no botão eu aceito, estará concordando, com os termos acima.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma evidente e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto. Eu compreendo que neste estudo, as medições são uma pesquisa de opinião sem identificação da pessoa e que fui informado que posso me retirar da pesquisa a qualquer momento. *

Eu aceito

* Required

Informações do Entrevistado

Não serão solicitadas informações que identifique os indivíduos

1. Idade *

2. Gênero *

Feminino

Masculino

Prefiro não dizer

Outros:

3. Auto declaração de cor/raça: *

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE

- Preta
- Parda
- Indígena
- Branca
- Amarela

4. Estado Civil *

- Solteiro Casado
- Separado
- Divorciado
- Viúvo
- Outros: _____

5. Reside em qual bairro da cidade de Dourados - MS? *

6. Quantos pessoas residem em sua moradia? *

7. Tem filhos? *

- Sim
- Não

8. Quantos?

9. Qual sua Escolaridade? *

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-Graduado (Especialização)
- Pós-Graduado (Mestrado)
- Pós-Graduado (Doutorado)
- Outros:

11. Qual sua profissão? *

12. Qual a sua renda familiar? (Em salários mínimos) *

Considerar um salário mínimo correspondente a R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais)

- Menor que 1 salário mínimo
- Entre 1 e 2 salários mínimos
- Entre 2 e 3 salários mínimos
- Entre 3 e 4 salários mínimos
- Entre 4 e 5 salários mínimos
- Acima de 5 salários mínimos

13. Quantas horas de trabalho por semana? *

- Não trabalho
- Menos de 10 horas semanais
- De 10 a 20 horas semanais
- De 21 a 30 horas semanais
- De 31 a 40 horas semanais
- De 41 a 50 horas semanais
- Mais de 50 horas semanais

Praças e Parques urbanos

14. Conhece alguma praça ou parque do município? *

- Sim
- Não

15. Costuma frequentar habitualmente alguma praça ou parque urbano? *

- Sim
- Não

Praças e Parque do Município de Dourados - MS

16. Qual praça ou parque do município de Dourados - MS você costuma frequentar? (Pode escolher mais de uma opção) *

- Praça Antônio João (Praça Central - Centro)
- Praça Dr. Antônio Alves Duarte (Praça do Transbordo - Centro)
- CEPER I Plano (BNH Iº Plano)
- CEPER II Plano (BNH IIº Plano)
- CEPER III Plano (BNH IIIº Plano)
- CEPER IV Plano (BNH IVº Plano)
- Praça Rui Gomes (Vila Popular)
- Praça Mato Grosso (BNH IIº Plano)
- Praça Zeca Fernandes (Portal de Dourados)
- Praça do Cinquentenário (Vila Industrial)
- Praça Terêncio Rumia (Jardim Independência)
- Parque dos Ipês (Vila Tonani)
- Praça República do Paraguai (Praça Paraguaia - Jardim Independência)
- Praça Walter Guarita (Trevo da Bandeira)
- Praça Adriano Pontes Amarelha (Jardim São Pedro)
- Praça Pedro Rigotti (Jardim São Pedro)
- Praça da Imigração Japonesa (Praça Japonesa - Centro)
- Praça José Guerreiro (Velho Tatau - Canaã III)
- Praça Feliciano Vieira Benedetti (Praça do Izidro Pedroso)
- Praça da Juventude (Praça das Nações - Parque das Nações I)
- Praça Prefeito Ari Valdecir Artuzi (Canaã I)
- Praça do Parque Alvorada (Parque Alvorada)
- Praça Alfredo Uhde (Loteamento Parque do Lago I)
- Praça Norton Wentura Saldivar (Praça do Ervateiro - Avenida Indaía)
- Praça Alto da Boa Vista (Ecoville II)
- Praça Cristhais (Jardim Cristhais)
- Parque Arnulpho Fioravanti (Jardim Independência - atrás da rodoviária)
- Parque Antenor Martins (Parque do Lago - Jardim Florida)
- Parque Ambiental Rego D'Água (Rego D'água - Jardim Água Boa)

- Parque Ambiental Victelio Pellegrin (Flor do Cerrado - Jardim Novo Horizonte)
- Outros:

Praças e Parques urbanos

17. Quantas vezes por mês utilizava praça ou parque antes da pandemia do CoVID-19? *

- Nunca
- De 1 a 2 vezes por mês
- De 3 a 5 vezes por mês
- Acima de 5 vezes por mês

18. Qual o principal motivo para ir as praças e parques? *

19. Qual a distância de sua casa para praça ou parque urbano mais próximo? *

- Menos de 100 metros
- Entre 100 e 1000 metros (1 quilômetro)
- Entre 1000 metros (1 quilômetro) e 2000 metros (2quilômetros) Entre
- 2000 metros (2 quilômetros) e 4000 metros (4 quilômetro)
- Acima de 5000 metros (5 quilômetros)

20. Qual o meio de locomoção utilizado para chegar até às praças e parques que você frequenta?

- A pé
- Bicicleta
- Moto
- Carro
- Transporte
- Outros: _____

21. Você considera importante o uso de recursos públicos para reforma e manutenção das praças e parques? *.

- Sim
- Não

22. Você considera importante a reforma e manutenção das praças e parques? (Opcional)

- Sim (*Ir para questão 22*)
- Não (*Ir para questão 23*)

23. Porquê? (Opcional)

Praças e Parques urbanos

24. Em sua opinião quais as principais funções das praças e parques urbanos que você frequenta. (Pode-se escolher mais de uma opção) *

- Melhoria da qualidade de
- Evitar
- Beleza
- Redução da poluição
- Valorização de imóveis
- Exercícios
- Saúde
- Melhoria do clima
- Abrigo de animais
- Outros: _____

25. Escreva livremente sobre os principais problemas relacionados as praças e parques de Dourados (opcional)

26. Em sua opinião a utilização das praças e parques auxiliam no seu bem-estar? *

- Sim, ajuda muito
- Ajuda
- Ajuda minimamente
- Não ajuda

Saúde pessoal

27. Como considera sua saúde atualmente? *

Considere: 1 - Muito ruim / 2 - Ruim / 3 - Bom / 4 - Muito Bom/ 5 - Excelente

1	2	3	4	5	
Muito	<input type="radio"/>				
					Excelente

28. Quanto tempo faz de sua última visita ao médico? *

- Alguns dias atrás
- Mais de uma semana
- Mais de um mês
- Mais de seis meses
- Mais de um ano
- Outros:

29. Qual sua frequência de comparecimento a estabelecimentos de saúde nos últimos dois anos? *

- Quase nunca
- Apenas quando necessário
- Pelo menos 2 vezes por mês
- Acima de três vezes ao mês

38. Quão seguro você se sente em sua vida diária? *

Considerar 1 - Nada/ 2 - Muito Pouco/ 3- Mais ou menos/ 4 - Bastante/ 5 - Extremamente

1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>				
					Extremamente

39. Quão saudável é seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)? *

Considerar 1 - Nada/ 2 - Muito Pouco/ 3- Mais ou menos/ 4 - Bastante/ 5 - Extremamente

1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>				
					Extremamente

Qualidade de Vida

As questões seguintes são sobre quão completamente você tem sentido ou é capaz de fazer certas coisas.

40. Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia? *

Considerar 1 - Nada/ 2 - Muito Pouco/ 3- Médio/ 4 - Muito/ 5 - Completamente

1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>				
					Completa

41. Você é capaz de aceitar sua aparência física? *

Considerar 1 - Nada/ 2 - Muito Pouco/ 3- Médio/ 4 - Muito/ 5 - Completamente

1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>				
					Completa

42. Você tem dinheiro suficiente para suas necessidades? *

Considerar 1 - Nada/ 2 - Muito Pouco/ 3- Médio/ 4 - Muito/ 5 - Completamente

1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>				
					Completa

43. Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia? *

Considerar 1 - Nada/ 2 - Muito Pouco/ 3- Médio/ 4 - Muito/ 5 - Completamente

1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>				
					Completa

44. Em que medida você tem oportunidades de atividades de lazer?

*

Considerar 1 - Nada/ 2 - Muito Pouco/ 3- Médio/ 4 - Muito/ 5 - Completamente

1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>				
					Completa

Qualidade de Vida

As questões seguintes perguntam sobre quão satisfeito você se sentiu a respeito de vários aspectos

45. Quão bem você é capaz de se locomover? *

Considerar 1 - Muito Mal/ 2 - Mal/ 3- Nem bem, nem mal/ 4 - Bem / 5 - Muito Bem

1	2	3	4	5	
Muito Mal	<input type="radio"/>				
					Muito bem

46. Quão satisfeito você está com o seu sono? *

Considerar 1 - Muito Insatisfeito/ 2- Insatisfeito/ 3- Nem insatisfeito, nem satisfeito/ 4 - Satisfeito/ 5 Muito satisfeito

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Muito Muito

47. Quão satisfeito você está com sua capacidade de desempenhar as atividades de seu dia-a-dia? *

Considerar 1 - Muito Insatisfeito/ 2- Insatisfeito/ 3- Nem insatisfeito, nem satisfeito/ 4 - Satisfeito/ 5 Muito satisfeito

1 2 3 4 5

Muito Muito

48. Quão satisfeito você está com sua capacidade para o trabalho? *

Considerar 1 - Muito Insatisfeito/ 2- Insatisfeito/ 3- Nem insatisfeito, nem satisfeito/ 4 - Satisfeito/ 5 Muito satisfeito

1 2 3 4 5

Muito Muito

49. Quão satisfeito você está consigo mesmo? *

Considerar 1 - Muito Insatisfeito/ 2- Insatisfeito/ 3- Nem insatisfeito, nem satisfeito/ 4 - Satisfeito/ 5 Muito satisfeito

1 2 3 4 5

Muito Muito

50. Quão satisfeito você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)? *

Considerar 1 - Muito Insatisfeito/ 2- Insatisfeito/ 3- Nem insatisfeito, nem satisfeito/ 4 - Satisfeito/ 5 Muito satisfeito

1 2 3 4 5

Muito Muito

Qualidade de Vida

51. Você possui mais de 18 anos? *

Sim (ir para questão 52)

Não (ir para questão 53)

Qualidade de Vida

52. Quão satisfeito você está com sua vida sexual?

Considerar 1 - Muito Insatisfeito/ 2- Insatisfeito/ 3- Nem insatisfeito, nem satisfeito/ 4 - Satisfeito/ 5 Muito satisfeito

1	2	3	4	5	
Muito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

Qualidade de Vida

53. Quão satisfeito você está com o apoio que recebe de seus amigos? *

Considerar 1 - Muito Insatisfeito/ 2- Insatisfeito/ 3- Nem insatisfeito, nem satisfeito/ 4 - Satisfeito/ 5 Muito satisfeito

1	2	3	4	5	
Muito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

54. Quão satisfeito você está com as condições do local onde mora? *

Considerar 1 - Muito Insatisfeito/ 2- Insatisfeito/ 3- Nem insatisfeito, nem satisfeito/ 4 - Satisfeito/ 5 Muito satisfeito

1	2	3	4	5	
Muito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

55. Quão satisfeito você está com seu acesso aos serviços de saúde? *

Considerar 1 - Muito Insatisfeito/ 2- Insatisfeito/ 3- Nem insatisfeito, nem satisfeito/ 4 - Satisfeito/ 5 Muito satisfeito

1	2	3	4	5	
Muito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

56. Quão satisfeito você está com o seu meio de transporte? *

Considerar 1 - Muito Insatisfeito/ 2- Insatisfeito/ 3- Nem insatisfeito, nem satisfeito/ 4 - Satisfeito/ 5 Muito satisfeito

1	2	3	4	5	
Muito	<input type="radio"/> Muito				

Qualidade de Vida

A questão seguinte refere-se a com que frequência você sentiu ou experimentou certas coisas

57. Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau-

humor, desespero, ansiedade, depressão? *

Considerar 1 - Nunca / 2- Algumas vezes/ 3- Frequentemente/ 4 - Muito Frequentemente/ 5 - Sempre

1	2	3	4	5	
Nunca	<input type="radio"/> Sempre				

Agradecimento

Agradecemos pela sua atenção e pelo tempo empregado para responder este questionário. As suas opiniões são de grande valia para o estudo das relações entre a qualidade ambiental e a saúde da população do município de Dourados. Peço, por gentileza, que ajude a divulgar este questionário para os moradores de Dourados - MS.

Qualquer dúvida ou sugestão entre em contato pelo e-mail: lc123_4@hotmail.com e adeirmota@ufgd.edu.br

58. Comentários Gerais

59. Finalização do Questionário *

Enviar questionário (clique em Próxima)

Revisar Respostas

This content is neither created nor endorsed by Google. Forms

Google